



Universidade de Lisboa
Faculdade de Psicologia



Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia

EMPODERAMENTO SOCIAL, AUTOEFICÁCIA, BEM-ESTAR E SAÚDE MENTAL DE JOVENS

INFRATORES BRASILEIROS INSTITUCIONALIZADOS

MANUELLA COSTA DA SILVA

Orientadores: Professora Doutora Maria Odília da Costa de Oliveira Teixeira e Professor
Doutor Antônio Pedro de Mello Cruz

*Tese especialmente elaborada em Cotutela Internacional para obtenção do grau de
Doutor em Psicologia do Desenvolvimento e Aconselhamento de Carreira*

2022



Universidade de Lisboa
Faculdade de Psicologia



Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia

EMPODERAMENTO SOCIAL, AUTOEFICÁCIA, BEM-ESTAR E SAÚDE MENTAL DE JOVENS

INFRATORES BRASILEIROS INSTITUCIONALIZADOS

MANUELLA COSTA DA SILVA

Orientadores: Professora Doutora Maria Odília da Costa de Oliveira Teixeira e Professor Doutor Antônio Pedro de Mello Cruz

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor em Psicologia do Desenvolvimento e Aconselhamento de Carreira

Júri:

Presidente: Professora Doutora Isabel Maria de Santa Barbara Teixeira Nunes Narciso Davide, Professora Associada com Agregação e Presidente do Conselho Científico da Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa, Presidente do júridas provas de doutoramento no ramo de Psicologia especialidade de Psicologia do Desenvolvimento e Aconselhamento da Carreira, da mesma Faculdade, nomeada por Despacho do Senhor Diretor.

Vogais:

- Doutora Sónia Regina Pasian, Professora Titular da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo;*
- Doutor Antônio Pedro de Mello Cruz, Professor Associado do Departamento de Processos Psicológicos Básicos do Instituto de Psicologia da Univeridade de Brasília, orientador;*
- Doutora Vânia Maria Moraes Ferreira, Professora Adjunta do Departamento de Processos Básicos do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília;*
- Doutor Paulo Miguel da Silva Cardoso, Professor Auxiliar com Agregação da Escola de Ciências Sociais da Universidade de Évora;*
- Doutora Maria Manuela de Amorim Calheiros, Professora Associada da Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa;*
- Doutora Maria Odilia da Costa de Oliveira Teixeira, Professora Auxiliar da Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa, orientadora.*

2022

Agradecimentos

À Professora Doutora Maria Odília Teixeira, que orientou este trabalho de maneira responsável, criteriosa, coerente, sensível e apaixonada, que me apresentou meu melhor caminho na Psicologia e sem a qual nada disso seria possível.

Ao Professor Antônio Pedro de Mello Cruz, que orientou este trabalho com todo seu empenho e confiança e que acompanhou e apoiou meu desenvolvimento científico e profissional desde a graduação.

Às Instituições judiciais e executivas que autorizaram a realização desta pesquisa, em particular à Vara de Infância e Juventude do Distrito Federal e ao Governo do Distrito Federal. Também gostaria de agradecer à todas as equipes das Unidades de São Sebastiao, Planaltina e Brazlândia pela recepção e viabilidade deste estudo.

Aos meus familiares, em especial minha avó Carmem, minha mãe de sangue, Maria Christina, minha mãe de criação, Neusa, meu irmão Rafaello, meu primos, Luciano e Fabiano e meus padrinho, Kátia e Eurico, vocês são os pilares da minha existência.

Aos meus familiares que se foram mas vivem em meu coração, em especial meu avô Petrônio, meu pai Pedro, minha filha canina, Shiva. Que falta vocês fazem!

Aos meus amigos, em especial Luciane Costa, Mari Maia, Mayara Domingues, Lilian Regina, Mariana Aguiar, Priscila Acioli, Karen Cope, Anna Ruth, Isabel Lousada, Flaviana Barbosa e Patrick, Cláudia Brochado, Suzana, Mônica, Antônio Calmon, Sérgio Dias, Juliana Ananda, Odete, Juliana Borges e Tati Dourado, por terem estado do meu lado nos momentos mais difíceis da minha vida.

*“Nossa fé nos homens e na criação de um mundo
em que seja menos difícil amar.” (Paulo Freire)*

Silva, M. C. (2022). Empoderamento Social, Autoeficácia, Bem-estar e Saúde mental de jovens infratores brasileiros institucionalizados. Tese de Doutorado, Faculdade de Psicologia, Universidade de Lisboa, Lisboa.

Resumo

Com fundamentação em Modelos Sócio-cognitivos e da Psicologia Positiva, esta pesquisa pretende identificar fatores de agenciamento pessoal e do ambiente socioeducativo e emocional, que possam ter impacto na reabilitação. A amostra inclui 195 jovens do sexo masculino, em centros de detenção juvenil do Distrito Federal, que preencheram voluntariamente o Questionário de Dados Pessoais e Comportamentos Aditivos, e as Escalas: Objetivos e Sentimentos de Futuro, Percepção do Ambiente, Multidimensional de Autoeficácia Percebida, Desenvolvimento e Bem-Estar, Controle Sociopolítico para Juventude e Ansiedade e Depressão de Beck. Ainda participaram 52 profissionais dos Centros de Internação, que responderam à Escala de Percepção dos Servidores. No conjunto dos resultados, destacam-se os indicadores de que as emoções, os relacionamentos positivos dos contextos socioeducativos e familiares têm impacto no bem-estar, controle sócio-político e autoeficácia dos jovens. Ainda se salienta a associação entre níveis de bem-estar e envolvimento sociopolítico dos jovens e a motivação intrínseca dos profissionais. Por outro lado, e em congruência às características da população, as associações entre consumo de álcool e ansiedade, entre consumo de drogas e controle sociopolítico e entre autoeficácia e autoavaliação do desempenho acadêmico (negativa) alertam para fatores risco, que podem incentivar a perpetuação do crime. No mesmo sentido, as médias dos jovens em ansiedade e depressão são superiores às da população normativa do Brasil, sendo inferiores em bem-estar e autorregulação, comparativamente às dos jovens em liberdade. Na discussão, é focada uma tendência sistemática dos resultados, que indica que o ambiente relacional positivo, os espaços sociais de tempos livres e o sentimento positivo

de futuro assumem um papel crucial na confiança e bem-estar dos jovens. Estes fatores são críticos no sucesso da reabilitação e inserção social. Nas conclusões, salienta-se que a natureza da intervenção socioeducativa deve incluir componentes de bem-estar, saúde mental e inserção social e profissional, e envolver educadores, adolescentes e comunidade, sem esquecer a população em geral, tal como preconizado pelas teorias ecológicas e de empoderamento social.

Palavras-chave: Empoderamento, Autoeficácia, Bem-estar, Saúde mental, Consumos Aditivos, Reabilitação.

Abstract

Based on Sociocognitive Models and Positive Psychology, this research aims to identify factors of personal agency and the socio-educational and emotional environment that may have an impact on rehabilitation. The sample includes 195 young males, in juvenile detention centers in the Federal District, who voluntarily completed the Personal Data and Additive Behaviors Questionnaire, and the Scales: Objectives and Feelings of the Future, Perception of the Environment, Multidimensional Perceived Self-Efficacy, Development and Welfare, Sociopolitical Control for Youth and Beck's Inventory of Anxiety and Depression. 52 professionals from the Centers also participated, who responded to the Perception Scale of Servers. In the set of results, the indicators that emotions and positive relationships in socio-educational and family contexts have an impact on the well-being, socio-political control and self-efficacy of young people stand out. The association between levels of well-being and sociopolitical involvement of young people and the intrinsic motivation of professionals is also highlighted. On the other hand, and in congruence with the characteristics of the population, the associations between alcohol consumption and anxiety, between drug use and socio-political control and between self-efficacy and self-assessment of academic performance (negative) alert to risk factors that can encourage perpetuation of the crime. In the same sense, the averages of young people in anxiety and depression are higher than those of the normative population in Brazil, being lower in terms of well-being and self-regulation, compared to young people in freedom. In the discussion, a systematic trend of the results is focused, which indicates that the positive relational environment, the social spaces for free time and the positive feeling of the future play a

crucial role in the confidence and well-being of young people. These factors are critical for the success of rehabilitation and social inclusion. In the conclusions, it is highlighted that the nature of the socio-educational intervention must include components of well-being, mental health and social and professional insertion, and involve educators, adolescents and the community, without forgetting the general population, as recommended by ecological and of social empowerment.

Keywords: Empowerment, Self-efficacy, Well-being, Mental health, Additive Consumptions, Rehabilitation.

Índice

Agradecimentos	3
Resumo	6
Abstract	8
Índice de Tabelas	12
Introdução	13
<i>Parte I- Enquadramento Teórico</i>	32
<i>Capítulo 1. Perspectiva da Psicologia Positiva em Reabilitação</i>	32
1.1. Bem-estar	34
1.2. Bem-estar psicológico.....	37
1.3. Bem-estar subjetivo.....	39
1.4. Modelo PERMA de Bem-estar Subjetivo	41
<i>Capítulo 2 – Modelo Sócio-cognitivo: Autoeficácia, Autocontrole e Agenciamento</i>	48
2.1. Autoeficácia	48
2.2. Fontes de autoeficácia	50
2.3. Autocontrole	51
<i>Capítulo 3 - Perspectiva Ecológica e Modelo de Empoderamento Social e Controle Sociopolítico</i>	55
3.1. Perspectiva Ecológica	55
3.2. Empoderamento social	56
3.3. Suporte social.....	62
<i>Capítulo 4 - Autodeterminação da Carreira, Projetos de Vida e de Futuro</i>	64
4.1. A teoria da autodeterminação	64
4.2. Projetos de Vida e de Futuro	66
<i>Capítulo 5. Saúde mental</i>	72
5.1. Fatores de Risco e Proteção da Criminalidade.....	72
5.2. Indicadores de ansiedade, depressão e consumos aditivos	79
6. <i>Síntese, Objetivos e Hipóteses</i>	85
<i>Parte II- Estudo Empírico</i>	87
<i>Capítulo 1 - Metodologia</i>	87
1.1 Participantes	87
1.2 Instrumentos.....	90
1.3. Procedimentos	95
<i>Capítulo 2. Resultados</i>	98
2.1. Propriedades psicométricas das Escalas SPCS-Y e EMAP.....	98
2.2. Estatísticas descritivas e coeficientes alfa das escalas e subescalas.....	102
2.3. Intercorrelações dos resultados.....	103
2.4. Modelo de Regressão Múltipla Linear- Bem-Estar (Stepwise).....	105
2.5. Modelo de regressão múltipla linear – Autoeficácia (Enter)	107
2.6. Modelo de Regressão múltipla linear - Controle sociopolítico (enter)	109
2.7. Projetos e perspetiva de futuro	111
2.8. Depressão, Ansiedade e Uso de Drogas em jovens em reabilitação	115
2.9. Resultados dos profissionais e os dos jovens.....	118
<i>Parte III – Discussão, Conclusão e Limitações</i>	123

<i>Discussão</i>	123
<i>Conclusões</i>	150
<i>Limitações</i>	161
Referências	164
Anexos	208
<i>Anexo A - Questionário de dados pessoais</i>	208
<i>Anexo B - Escala de Objetivos e Sentimentos para o Futuro</i>	210
<i>Anexo C - Questionário de comportamentos aditivos</i>	211
<i>Anexo D - Escala Multidimensional de Autoeficácia Percebida</i>	212
<i>Anexo E - Escala de Desenvolvimento e Bem-estar</i>	214
<i>Anexo F - Escala de Percepção do Ambiente</i>	215
<i>Anexo G - Escala de Controlo Sociopolítico para Juventude – SPCS-Y</i>	216
<i>Anexo H - Escala de Percepção dos Servidores</i>	218

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Perfil de uso de Drogas um ano antes da internação.....	89
Tabela 2. Matriz de componente rotativa da Escala SPCS–Y, por varimax.....	99
Tabela 3. Matriz de componente Rotativa EMAP, por varimax	101
Tabela 4. Estatísticas descritivas e Coeficientes Alfa de Cronbach das Escalas e Subescalas.....	102
Tabela 5. Intercorrelações dos resultados.....	104
Tabela 6. Intercorrelações dos resultados dos consumos e outras escalas.....	105
Tabela 7. Modelo de Regressão Múltipla Linear para Bem–estar – stepwise.....	106
Tabela 8. Modelo de Regressão Múltipla Linear para Autoeficácia – stepwise.....	107
Tabela 9. Segundo Modelo de Regressão Múltipla Linear para Autoeficácia – stepwise.....	108
Tabela 10. Modelo de Regressão Múltipla Linear Total para Controle Sociopolítico – enter.....	110
Tabela 11. Médias e desvios padrão das escalas em que o efeito “objetivos” é estatisticamente significativo.....	113
Tabela 12. Resultados médios totais (\pm DP) dos inventários de Beck para depressão (BDI) e ansiedade (BAI) de acordo com as faixas de corte relativas usadas para categorizar indivíduos com depressão ou ansiedade mínima, leve, moderada ou grave.....	116
Tabela 13. Modelo de Regressão Múltipla para Ansiedade – enter	117
Tabela 14. Modelo de Regressão Múltipla para Depressão – enter.....	117
Tabela 15. Percentagens das respostas dos profissionais.....	119

Introdução

Em contexto de reabilitação, é fundamental aprofundar o entendimento acerca do funcionamento psicológico dos adolescentes que, por força da prática de atos qualificados como crimes, são alvo de medidas tutelares educativas. É ainda pertinente conhecer as condições ambientais e sociais que são relevantes como desencadeadores quer do crime quer da reabilitação. Nesta temática, as questões de investigação convocam a mobilização do conhecimento científico nos domínios da educação, carreira e saúde mental. Esta conceção teórica de natureza interdisciplinar e integradora permite analisar fatores que possam constituir estratégias de prevenção e intervenção, que sejam adequadas e efetivas. A compreensão da multiplicidade das variáveis psíquicas e contextuais que influenciam o desenvolvimento na adolescência, traz importantes contributos para a interface de diferentes saberes científicos em Psicologia, que são convergentes no fenómeno da violência juvenil, designadamente nos domínios educacionais, vocacionais e da saúde mental.

A Organização Mundial de Saúde define a violência como “o uso intencional de força ou poder físico, sendo somente uma intimidação ou ato efetivo contra si próprio, outra pessoa, ou contra um grupo ou comunidade, que tenha uma alta probabilidade de danos, mortes, prejuízos psicológicos, ou que comprometa o desenvolvimento ou que cause privação” (World Health Organization [WHO], 2002, p. 4). Esta mesma Organização Mundial (Krug, 2002) define ainda a violência como um problema complexo relacionado com padrões de pensamento e comportamento, que são moldados no seio familiar, educacional e comunitário, onde é reconhecido o impacto da desigualdade social. Nestas duas facetas, que são complementares do fenómeno da violência,

emergem fatores de natureza pessoal, social, familiar e cultural. A literatura assinala a associação entre pobreza, crime, reincidência, baixa autoestima e tráfico e uso de drogas (Nardi & Dell`Aglia, 2014). Nos jovens, este clima negativo produz sofrimento, reincidência, e acompanha o preconceito na própria sociedade. A criminalidade nos jovens está associada à pobreza e disfuncionalidade familiar, mas também aos preconceitos sociais no regresso à vida social (Uceda-Mazaa e Domínguez, 2017). Esta ligação entre fatores sociais e crime é mais visível nos rapazes (Bolland et al., 2016).

Nos últimos anos, tem crescido a violência no Brasil (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2020). No reconhecimento da gravidade e prevalência do tema, torna-se essencial compreender a sua natureza e multiplicidade causal. Esta grave situação no Brasil, torna visíveis brechas nas condições de reabilitação, que são impeditivas das mudanças desejadas, do ponto de vista pessoal e social. Tal como acontece na maioria dos países, o sistema no Brasil está sobretudo dirigido para a penalização do infrator, com dinâmicas que associam o medo do crime à insegurança na reabilitação (Coscioni, Costa, Rosa & Koller, 2017; Gorski & Cordeiro, 2018). Neste ambiente de reabilitação “justiceira” direcionado para “castigar adequadamente” o infrator, o jovem tem poucas oportunidades para repensar em si próprio, e nas suas opções de vida. Este período pode representar uma oportunidade de mudança e de renascer de esperança ou acentuar a continuidade da destemperança no mundo do crime. As medidas não são dirigidas para dar aos jovens imagens positivas sobre si próprios e de oportunidades socialmente disponíveis. As medidas de reabilitação, normalmente, acompanham as imagens do mundo do crime, que lhes são familiares.

Neste âmbito, é consenso na literatura (e.g., Underwood & Washing, 2016), que a reabilitação seja impulsionada por uma abordagem positiva, que englobe o jovem nas diferentes dimensões de funcionamento psicológico, mas também a família e a comunidade. As reformas devem envolver um sistema integrado de serviços de saúde mental, de educação e de justiça juvenil. Na prevenção e no tratamento é exigida uma perspetiva multidisciplinar, com uma visão da comunidade como um todo, para que a reabilitação possa interromper os ciclos de violência e pobreza, que prevalecem em muitas famílias (Gökbel Sönmez & Subaşı Baybuğa, 2021). Na relação entre violência, saúde e educação, há a necessidade de identificar fatores do risco de violência, mas sobretudo fatores promotores de agenciamento pessoal que conduzam à mudança, e à eficácia dos programas de prevenção (Krug, 2002).

Recentemente, as legislações brasileira e portuguesa alteraram as medidas de coerção de jovens infratores, no sentido do direcionamento socioeducativo da reabilitação. As atuais medidas tutelares visam a educação de jovens infratores “para o direito e para a sua inserção, de forma digna e responsável, na vida em comunidade” (Anexo à Lei portuguesa nº 004/2015 que procede a primeira alteração à Lei Tutelar Educativa – nº 166/1999).

A execução das medidas, designadamente as de acompanhamento educativo e de internamento em centro educativo, é precedida da elaboração de um processo educativo individual. Neste processo, são identificadas necessidades de submissão a programas clínicos, formação escolar e orientação profissional e outras possibilidades de reeducação, para promover a reinserção socioeducativa dos adolescentes. Este enfoque das medidas educativas e socioeducativas em reabilitação tem a preocupação da

inserção da vida em sociedade, como garante da não reincidência criminal. E, neste âmbito, têm pertinência as questões vocacionais e de carreira, sendo o trabalho e a qualificação veículos de socialização e inserção social dos jovens.

A regulação da justiça juvenil no Brasil é tutelada pela Lei Federal Brasileira 8.069, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) e pelo Sistema Nacional de Assistência Social e Educacional (SINASE, 2012). As crianças e os adolescentes de 12 a 17 anos, que cometem delito, são responsabilizados pelas medidas socioeducativas, que podem variar em escala crescente de gravidade. A privação de liberdade até 3 anos em instituições de detenção de jovens, com liberdade compulsória aos 21 anos é a mais grave dessas medidas socioeducativas e deve ser aplicada em conformidade com os princípios de excepcionalidade e brevidade. Em meio aberto, há casos em que a intervenção é efetiva e alcança o objetivo proposto, no início da inserção infracional. Mas, em muitos jovens que respondem adequadamente à interferência do estado, há reincidência no mundo do crime. Aqueles que reincidem ou cometem atos infracionais de maior gravidade são levados para Centros de Internamento em meio fechado. Nestes centros, o foco está na reabilitação através de ações socioeducativas, que permitam o regresso à vida em sociedade (Uceda-Mazaa e Domínguez, 2017), ao contrário das medidas anteriores que eram dirigidas à culpabilização do infrator.

Neste âmbito legal, o próprio escalonamento das medidas de meio aberto até às medidas mais gravosas com restrição da liberdade, identifica diferentes perfis infracionais. A literatura aponta para uma correlação entre reincidência e aumento da gravidade de delitos (e.g., DeLisi & Vaughn, 2008; Fine, Baglivio, Cauffman, Wolff &

Piquero, 2018; Peterson & Robbins, 2008). Os fatores responsáveis por esta associação devem ser compreendidos, para planejar intervenções específicas e efetivas, em conformidade com cada contexto, perfil e tipificação penal.

Contudo, apesar do internamento em instituições obedecer aos princípios de excepcionalidade e brevidade, o número de crianças e adolescentes submetidos a essa medida socioeducativa no Brasil é muito elevado. Conforme apontado recentemente na Pesquisa Anual Brasileira do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE, 2018), o Brasil tinha 26.868 jovens infratores distribuídos em 418 unidades socioeducativas exclusivamente masculinas. Essa incidência não se deve apenas à violência do delito cometido pela primeira vez por esses jovens (por exemplo, homicídio, roubo, violência armada), mas também porque muitos deles permanecem na instituição de detenção juvenil até a data máxima da sentença (3 anos) ou se tornarem infratores juvenis reincidentes.

Apesar da legislação atual, a caracterização das medidas socioeducativas no Brasil retrata a precariedade da estrutura física e das atividades oferecidas. O clima organizacional é descrito como coercitivo, com relações interpessoais hostis e de insegurança, violência física e psicológica, em que frequentemente acontecem situações de conflito, fuga, rebelião, motim e homicídio. E, nesta situação psicossocial, tendem a prevalecer as práticas coercitivas sobre as pedagógicas. As instituições têm sido frequentemente descritas como superlotadas, com condições insatisfatórias e desumanas de higiene, alimentação, saúde e integridade física. Estas condições são desfavoráveis ao desenvolvimento, e propícias à perda da identidade pessoal, ao sofrimento, à recorrência do crime e ao preconceito social. Estas instituições são

comparadas às prisões tradicionais, devido ao predomínio de espaços fechados, muros altos, pluralidade de portões, fios trançados e outras estruturas de segurança, bem como à dificuldade dos adolescentes conviverem com as suas famílias e comunidade (Coscioni et al., 2017).

A gravidade deste contexto é traduzida também claramente pelas estatísticas oficiais. Assim, no ano de 2008 o número de jovens em privação de liberdade era de 16.868, e em 2014 aumentou para 24.628, o que representa uma subida de 46% dos casos. A maioria dos atos infracionais são roubos (44,41%), tráfico de drogas (24,24%) e 9,47% de homicídios. Os dados demonstram uma prevalência de 95% de infratores do sexo masculino contra 5% do sexo feminino. A maioria dos jovens internados tem idades entre 16 e 17 anos (56%), sendo 24% entre 18 e 21 anos, 18% entre 14 e 15 e 2% entre 12 e 13 anos.

Nos dados anteriores, são visíveis os sinais de alarme nos números da violência no Brasil. Em 2019, ocorreram 47.916 mortes por violência intencional, sendo 91,2% homens (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2020), e destas mortes 74,4% pertenciam à população negra do país. Além disso, 51,4% destes casos eram jovens, com idades até aos 29 anos. Em associação com estes números, os gastos estimados com segurança pública em 2019 atingiram 95 bilhões de reais.

As características sociodemográficas da população dos jovens infratores também são apresentadas em números. Assim, em 2017, dos 26.109 adolescentes que cumpriam medida socioeducativa de internação, 55,77% são pretos ou pardos, 21,16% brancos, 0,63% amarelos, 0,25% indígenas e 22,16% sem informação. O relatório de onde foram extraídos estes números (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2020),

revela também que no ano de 2014 foram registradas 48 mortes nas unidades federativas brasileiras. Destas, 31% foram causadas por conflito interpessoal, 13% por conflito generalizado, 8% por suicídio, 2% por morte natural súbita e 46% por outros motivos não especificados. O aumento do encarceramento e do extermínio físico de adolescentes negros no Brasil (Gorski & Cordeiro, 2018) é resultado da “cultura do medo” reforçada pelos meios de comunicação social, onde estes temas estão envoltos em estereótipos e preconceitos (Azevedo & Rebouças, 2017).

Outro dado pertinente neste contexto, é a grande variabilidade da gestão governamental do estado brasileiro, conforme alocação institucional de cada unidade federativa na execução das medidas socioeducativas. Isso quer dizer que não existe uniformidade quanto às responsabilidades de coordenação econômica, setorial e administrativa das políticas socioeducativas no Brasil. Em 10 estados brasileiros, a responsabilidade cabe à Secretaria de Assistência Social e Cidadania, em nove estados à Secretaria de Justiça e Segurança Pública, em três à Secretaria do Trabalho, em dois à Secretaria da Criança e do Adolescente, em dois à Secretaria de Direitos Humanos e em um estado cabe a Secretaria da Educação a execução das medidas. Nos Recursos Humanos, os trabalhadores vinculados ao Sistema Socioeducativo, 61% são homens. As funções dividem-se em áreas de segurança e socioeducadores, equipe de apoio (administrativo, apoio e limpeza), assistentes sociais, coordenadores, psicólogos, pedagogos, diretores, técnicos de enfermagem, orientadores, advogados, enfermeiros, médicos e diretores de escola (Levantamento Anual do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – Brasil, 2017).

Relativamente às qualificações e às funções do trabalho, no relatório de 2004 (SINASE, 2004), 51% dos jovens infratores em instituições não frequentava escola, 90% não concluiu o ensino fundamental e 49% não trabalhava. Ainda neste relatório, 81% dos jovens vivia com a família quando praticou o ato infracional, 12,7 % não possuía renda mensal, 66% tinha renda máxima de dois salários mínimos e 85,6% era usuário de drogas. Estes indicadores são demonstrativos do padrão de vida dos jovens da periferia brasileira. Nestes números há índices reveladores da necessidade de estratégias de atenção e proteção, pois vivem num contexto de grande vulnerabilidade, onde, por vezes, a violência gratuita gera uma atmosfera de exclusão, privação, medo, desconfiança, desamparo, insegurança, privação emocional e incerteza (Araújo, 2001).

Num olhar psicológico, estes jovens encontram-se num período de vida em que há necessidade de consolidarem a identidade em pertença e reconhecimento social (Erickson, 1968). Para muitos destes jovens, a resolução da crise de identidade ocorre em ambiente negativos de delito e crime. Neste processo de crescimento, estes jovens precisam de pontes socialmente afectuosas e modelos socialmente saudáveis. A aprendizagem por modelagem é pertinente para criar condições de mudança em grupos de baixo estatuto económico e em condições de vulnerabilidade (Faria & Teixeira, 2014). Isto mesmo é evidenciado numa pesquisa com jovens de classe baixa e com risco de abandono escolar, num dos bairros da zona da Grande Lisboa, com problemáticas sociais e culturais. Neste grupo, com índices de risco para o abandono da escola, no final do programa de intervenção a grande maioria dos adolescentes (99%) criaram um projeto vocacional, que passava por qualificação. Neste caso, a estratégia que se mostrou mais eficaz foi justamente a presença antigos alunos da escola, que estavam

socialmente e profissional bem posicionados, e ainda a apresentação de estórias de vida de pessoas socialmente relevantes, como por exemplo, de Barak Obama (Faria & Teixeira, 2014). Estas estratégias visam aprendizagens partilhadas de esperança e são reveladoras do papel da escola, nos projetos que estes jovens estabelecem para si próprios, e que são pessoalmente significativos.

Nos jovens que vivem vulnerabilidade crónica do ponto de vista pessoal, social e económico, é muito frequente a associação entre pobreza, crime e reincidência (Nardi & Dell`Aglio, 2014). A estes fatores, junta-se uma visão negativa da vida, do futuro e da incapacidade de sair dos círculos de pobreza há muito estabelecidos. Muitos adolescentes infratores pertencem a famílias desfavorecidas, com fatores de risco que afetam diretamente a saúde física e mental, bem como a adaptação social. Os grupos socialmente desfavorecidos são expostos a maiores problemas de saúde, taxas mais altas de mortalidade, maior probabilidade de crime e comportamentos aditivos (Thoits, 2010). Também é comum, na população de adolescentes infratores, a violência armada fazer parte da dinâmica familiar, ao longo de gerações (Shulman et al., 2021). Em complemento, estes grupos tendem a apresentar menos recursos materiais e sociais em apoio e proteção, e menor número de defesas face às adversidades, comparativamente à população em geral (e.g., senso de controle, autoestima, apoio social (Thoits, 2010).

Na população dos jovens infratores há uma preponderância de componentes negativas, que incluem experiências académicas e sociais, aprendizagem vicariante e instabilidade emocional. A pesquisa tem demonstrado (Borrás, Palmer, Hernández, & Llobera, 2016), que os jovens delinquentes apresentam mais respostas emocionais negativas (ansiedade e depressão), abuso de substâncias, conflitos interpessoais, risco

psicossocial e incerteza sobre o futuro, baixa autoestima, comparativamente ao grupo padrão. A vulnerabilidade, deste grupo de jovens infratores, é ainda associada à baixa tolerância à frustração, baixos níveis de responsabilidade, problemas escolares, comportamento antissocial, conflitos interpessoais, risco psicossocial, bem como outros transtornos psicopatológicos (Abrantes, Hoffmann, & Anton, 2005).

Para além da pobreza e comportamentos disruptivos, estes grupos com grande vulnerabilidade social, demonstram também problemas de personalidade e de saúde mental (Thoits, 2010). Neste quadro psicossocial, em que tantos fatores negativos confluem, é oportuno o conceito de vulnerabilidade dado por M. Obama (2019, pp. 65, 66). Vulnerabilidade representa "... o fracasso como um sentimento muito antes de se tornar um resultado real. É a vulnerabilidade que se cruza com a insegurança e depois é exacerbada, muitas vezes deliberadamente, pelo medo. Aqueles sentimentos de fracasso... já estavam por toda a parte no meu bairro: eram os pais que não conseguiam melhorar a sua situação financeira, filhos que começavam a suspeitar de que as suas vidas não iriam ser diferentes, famílias que viam os seus vizinhos com mais posses partirem para os subúrbios ou transferirem os seus filhos para escolas católicas. Entretanto havia agentes imobiliários predadores a rondarem ... sussurrando aos ouvidos dos proprietários que deviam vender as suas casas antes que fosse tarde demais, que eles os ajudariam a *sair daqui enquanto ainda podem*. O que se podia ler nas entrelinhas era que o fracasso estava a caminho. Que era inevitável Os agentes imobiliários usavam o termo que toda a gente temia acima de tudo– gueto–, atirando-o para o ar como um fósforo aceso” (Obama, 2019, pp. 65, 66). Neste retrato do setor mais desfavorecido da sociedade norte americana, que inclui sobretudo a comunidade

negra do país, é visível o conceito de vulnerabilidade associado à precariedade imposta pela pobreza, falta de apoio e invisibilidade social. Por outro lado, estes conceitos estão inseridos numa sociedade em que impera a valorização da cultura do dinheiro, do poder e do próprio consumo. A prioridade destes valores sociais conduz ao tráfico de drogas, que influenciam as práticas criminosas dos jovens.

Complementando as ideias anteriores, Bonalume e Jacinto (2019) destacam a seletividade da justiça diante de uma sociedade profundamente marcada pela desigualdade social, de gênero, raça e etnia. Mesmo nas sociedades em democracia, está enraizada a ideia de que existe uma justiça para ricos e uma justiça para pobres. Em comunidades de baixa renda, especialmente os jovens, vêem as instituições legais (polícia e tribunais) como ameaças, o que contribui para sentimentos de incapacidade coletiva, e criação de sistemas de justiça próprios e exteriores ao sistema político e social (Chonody et al., 2013). Estes indicadores impõem uma redefinição dos ambientes de reeducação social, que possibilitem oportunidades aos jovens de redescobrir o significado da vida, tornando-os empoderados relativamente às mudanças de si próprios e do ambiente social em que cresceram.

Mas, em algumas situações, algumas destas variáveis sugerem efeitos aparentemente contraditórios. Por exemplo, a pesquisa mostra que um grupo de mulheres no mundo do tráfico de drogas na Noruega revela indicadores de maior agenciamento e controle sociopolítico, que as torna confiantes na persistência do crime (Grundetjern & Miller, 2018). Este problema é complexo e exige ações preventivas, mas também interventivas, e uma profunda reflexão sobre a interação de diferentes variáveis.

Ainda no domínio das políticas públicas, em muitos países da América Latina assiste-se a políticas desfragmentadas e descoordenadas, que comprometem ainda mais os problemas de comportamentos desviantes e desigualdade social. Para Kilduff e Silva (2019), no Brasil há práticas de violação permanente dos Direitos Humanos, existindo enviezamento da justiça frente ao gênero, classe social e raça/etnia.

Toda esta situação de complexidade, em que se inscreve a associação entre violência e vulnerabilidade, é questionada no contexto histórico do Brasil, designadamente na história da escravidão e genocídio das populações nativas do Brasil (Bonalume & Jacinto, 2019). Estes aspectos acompanham uma certa fragilidade democrática, e tornam-se importantes para entender o sistema político e social brasileiro na atualidade (Kilduff & Silva, 2019).

Para lidar com estas questões de natureza política e social, Jiménez et al.(2016) apontam o caminho para um debate sobre as políticas públicas, e que abranja toda a sociedade brasileira. Esta discussão deve ser balizada por temas de igualdade social, atuação contra o racismo e promoção do protagonismo juvenil. Como foi dito anteriormente, actualmente, as propostas de diferentes autores (e.g., Ferreira, et al., 2020; Henry, 2020) são de natureza socioeducativa, substanciadas em medidas que permitam florescer competências, agenciar processos de mudança, e diminuir o crime. A reabilitação, através de ações socioeducativas, privilegia o regresso à vida em sociedade (Uceda-Maza & Alonso, 2017), ao contrário das medidas dirigidas à culpabilização e penalização do infrator.

No sentido em que as medidas educativas e socioeducativas da reabilitação são direcionadas à inserção social, a literatura salienta a importância de intervenções em

conformidade com cada contexto, perfil e tipificação penal (DeLisi & Vaughn, 2008; Fine, Baglivio, Cauffman; Peterson & Robbins, 2008). Neste domínio, deve ser dada maior atenção também às oportunidades efetivas de inserção, numa sociedade que tem que estar preparada para receber estes jovens.

Um bom exemplo de suporte institucional em meio de reabilitação, é dado pelo Canadá onde são incentivadas relações sociais positivas entre vítimas, perpetradores, políticos e personalidades da mídia (Ruzsonyi, 2017). Os principais objetivos do encarceramento no Canadá são a reabilitação e a reintegração bem-sucedida de prisioneiros, principalmente no caso dos menores. As tarefas e responsabilidades dos “Trabalhadores Juvenis”, que trabalham com adolescentes infratores, são regulamentadas em detalhe pelas disposições da legislação pertinente em vigor. Através de estratégias relacionais, de discussões em grupo, os trabalhadores jovens se esforçam para compreender e modificar os sentimentos e relacionamentos do delinquente, que, sem ajuda ou orientação, parecem destinados a se perpetuar. No modelo canadense são utilizadas técnicas da justiça restaurativa, de empoderamento, de disciplina positiva e gestão horizontal (Zehr, 2008; McMahan, 2019).

Este trabalho de pesquisa tem natureza integradora, mas também inovadora e exploratória. Na literatura há poucos trabalhos de pesquisa que abarquem as diferentes componentes do funcionamento do adolescente em reabilitação, nomeadamente sociais, emocionais, familiares, educacionais e vocacionais, e que incluam os próprios profissionais servidores.

A pesquisa desenvolve-se num ambiente de complexidade da violência e reabilitação, envolvendo uma multiplicidade de fatores psicológicos, sociais, culturais e

até económicos. Assim, são propósitos deste trabalho aprofundar o conhecimento do funcionamento psicológico dos jovens infratores em reabilitação, em dimensões de agenciamento (autocontrole, ansiedade, depressão, autoeficácia, controle sociopolítico) e de fatores ambientais de suporte familiar, social, institucional. As implicações dos dados analisados serão pertinentes para as intervenções. Numa perspectiva de prevenção primária e secundária serão pertinentes programas de ação que promovam bem-estar, autoeficácia e senso de autocontrole, conducentes à tolerância à frustração, à confiança para enfrentar desafios, à confiança para encarar o futuro com optimismo, e com perspectivas de sucesso e compromisso. Neste contexto de adolescentes infratores, a compreensão da interação das variáveis psíquicas e contextuais traz importantes contributos para a interface de diferentes saberes científicos em Psicologia, que são convergentes no âmbito da reabilitação, designadamente nos domínios educacionais, vocacionais e da saúde mental.

Para atingir as metas propostas, o presente trabalho tem uma organização em três partes. Na primeira, é feito o enquadramento teórico em cinco capítulos que fundamentam o estudo empírico na literatura sobre os modelos da Psicologia Positiva e Sócio-cognitiva com pertinência para a reabilitação, e ainda na literatura sobre saúde mental, nomeadamente nos indicadores de ansiedade, depressão, consumos aditivos, fatores de risco e proteção da criminalidade. O conjunto destas variáveis pode ajudar a desbravar a complexidade dos fatores agregados aos comportamentos de crime e reabilitação.

O estudo empírico é apresentado na segunda parte e conta com três capítulos. Num primeiro capítulo, é descrita a metodologia, incluindo-se as características da

amostra, dos instrumentos utilizados com adolescentes e servidores, e dos procedimentos éticos, e da recolha e análise de resultados.

Na segunda parte, o capítulo 2 inclui a análise de resultados em 9 seções. Na seção 2.1. são incluídos os resultados dos itens da Escala de Controle Sociopolítico para a Juventude- SPCS-Y e da Escala Multidimensional de Autoeficácia Percebida -EMAP, em componentes principais com rotação varimax. Estas análises têm como propósito analisar a estrutura interna da SPCS-Y e da EMAP, nas suas versões portuguesas para o Brasil, nesta amostra com características pessoais e sociopolíticas específicas. Em particular, na organização dos resultados EMAP emerge uma estrutura própria e específica para este grupo de jovens, em crenças de capacidade. De salientar também a pertinência da análise das propriedades metrológicas da Escala de Desenvolvimento e Bem-Estar, neste grupo de jovens, pelas implicações teóricas e para a ações de intervenção.

Na seção 2.2. são apresentadas as estatísticas descritivas para as variáveis em estudo, incluindo-se ainda os coeficientes de consistência interna para as diferentes medidas usadas. As médias deste grupo são comparadas às dos adolescentes em liberdade, nas escalas de bem-estar, eficácia autorregulatória, ansiedade e depressão. Nestes jovens, a tendência é positiva nos sentimentos que detêm face ao futuro: nos resultados da escala sentimentos positivos, a moda situa-se no maior valor possível, observando-se o inverso na subescala sentimentos negativos de futuro, em que a moda se situa no valor mínimo teoricamente possível.

Na seção 2.3. são apresentados os coeficientes de correlação dos resultados das diferentes escalas e subescalas, incluindo-se ainda os dados dos consumos aditivos.

Nestes dados, destaca-se um padrão de associações positivas que permitem associar o bem-estar aos sentimentos positivos de futuro, à percepção positiva do ambiente socioeducativo, e aos sentimentos positivos das crenças de capacidade em situações acadêmicas, sociais e de lazer. Não se observam correlações significativas entre bem-estar e ansiedade, depressão e consumos de substâncias, sendo exceção a relação positiva entre consumo de álcool e ansiedade. A grande maioria dos participantes também relatou consumo de drogas anterior, incluindo cannabis, álcool e outras “drogas pesadas”.

Na seção 2.4. é analisado um modelo do bem-estar subjetivo, considerando as variáveis de autoeficácia, percepção do ambiente socioeducativo, sentimentos positivos de futuro e os encontros com a família. Os dados do modelo de regressão múltipla linear (método stepwise) para bem-estar [$F(4, 139) = 29,71$; $R^2_a = .45$; $p < .001$] incluem como preditores a autoeficácia para lazer e comportamentos sociais, sentimentos positivos para o futuro, percepção positiva do ambiente socioeducacional e encontros com a família.

Na seção 2.5. são analisados, a título exploratório, dois modelos para a autoeficácia geral (soma de todos os itens). Um primeiro modelo inclui como variáveis independentes o bem-estar, sentimentos positivos de futuro e autoavaliação do desempenho. O modelo de regressão múltipla linear, pelo método enter, é estatisticamente significativo e explica 46% da variância [$F(3, 140) = 39,69$; $R^2_a = 0,46$; $p < 0,001$], observando-se como fontes de autoeficácia o bem-estar, sentimentos positivos de futuro e a autoavaliação do desempenho (negativo). O segundo modelo inclui como variáveis independentes o bem-estar, percepção positiva do ambiente, a

autoavaliação do desempenho e os sentimentos negativos de futuro. O modelo de regressão múltipla linear (enter) é estatisticamente significativo [$F(4,136) = 24,72$; $R^2_a = 0,41$; $p < 0,001$]. Neste modelo, surgem como fontes de autoeficácia o bem-estar, percepção positiva do ambiente a autoavaliação do desempenho (negativo). Nos dois modelos, a autoeficácia destes jovens está associada aos fatores emocionais de bem estar, da percepção do futuro, do ambiente socioeducacional, e das experiências acadêmicas (negativo). Este último fator chama à atenção de que a autoavaliação do desempenho escolar tem impacto negativo nas crenças dos jovens sobre as suas capacidades.

Na seção 2.6. é analisado um modelo para o empoderamento social, considerando a variável controle sociopolítico como variável dependente, e bem-estar, oportunidades de suporte e consumo aditivos como variáveis independentes. O modelo de regressão múltipla (método enter) [$F(4, 119) = 11,95$; $R^2 a = .27$; $p = .000$] mostra que o controle sociopolítico é explicado pelo bem-estar, percepção positiva do ambiente, percepção de competência em obter suporte social e consumos de drogas. Os resultados médios nas escalas Liderança, Participação e Total do Controle Sócio-político são superiores do grupo com consumo frequente de drogas.

Na seção 2.7. são analisados os projetos, objetivos e sentimentos de futuro dos jovens participantes. Nos resultados, a maioria dos jovens indica projetos profissionais, mas em alguns coloca-se o problema da formação escolar, que é garantia de inserção e potencialidade de desenvolvimento. Nos objetivos, os jovens revelam atitudes e prioridades positivas para o trabalho, lazer, família e comunidade. Os dados mostram associações entre os objetivos e atitudes de futuro e as dimensões de motivação, que

sustentam a inserção social, tais como bem-estar, autoeficácia, controle sociopolítico (empoderamento).

Na seção 2.8. apresenta-se o estudo da depressão e ansiedade destes jovens, relacionando estas dimensões com os consumos aditivos. Estes dados sugerem para a maioria dos jovens níveis moderados de ansiedade e depressão. Nos modelos de regressão múltipla linear, o consumo de álcool está associado aos estados de ansiedade.

Na seção 2.9. apresenta-se o estudo dos resultados dos profissionais, e ainda a relação destes resultados com os de uma subamostra de jovens (N =52). Os dados sugerem associações positivas entre os resultados da motivação dos profissionais e os dos jovens em bem-estar e controle sociopolítico. Na amostra total, é ainda explorado o efeito do ambiente socioeducativo nos resultados de controle sociopolítico, ansiedade, depressão e bem-estar. Nos resultados da análise de variância (Anova), considerando o fator centro de reabilitação em três níveis (as três instituições onde estão os jovens), num dos centros os jovens obtêm resultados médios superiores em controle sociopolítico e mais baixos em ansiedade, comparativamente com os dados dos jovens nos outros dois centros. Através de tabelas de contingência, observa-se que neste mesmo centro, os profissionais revelam um nível mais forte de motivações intrínsecas e diminuição dos receios de insegurança.

Na terceira parte, é discutido o conjunto dos resultados em confronto com as perspectivas teóricas e a pesquisa anterior, bem como com os objetivos, as hipóteses de investigação. A presente pesquisa tem a preocupação de discutir as principais implicações teóricas e práticas, que fundamentam a prática socioeducativa nas instituições. A intervenção é perspectivada em diferentes níveis, como sejam a nível

individual e grupal dos jovens, mas também atendendo aos profissionais, educadores e ainda à família e comunidade em geral.

Numa óptica de intervenção, as conclusões apontam algumas orientações que advêm da revisão de literatura e dos dados analisados. A pertinência deste estudo passa por propor diretrizes de um modelo de intervenção para este contexto, numa perspectiva ecológica, que englobe os diferentes sistemas em que ocorre o desenvolvimento das crianças e dos jovens. Torna-se necessário desenvolver programas de intervenção que abranjam jovens, educadores e famílias. É necessário criar condições no ambiente psicoeducacional que criem sinergias de mudanças de comportamentos, atitudes e sentimentos. Altos níveis de bem-estar, autoeficácia, senso de autocontrole e de controle sociopolítico são conducentes aos sentimentos positivos e à confiança no enfrentamento de desafios, e de encarar o futuro com optimismo, com perspectivas de sucesso e compromisso. Estes são sentimentos que ajudam à tolerância à frustração e que impulsionam às mudanças de encontrar sentido na própria vida.

Parte I- Enquadramento Teórico

Capítulo 1. Perspetiva da Psicologia Positiva em Reabilitação

Os conceitos de bem-estar, empoderamento, relações positivas e suporte social enquadram uma nova visão da Psicologia, que enfatiza qualidades pessoais e florescimento, ao contrário da patologia e deficiência. Neste sentido, esta perspetiva enfatiza os fatores de proteção, não perdendo de vista as variáveis propensas ao risco. Para Seligman e Csikszentmihalyi (2000) “tratar não é apenas consertar o que está partido; é apoiar o que é melhor” (p. 7). Nesta nova perspetiva, a saúde mental, a saúde física e as condições ambientais de desenvolvimento ligam-se intrinsecamente, de uma forma integradora e holística. A Psicologia Positiva focaliza os fatores promotores e protetores para uma vida saudável e adaptativa, nas condições sociais e educativas que ocorrem no desenvolvimento individual e coletivo (Seligman, 2002). Estes fatores conduzem à saúde mental e bem-estar, e são dimensões próprias de uma sociedade democrática, livre e equitativa. A pesquisa sobre fatores de proteção interativos sugerem tipos específicos de intervenções, que devem ser direcionadas a indivíduos que apresentam fatores de risco específicos.

No âmbito da Psicologia Positiva, são as forças e virtudes humanas o objeto da Psicologia (Sheldon & King, 2001). A intervenção na patologia é feita através da prevenção, nomeadamente na promoção dos sentimentos de bem-estar e do treino de emoções positivas. Numa perspetiva de Psicologia Positiva, as pesquisas (e.g., Wilson, Minkler, Dasho, Wallerstein, & Martin, 2008) apontam para o desenvolvimento positivo da juventude, na procura de oportunidades para desenvolver competências e opções saudáveis de vida, e confiança para tomar decisões.

É reconhecido o contributo da Psicologia Positiva, nomeadamente dos modelos de bem-estar na reabilitação. A ação educativa positiva abrange diferentes níveis e contextos, no rumo de desenvolver pessoas, transformar instituições e ambientes sociais. O período de reabilitação deve ser propício a um processo socioeducativo transformador, com oportunidade de florescer competências, agenciar mudanças, e diminuir o crime (Ferreira, Pereira & Pegoraro, 2020; Henry, 2020). Mapear as adversidades que interferem nas trajetórias de vida dos jovens, ajuda a compreender melhor as dificuldades ao invés de penalizar o infrator (Arnez & Condry, 2021). Este novo paradigma psicoeducacional implica mudança de conceção e da prática, e necessariamente também das crenças e atitudes dos profissionais de reabilitação. A Psicologia Positiva representa uma nova consciência, uma nova forma de contrato social, na procura de bem-estar, otimismo, satisfação, cooperação e justiça social (Csikszentmihalyi, 2009). A pesquisa, das últimas décadas, tem sido produtiva relativamente ao impacto dos fatores positivos na intervenção psicológica e educacional. Há evidências que as intervenções positivas propiciam maior autoeficácia, autocontrole, função imunológica, capacidade cognitiva e neuroplasticidade (Lianov et al., 2019). É recorrente associar o bem-estar com saúde física e mental, com trabalho e qualidade de vida, e com as relações sociais e benefícios sociais (Diener & Ryan, 2009).

O domínio da Psicologia Positiva é recente, e foi circunscrito no início do século XXI, num número especial do *American Psychologist Journal*, com artigos de diferentes autores (e.g., Ryan & Deci, 2001, 2009). A introdução de Seligman e Csikszentmihalyi (2000) define como condições da felicidade e do bem-estar o otimismo, a confiança, a autodeterminação, o sentido de vida, a autonomia, as competências e a plenitude. Estes

fatores de funcionamento positivo devem fazer parte das intervenções e das políticas públicas de saúde, educação e reabilitação (Diener & Seligman, 2004; Forgeard et al., 2011). Compreender e intervir nestas dimensões psicológicas tem impacto no desenvolvimento individual e coletivo, na diminuição das desigualdades e patologias. A perspectiva da Psicologia Positiva traz um olhar abrangente para o desenvolvimento de oportunidades, competências e opções de vida saudáveis.

1.1. Bem-estar

Seligman & Csikszentmihalyi (2000) quando apresentam a emergência da Psicologia Positiva indicam uma falha da Psicologia moderna, muito mais focada nos déficits e problemas do que nos recursos psicológicos positivos. Para estes autores, na evolução da ciência psicológica, é fundamental a compreensão dos mecanismos que trazem felicidade, otimismo, autodeterminação, autonomia, pertença, competências, criatividade, talento, inclusão, desenvolvimento e pensamento flexível, por exemplo. A compreensão e promoção destas capacidades humanas é fonte para incrementar o bem-estar individual e coletivo, e promover a inclusão. E, o desenvolvimento positivo das pessoas, ao mesmo tempo tem função de “amortecer” desigualdades e patologias, e diminuir efetivamente as desigualdades sociais.

Também no início do século XXI, Gable & Haidt (2005) enfatizam a ideia de que é necessário fazer pesquisa em psicologia em populações pouco estudadas, como por exemplo, os grupos em privação de liberdade. O avanço da neurociências e dos fundamentos psicofisiológicos corrobora essas teorias e demonstra a força destas práticas nos tratamentos de doenças físicas e mentais. Esses autores afirmam a

importância do desenvolvimento de intervenções eficazes para a promoção de comunidades positivas, que vão além do estudo de habilidades ou experiências pessoais positivas. Também Myers, Sweeney e Witmer (2000) explicam o bem-estar como um modo de vida orientado para a otimização da saúde e bem-estar, em que corpo, mente e espírito interagem harmonicamente com a comunidade social e do próprio sistema ecológico, que a “mãe” natureza proporciona.

Da mesma forma que existe o Manual de Diagnóstico e Estatístico das Perturbações Mentais – DSM-5 (American Psychiatric Association, 2013), Diener e Seligman (2004) e Seligman et al. (2005), propõem um padrão de elementos que constituem a felicidade. Os autores também propõem estratégias e recursos, que podem facilitar atingir o bem-estar através de exercícios reflexivos, como escrever sobre acontecimentos positivos que aconteceram em cada dia e/ou identificação de forças de caráter, como justiça, autenticidade, gratidão, mente aberta, prudência, modéstia e auto-regulação. As evidências vão no sentido de que as forças de esperança, trabalho em equipe e entusiasmo estão mais associados ao bem-estar dos jovens, enquanto as forças relacionadas aos sentimentos são mais associadas ao bem-estar na população adulta. Seligman et al. (2006) descrevem a abordagem de psicoterapia positiva para tratamento da depressão, não apenas reduzindo seus sintomas negativos, mas também pela construção de emoções positivas, forças de caráter e significado.

Segundo Diener et al. (2006), os vários componentes do bem-estar mudam de maneiras diferentes ao longo da vida e alguns eventos são significativos em produzir mudanças, que tendem a influenciar a estabilidade e adaptação. As pesquisas sobre

bem-estar apontam para a importância das intervenções comunitárias para melhorar a qualidade de vida nos bairros e nas cidades.

Nesse sentido, há uma preocupação, de diversos autores (e.g., Diener, 2000), para que as nações possam avaliar o bem-estar de suas populações, e não só os seus aspectos econômicos. O nível económico de um país é pertinente pelo efeito das condições que proporciona aos indivíduos, no sentido do desenvolvimento e prosperidade. Diener (2000) admite que esta avaliação pode ser contaminada por vieses de deseabilidade social ou mesmo por acontecimentos de ordem física, geográfica ou social com impacto nas populações. Por exemplo, neste tempo de pandemia da SARS-COV. 2, certamente ocorreram alterações nos critérios de bem-estar, para os indivíduos, para os diferentes grupos, e mesmo para as nações, que lidaram e continuam a lidar com estratégias, que sejam eficazes no combate à epidemia, em consonância com a saúde mental dos indivíduos, dos grupos e organizações.

Ainda em 2004, Diener e Seligman defendem que os preditores não económicos (como capital social, governança democrática e direitos humanos) de países e organizações são fundamentais para aferição do bem-estar subjetivo. O bem-estar por sua vez, aumenta o desempenho, melhora as relações e diminui gastos com saúde pública. Mais recentemente, Diener et al. (2018) descrevem a importância de analisar esses índices com impactos importantes nos domínios da tributação, cooperação, justiça criminal e sistemas de responsabilidade civil. Comparando preditores de bem-estar de mais de 1,7 milhões de pessoas em 166 nações, Jebb et al. (2020) elencaram o efeito do significado da vida, emprego, casamento e sociabilidade como dimensões de bem-estar.

Com os avanços da pesquisa sobre bem-estar, Lucas et al. (2008) sentem a necessidade de desmistificar algumas ideias, como a influência de fatores irrelevantes, a relação entre dinheiro e bem-estar, e relacionamento social e bem-estar, bem como a estabilidade de vida e a adaptação aos eventos da vida. Além disso, os autores esclarecem a necessidade das medidas de autorrelato, com bons índices de confiabilidade e validade.

Waterman et al. (2008) fazem uma revisão de literatura, acerca da diferenciação entre bem-estar hedônico e eudaimônico, que se relacionam com várias concepções de bem-estar e motivação. O prazer hedônico está relacionado à felicidade e relaxamento, enquanto a eudaimonia tem componentes de desafio, esforço e metas.

1.2. Bem-estar psicológico

Na linha do bem-estar eudaimônico, Ryff & Keyes (1995) utilizam uma abordagem multidimensional, que explora seis aspectos distintos da condição humana: autonomia, crescimento pessoal, autoaceitação, propósito de vida, domínio e relacionamento positivo.

A dimensão autonomia centra-se nos aspetos de locus de controlo interno, de autoavaliação, da capacidade de adaptação e independência face ao exterior (Ryff & Keyes, 1995). A dimensão que respeita ao crescimento pessoal corresponde à necessidade intrínseca de aperfeiçoamento das competências internas, de abertura às novas experiências, e de ultrapassar desafios da vida no contexto social, profissional ou outros (Ryff & Keyes, 1995). A autoaceitação é considerada uma característica central em saúde mental, sendo índice de bom funcionamento psicológico, de

autoconhecimento e de aceitação dos múltiplos aspetos da personalidade. A auto-aceitação traduz uma atitude madura e positiva sobre si próprio (Ryff & Keyes, 1995; Saricaoğlu & Arslan, 2013). O propósito de vida implica o entendimento da direção regida por propósitos e objetivos de vida. Relaciona-se com a persecução de objetivos e metas congruentes, que proporcionam significado e sentido para a vida (Ryff & Keyes, 1995). A quinta dimensão- domínio sobre o contexto traduz-se na capacidade de atuar, criar ou escolher ambientes adequados às características pessoais na adaptação aos diversos contextos, mesmo os mais complexos (Ryff & Keyes, 1995). E, por fim, o relacionamento positivo é sinónimo de acolhimento, afeição com as outras pessoas, a manutenção de laços e relações interpessoais saudáveis. A importância de “ser necessário”, de “ser importante” para os outros e de “sentir que os outros estão interessados em si” são premissas cada vez mais aceites e alvo de interesse para a investigação (Connolly & Myers, 2003). Pessoas que sentem que são “importantes para os outros” tendem a desenvolver um maior sentimento de pertença à sociedade (Connolly & Myers, 2003).

O construto de bem-estar psicológico tem dado um importante contributo em diferentes áreas como a Psicologia, as Ciências Sociais e outras vertentes da saúde no geral, em que os processos positivos ligados ao bem-estar psicológico vão além das repercussões no âmbito cognitivo e comportamental, estendendo-se ao plano neuroendócrino (Machado & Bandeira, 2012).

1.3. Bem-estar subjetivo

Na linha do bem-estar hedônico, Diener (2000) conceitua o bem-estar subjetivo como uma percepção pessoal que a pessoa faz sobre a qualidade da sua própria vida. Segundo o autor, há uma série de domínios da vida pessoal do indivíduo (como casamento e trabalho, por exemplo) e esses domínios podem ter avaliações independentes ou conjuntas. Essas avaliações variam de acordo com a cultura, por exemplo, nações individualistas são mais voltadas para auto-realização, enquanto as nações coletivistas são mais voltadas para a avaliação dos pares e normas sociais. Além disso, para o autor, os afetos agradáveis e desagradáveis têm relação, produzindo, assim, interações e percepções relativas.

Diener & Ryan (2009) fazem uma revisão sobre os avanços dos estudos sobre bem-estar subjetivo, e demonstram associações positivas deste campo com índices positivos de saúde e longevidade, trabalho e renda, relações sociais e benefícios sociais. Com diferentes enfoques (sejam cognitivos, de personalidade ou demográficos), a pesquisa mostra ainda associações entre gênero, idade, casamento, religião, inteligência, cultura, trabalho, renda e o bem-estar. Estas análises, que incluem variáveis econômicas, culturais e sociais a par das pessoais, permitem intervenções mais eficazes e duradouras, e simultaneamente a reforma de políticas públicas (Diener & Seligman, 2004; Forgeard et al., 2011).

Lyubomirsky et al. (2005), a partir da revisão de estudos transversais e longitudinais, indicam que o bem-estar de longo prazo, e mesmo considerando apenas o afeto positivo, são fatores que geram emoções positivas frequentes, promoção de sucesso e prosperidade. Os estudos demonstram uma relação cíclica entre bem-estar e

confiança, otimismo, simpatia, sociabilidade, imunidade, enfrentamento de desafios. O bem-estar promove o sucesso, mas o sucesso também promove o bem-estar, o mesmo ocorre com satisfação e autoeficácia (Teixeira & Costa, 2017, 2018). Por outro lado, os sentimentos negativos criam ciclos negativos de percepções, sentimentos, atitudes e ações, e afetam os próprios desempenhos (Almeida & Teixeira, 2018). A ansiedade em situação de avaliação tem impacto negativo no bem-estar e nas crenças pessoais de capacidade (Almeida & Teixeira, 2018).

No campo da saúde, Tugade & Fredrickson (2004) demonstraram que as diferenças na recuperação cardiovascular após excitação emocional negativa seriam atribuíveis, em parte, às experiências de emoção positiva das pessoas mais resilientes. Esse grupo de pessoas, quando se deparam com os problemas, teria a tendência de ver os problemas mais como “desafios” do que como “ameaças”, atribuindo significado positivo às circunstâncias negativas e experimentando mais emoções positivas. Neste sentido, os autores defendem intervenções que proporcionem estilos de avaliação mais positivos das experiências. Myers et al. (2014) fazem uma avaliação temporal do bem-estar, visto nas dimensões interpessoal, comunitária, ocupacional, física, psicológica e econômica, bem como em conexão, mais proeminente, com o tempo presente.

Em 2010, Diener et al. propõem uma nova forma de medir o bem-estar, ponderando o cálculo dos sentimentos positivos e negativos. Diener et al. (2018) fazem um ponto de situação dos avanços sobre a pesquisa de bem-estar nas últimas décadas. Para contornar os problemas de autorrelato, por exemplo, os autores sugerem medidas alternativas de observadores ou marcadores fisiológicos relacionados com emoções. Além disso, os pesquisadores destacam a importância de estudos longitudinais e

análises estatísticas que levem em conta os que eles chamam de “mediadores potenciais”, ou seja, variáveis como influências culturais, religiosas, de renda e de gênero, que influenciam os resultados e muitas vezes não são observadas.

1.4. Modelo PERMA de Bem-estar Subjetivo

Na procura de consistência teórica, tal como proposto para o bem-estar psicológico por Ryff & Keyes (1995), Seligman (2011) propõe um modelo de bem-estar subjetivo designado PERMA, em cinco dimensões: Emoções positivas (P – *Positive Emotions*), Envolvimento (E – *Engagement*), Relações positivas (R – *Positive Relationships*), Significado de vida (M – *Meaning*), Realização (A – *Accomplishment*). O Modelo Perma (Seligman, 2011) integra domínios subjetivos, objetivos, hedônicos e eudemônicos, e operacionaliza especificidades do conceito multifacetado de bem-estar. Estas dimensões podem atuar de modo independente nos estados de desenvolvimento e bem-estar.

O primeiro elemento do modelo PERMA são as emoções positivas, responsáveis pelas vivências de alegria do presente ou antecipações de futuro. As emoções otimizam a funcionalidade humana e minimizam experiências adversas. As emoções ampliam a atenção e a cognição, e podem produzir padrões de pensamento, com novas atitudes, ideias e relações (Fredrickson & Thomas, 2002).

Fredrickson (2001) defende a ideia de que os recursos pessoais acumulados durante os estados de emoções positivas são duráveis e podem ser usados posteriormente em diferentes estados emocionais. Neste sentido, as emoções positivas

teriam o poder de ampliar mecanismos cognitivos que propiciam diferentes soluções e comportamentos, intelectuais e sociais. Além disso, essas emoções seriam capazes de diluir as emoções negativas persistentes, aumentar a resiliência e melhorar o bem-estar emocional.

Fredrickson (2003) faz uma interessante análise entre as emoções negativas e positivas com relação à adaptação do homem no mundo. As emoções negativas são mais estudadas em termos de comportamentos adaptativos, que funcionam como proteções frente às ameaças observadas. Segundo a autora, “as emoções positivas resolvem problemas relativos ao crescimento e desenvolvimento pessoal” e (...) “ajudam a construir recursos pessoais duradouros.”(p. 332). As emoções negativas ampliam a atenção e a cognição (Fredrickson & Thomas, 2002), e neste contexto são capazes de produzir um padrão mais amplo de pensamento, levando à descoberta de novas atitudes, ideias e relações. Independentemente da cultura, a pesquisa tem confirmado que a estabilidade emocional é uma das componentes críticas de satisfação e bem-estar (e.g., Almeida & Teixeira, 2018; Sheu, Liu & Li, 2017; Teixeira & Costa, 2016).

O segundo elemento do modelo é o compromisso, e diz respeito à força motivacional intrínseca dos objetivos, dos projetos ou das tarefas da vida. A relação intrínseca com as atividades tem um efeito positivo na redução do estresse e da vulnerabilidade (Bandura, 1997; Pajares, 2003).

O domínio educacional e vocacional é privilegiado nas oportunidades que proporciona em estabelecer projetos e projeções de futuro. Os projetos baseiam-se em percepções de congruência entre autoconceito positivo e características ambientais, com grande impacto nos sentimentos de bem-estar, satisfação e confiança pessoal perante

os desafios do cotidiano (Almeida & Teixeira, 2018; Teixeira & Costa, 2017, 2018). O envolvimento nas atividades favorece a relação entre pensamentos, sentimentos e emoções positivas (Seligman & Csikszentmihalyi, 2000). Em estudantes do ensino profissional, quer o envolvimento em projetos, quer o sentimento de congruência são elementos com impacto no bem-estar (Pinto & Teixeira, 2018). A mesma tendência é observada em estudantes do ensino superior (Almeida & Teixeira, 2018). O envolvimento em projetos pode ser um fator crítico na inserção profissional dos jovens em reabilitação. Os projetos de carreira criam pontes entre o jovem e o ambiente social. Os projetos são envoltos num clima de confiança pessoal de conseguir estabelecer objetivos e ter capacidade de os concretizar, mas também na confiança que os outros devolvem aos jovens, e na disponibilidade em os acolherem na implementação dos seus projetos.

O terceiro elemento corresponde às relações sociais, concebidas como nutriente de bem-estar. O fator social representa proximidade, proteção, apoio e poder, e as pessoas mais sociáveis são mais felizes (Seligman, 2011). A pesquisa evidencia a importância do fator social no bem estar, em traços de personalidade de amabilidade e extroversão (Rogers, Creed, & Searle, 2012; Teixeira & Costa, 2017). Os ambientes sociais, particularmente a família e comunidades educacionais, são férteis em redes emocionais de apoio (Almeida & Teixeira, 2018; Teixeira & Costa, 2017).

Há evidências de que os padrões de educação responsiva, particularmente parental, asseguram autonomia, confiança para lidar com a vida e a carreira, enquanto os padrões de exigência incrementam insegurança e instabilidade (Lamborn, 1991; Teixeira & Bardagi, 2016; Teixeira & Costa, 2017, 2018). Kardaş e Yalçın (2021)

salientam o papel da percepção do suporte social na satisfação das necessidades psicológicas e nos níveis de bem-estar, em estudantes universitários na Turquia. Neste sentido, os recursos sociais operam no desenvolvimento e satisfação, e funcionam como “amortecimento” dos fatores negativos em jovens infratores privados de liberdade (Konaszewski et al., 2021).

Nos relacionamentos em ambiente socioeducativo, nos estudantes do ensino profissional, a cooperação com professores é preditor de bem-estar (Pinto & Teixeira, 2018). A mesma tendência é observada quanto à relação com os pares nos alunos do ensino superior (Almeida & Teixeira, 2018), e ao suporte percebido em estudantes chineses (Sheu, Liu & Li, 2017). Relativamente à coesão, há evidências de que quanto maior a coesão de grupo, maior a autoeficácia individual (Teixeira & Ferreira, 2018). Nestes jovens, em reabilitação, o suporte social é um fator chave para construir e manter redes de relações saudáveis, em detrimento das redes construídas em ambiente de marginalidade. A relação entre comportamentos antissociais e incompetência social e emocional cria sinergias para a escalada criminal (Arthur, Hawkins, Brown, Briney, Oesterle & Abbott, 2010).

A quarta propriedade é definida como vida com sentido, e representa uma dimensão que engloba espiritualidade e tributo social (Seligman, 2011). O sentido da vida é dado pelas ideias, crenças e utopias nos planos sociais e espirituais. A vida tem que ter objetivos, que podem ser psicológicos, sociais ou materiais. Robertson (2015) salienta o papel do trabalho na atribuição de significado à vida, e bem-estar. Este princípio realça a importância dos objetivos no agenciamento pessoal e gestão da vida (Keyes, 2002). Além disso, a pesquisa mostrou que quanto mais elaborada a descrição

de um importante “eu esperado”, maior a motivação para se envolver em comportamentos proativos de carreira, como planejamento, desenvolvimento de habilidades, consulta e networking (Strauss, Griffin, & Parker, 2012). V. Frankl (1963), neurologista, psiquiatra e filósofo vienense, centrou uma parte da sua carreira sobre o conceito sentido da vida. Entre outros domínios, interessou-se pelo sofrimento patológico presente nas sociedades industriais. O seu interesse por estas matérias levou-o a fundar uma nova corrente psicoterapêutica, designada de logoterapia.

A logoterapia tem como base a busca no sentido para a vida e assenta em três princípios elementares: criatividade e liberdade de escolha, motivação intrínseca, e sentido de vida (Aquino et al., 2010; Aquino et al., 2009; Frankl, 1990). Como filósofo de inspiração humanista e existencialista, o autor pretende com a logoterapia consciencializar os indivíduos da sua existência espiritual, de forma a despertar uma maior consciência do Eu essencial à existência humana (Kraus et al., 2009).

O sentido da vida também é dado por Erickson (1968) à importância atribuída aos projetos na construção da identidade pessoal, na adolescência. Segundo Waterman et al. (2008) “o desenvolvimento da identidade será mais bem-sucedido quando os indivíduos forem capazes de identificar seus melhores potenciais e se envolver em atividades que os movam em direção à realização desses potenciais” (p.46). A felicidade tem a ver com o tempo presente, com componentes ligados ao prazer, enquanto uma vida de sentido exige esforço, análise temporal, que, por vezes, pode gerar preocupação e ansiedade, mas são essas constantes avaliações que nos distinguem como pessoas, dos outros seres vivos da natureza (Baumeister et al., 2013). O sentido da vida está inscrito nos processos de socialização e na cultura. Cada ser humano transcreve a sua

subjetividade e individualidade na procura de um sentido para a vida, construído sobre padrões únicos e singulares. Neste domínio, apesar da religião ser um contexto representativo na definição do como, do motivo, da razão e da atribuição de sentido para a vida, não constitui uma condição vital ou elementar para o desenvolvimento da perceção sobre uma vida com significado. Aqui há que fazer a diferença entre seita religiosa e sentido de espiritualidade. A caminhada necessariamente tensa e periclitante ao longo da vida pode ser encontrada sobre as mais diversas formas. As trajetórias são situacionais, subjetivas, tantas quanto cada ser humano existente no mundo (Frankl, 1990).

A quinta, e última propriedade do modelo, é designada realização / sucesso. Este princípio remete para a subjetividade do conceito de sucesso, e para a motivação intrínseca dos objetivos de curta, média duração ou mesmo transversais à vida (Seligman, 2011). O sucesso tem múltiplas facetas e interpretações. Não é apenas medido por indicadores de resultados materiais, mas também por indicadores de saúde, bem-estar e satisfação.

O sentido de vida e o sucesso estão associados ao processo contínuo de fluir (flow), na acepção de M. Csikszentmihalyi (2004) de que fluir é um estado de envolvimento nas ações com objetivos bem definidos. O conceito florescimento foi introduzido por Keyes (2002), e, refere-se ao modo como as pessoas atingem a realização dos seus objetivos, a par do desenvolvimento de potencialidades e de qualidade de vida individual e coletiva. Segundo Ryan & Deci (2001), nem todos os desejos gerariam bem-estar quando alcançados, mas se as atividades de vida das pessoas se alicerçarem em valores profundamente arraigados, existe crescimento e

realização pessoal. Aqui a importância da distinção entre motivação intrínseca e extrínseca, e o estabelecimento de objetivos intrinsecamente motivadores.

Entre os construtos de agenciamento que ligam o compromisso ao sentido de vida, a autoeficácia ocupa um papel chave nos processos de motivação (Bandura, 1997). A literatura tem mostrado o impacto das crenças de autoeficácia em processos de adaptação, mudança e bem estar (e.g., Almeida & Teixeira, 2018; Deci, Vallerand, Pelletier, Ryan, 1991; Teixeira & Costa, 2017).

Capítulo 2 – Modelo Sóciocognitivo: Autoeficácia, Autocontrole e Agenciamento

No paradigma sócio-cognitivo, a pessoa é vista como ativa, proativa e autorreguladora, cujo funcionamento psicológico é enraizado na relação triádica entre pessoa agenciadora, ambiente e comportamento (Bandura, 1997). Assim, salienta-se a necessidade de identificar fatores internos (e.g., autocontrole, ansiedade, autoeficácia), que possam acionar o funcionamento psicológico positivo, bem como variáveis externas (e.g., suporte familiar, social, institucional) que possam criar condições para mudar comportamentos, fatores de risco psicopatológicos e social. Facilitar reflexividade sobre o próprio comportamento é facilitar agenciamento, autorregulação, e incentivar uma perspectiva de auto-avaliação positiva e restaurativa. Na perspectiva de Tugade & Fredrickson (2004), o estilo de avaliação positivo das experiências deve fazer parte das intervenções. Os modelos sóciocognitivos fundamentam-se em mapas de cognições, cujo eixo principal é o agenciamento pessoal.

A teoria social cognitiva adota um modelo de ser humano enquanto agente, no qual a ansiedade está ligada a aspirações, conexões humanas e autorregulação de eventos cognitivos e afetivos, que têm impacto no bem-estar emocional da pessoa. As crenças de autoeficácia são centrais no agenciamento pessoal em reabilitação, sendo desenvolvidas através de processos de aprendizagem. Estes processos incluem a interação de fatores internos e externos, que têm o poder de consolidar, diminuir ou mudar as crenças (Bandura, 1997; Pajares, 2003).

2.1. Autoeficácia

A autoeficácia funciona como mediador cognitivo entre as concepções pessoais e

o ambiente, com papel chave na crença em fazer, pensar ou mudar (Bandura, 1996). Neste sentido, os sentimentos positivos de confiança pessoal e as aspirações profissionais estão relacionados com a motivação escolar e planejamento de futuro (Zimmerman, 2000). Esses sentimentos quando são negativos têm impacto na saúde mental, criando ansiedade e depressão, em ciclos negativos de percepções, sentimentos, atitudes e ações que afetam diretamente a eficácia das intervenções de reabilitação socioeducativas.

A autoeficácia é crucial nos processos de agenciamento pessoal (Bandura, 1997). A literatura tem mostrado o impacto das crenças de autoeficácia nos processos de adaptação e mudança, nas aspirações e compromissos, na qualidade do pensamento analítico e estratégico, na motivação, na perseverança, na resiliência, no lidar com o stress e depressão (e.g., Almeida & Teixeira, 2018; Deci, Vallerand, Pelletier, Ryan, 1991; Teixeira & Costa, 2017). As crenças dos estudantes, na capacidade pessoal para regular a própria aprendizagem e desempenhar as atividades acadêmicas, determinam as aspirações, o nível de motivação e a realizações acadêmicas (Bandura, 1993).

As pessoas que têm um baixo senso de eficácia num domínio específico (exemplo: matemática) evitam tarefas nesse domínio, que percebem como ameaças pessoais. Assim, conseqüentemente restringem as suas trajetórias de vida, que escolhem para futuro. Estas pessoas tendem a estabelecer também baixas aspirações e fraco compromisso com as metas, nas áreas em que as crenças de autoeficácia são baixas. Por outro lado, as pessoas com alta eficácia abordam tarefas difíceis como desafios a serem dominados, e não como ameaças a evitar. Esta visão estimula o interesse e o envolvimento nas atividades, reduz o stress e diminui a vulnerabilidade à

depressão (Bandura, 1994; Pajares, 2003). A ansiedade é altamente influenciada pelas crenças de autoeficácia, e tem sido evidenciada a forte correlação entre senso de eficácia, autoavaliação e depressão (Bandura, 1997).

Uma das características importantes dos indivíduos bem sucedidos é que o fracasso e a adversidade não minam suas crenças de autoeficácia. Os jovens devem ser ajudados a desenvolver seus próprios padrões internos para avaliar seus próprios resultados. O desafio é garantir que esses padrões internos sejam rigorosos sem serem debilitantes, realistas sem serem autolimitados, fluidos sem serem insatisfatórios, consistentes sem serem estáticos (Pajares, 2005). As crenças sobre as capacidades pessoais *de ser* ou *tornar-se* estão relacionadas com autoestima, saúde mental, competência (Zimmerman & Warschausky, 1998) e capacidade de estabelecer projetos (Lopes & Teixeira, 2012). Nesses processos, a literatura é consentânea (e.g., Pajares, 2003; Teixeira & Costa, 2018), do papel chave que a estabilidade emocional exerce ao longo da vida.

2.2. Fontes de autoeficácia

Ao longo da vida, as crenças na autoeficácia desenvolvem-se a partir de quatro fontes principais: experiências, aprendizagem vicariante, persuasão e estados emocionais e fisiológicos (Bandura, 1994; Pajares, 2003). A família e a escola são contextos críticos para desenvolver, consolidar ou mudar crenças, sendo os contextos em que coexistem a maioria destas fontes, que atuam direta e indiretamente. Por um lado, este domínio de pesquisa dá indicadores relativamente às variáveis responsáveis pelas crenças de capacidade e indiretamente sobre os desempenhos. Por outro lado,

este é um campo de intervenção no sentido de criar condições para fortalecer ou mudar as crenças de agenciamento pessoal (Bandura, 1994; Pajares, 2003, Teixeira, 2008).

Na formação das crenças, salienta-se também a importância das contingências de reforço direto e indireto, no domínio das práticas educacionais dos pais e das instituições educativas, nos condicionamentos sociais e normas culturais (Bandura, 1985). A pesquisa tem evidenciado que os padrões educacionais familiares pautados pela rigidez e exigência exercem influência negativa no sistema de crenças de autoeficácia (Teixeira & Costa, 2018). Há também evidências de que as expectativas, o apoio e suporte dos educadores têm impacto positivo na percepção das crenças de capacidade pessoais (Pinto & Teixeira, 2018; Teixeira & Ferreira, 2018).

2.3. Autocontrole

A teoria de Baumeister (1999) propõe a crença da capacidade de controle como função central do eu e como “chave” para o sucesso na vida. O autocontrole refere-se à capacidade de alterar as próprias respostas em direção às ideias, valores, moral, expectativas sociais e objetivos de longo prazo. O autocontrole constitui-se com um subconjunto da autorregulação, que atua de forma deliberada e consciente e que, quando deficiente, está ligado a excessos de álcool e drogas, crime e violência, gastos excessivos, comportamento sexual impulsivo, gravidez indesejada, tabagismo, problemas emocionais, insucesso escolar, falta de persistência, falhas no desempenho e problemas de relacionamento (Baumeister, Vohs & Tice, 2007). O autocontrole também está relacionado com saúde e bem-estar (Baumeister, Campbell, Krueger & Vohs, 2003). A regulação do comportamento, de acordo com metas e interesses pessoais, tem efeitos

sociais, quer na participação nos grupos e comunidades, quer através da aceitação social. A assimilação de normas sociais, princípios morais e leis é condição básica, que direciona para o sucesso e a satisfação pessoal.

A teoria do autocontrole traz múltiplas implicações para Psicologia Social, Clínica e da Saúde (Carver & Scheier, 1999). Os mecanismos cognitivos podem ser entendidos em paralelo com os modelos das ciências exatas (matemática, engenharia e economia) em esquemas que relacionam os “inputs” como valores de referência, comparação, impacto ambiental e, finalmente, com a tomada de decisão (“outputs”). Esses conceitos trazem o desenho de um esquema mental, que relaciona princípios, programação, sequências de ideias, transições, configurações, sensações e intensidade de pensamentos e ações.

As falhas na programação mental e atenção a esses processos podem gerar comportamentos neuróticos e disruptivos, ciclo de inabilidade para alcançar objetivos, bem como sentimentos negativos. Já o auto-monitoramento derivado dos feedbacks advindos das experiências, proporcionam a auto-regulação e, conseqüentemente, os comportamentos saudáveis (Baumesteir, 1999).

Baumesteir (1999) considera que o modelo de “self” integra as relações interpessoais como parâmetro, organizando conceitos de auto-consciência, auto-monitoramento, auto-apresentação, auto-conceito, autoestima, auto-atualização, auto-verificação, auto-aprimoramento e auto-regulação. Assim, a partir da consciência reflexiva, operam-se as funções executivas ou de agenciamento.

Num estudo longitudinal (antes, durante e um ano após o encarceramento), realizado com 553 presos nos Estados Unidos, Malouf, Schaefer, Witt, Moore, Stuewig e

Tangney (2014) encontraram uma forte relação entre baixo autocontrole com a reincidência, as tendências suicidas, o sexo de risco e o uso indevido de substâncias. Os melhores níveis de autocontrole foram preditivos de maior adaptação à comunidade, após a liberação da pena e maior disposição para mudanças nas escolhas relacionados com o mundo do crime.

Baumesteir, Smart & Baden (1999) fazem uma importante reflexão acerca da relação entre autoestima, egoísmo, violência e agressão. Estes autores alertam para o fato de que o aumento da autoestima pode provocar sentimentos de egoísmo, arrogância, senso de superioridade, narcisismo, orgulho, honra ou presunção. Os autores fazem uma cuidadosa revisão de teorias, identificando ambiguidades, inconsistências e contradições empíricas dos dados que relacionam a baixa autoestima com a violência. De acordo com os autores, as ameaças à consolidação das estruturas e forças egóicas são muito mais propulsoras de comportamento violento do que a baixa autoestima propriamente dita.

A promoção de autoeficácia no autocontrole promove adaptação e mudança, aspirações e compromissos, qualidade do pensamento analítico e estratégico, motivação, perseverança, resiliência a adversidade, atribuições causais e sucessos e fracassos e enfrentamento ao estresse e depressão (Deci, Vallerand, Pelletier, Ryan, 1991). Os distúrbios emocionais em adolescentes são caracterizados por distorção cognitiva do mundo e das capacidades pessoais, e são expressos por um padrão de comportamento disfuncional. Existe forte relação entre distorção cognitiva e ansiedade e depressão (Zarb, 2003). Nesta relação, a autoeficácia percebida tem efeito mediador e exerce influência através de processos cognitivos, motivacionais, afetivos e de seleção.

Estes processos podem ocorrer em diferentes níveis, nos quais a autoeficácia percebida tem impacto no desenvolvimento acadêmico, social e emocional (Bandura, 1993).

Capítulo 3 - Perspectiva Ecológica e Modelo de Empoderamento Social e

Controle Sociopolítico

A teoria de empoderamento social (e.g., Wilson et al., 2008) tem como referência o Modelo Ecológico de Bronfenbrenner (1994), que perspectiva o desenvolvimento do indivíduo na contínua interação com os diferentes contextos ambientais, onde a pessoa nasce e se desenvolve.

3.1. Perspectiva Ecológica

O Modelo Ecológico de Bronfenbrenner (1994) inscreve o desenvolvimento do indivíduo na interação de quatro sistemas ambientais (microsistema, mesossistema, exossistema e macrossistema), com abrangência do indivíduo, família, escola e comunidade.

O microsistema é constituído pelos ambientes mais próximos em que a pessoa vive e se relaciona, tal como a família e a escola. O microsistema é definido como as atividades e relações interpessoais experienciados pela pessoa em desenvolvimento num ambiente com características físicas e materiais específicas (Bronfenbrenner, 1994). O mesossistema diz respeito às relações entre dois ou mais ambientes nos quais uma pessoa participa ativamente, podendo ser formado ou ampliado sempre que ela passe a fazer parte de novos ambientes. Em alguns casos, por exemplo, esse sistema inclui as relações da criança em casa, na escola, no clube e com amigos da vizinhança; em outros, apenas as relações exclusivamente familiares e com membros da igreja da qual sua família faz parte (Martins & Szymanski, 2004). O exossistema é o ambiente

que influencia indiretamente a pessoa em desenvolvimento, como sejam as políticas educativas e de trabalho, a rede de amigos da família. Por último, o macrosistema envolve todos os outros ambientes, formando uma rede de interconexões que se diferenciam de uma cultura para outra. Neste caso, podemos dar, como exemplo, a estrutura política e cultural de uma família norte americana de classe média enquanto sistema, muito diferente de um grupo familiar de operários brasileiros (Martins & Szymanski, 2004). Neste tipo de abordagem, o desenvolvimento é compreendido na interação entre múltiplas variáveis e múltiplos contextos.

No Modelo Ecológico (Bronfenbrenner, 1994), as estratégias de intervenção devem abranger os níveis individuais, familiares, escolares, sociais e comunitários. Empoderar é capacitar, reduzir a vulnerabilidade, promover mudança e justiça social, com foco num maior controle individual, grupal e comunitário (Peterson et al., 2017; Zimmerman & Eisman, 2017). Segundo Speer et al. (2019).

3.2. Empoderamento social

Juntos, o empoderamento e a teoria ecológica fornecem uma estrutura conceitual e operacional para as ações destinadas a envolver os jovens em atividades positivas, preparando-os para se tornarem agentes efetivos de mudança da comunidade (Zimmerman et al., 2011). O empoderamento é benéfico ao nível social para o funcionamento democrático, ao nível organizacional para efetuar mudanças e desenvolver liderança, e ao nível individual para promover consciência crítica e agência cívica.

Assim, as questões do empoderamento colocam-se ao nível individual, comunitário e organizacional. O processo de empoderamento inclui o reconhecimento e utilização de competências pessoais; aumento da consciência do impacto do contexto na vida pessoal; utilização da rede social para apoio; facilitação da consciência crítica e consciência da dinâmica de poder na vida. Essencialmente, o processo de consciência crítica envolve aumentar a consciência do eu (identidade), dos outros (contexto) e da relação do eu com os outros (dinâmicas de poder) e, conseqüentemente, promover a compreensão do controle em situações da vida. A consciência crítica fortalece a intenção e o compromisso com a mudança, e aumenta a procura da libertação em situação de opressão.

A importância da teoria do empoderamento advém da psicologia comunitária, que procura melhorar a saúde e o bem-estar de indivíduos e populações. É um construto multidisciplinar, cujo foco está na capacitação dos grupos marginalizados, para promover a justiça e a mudança social (Zimmerman & Eisman, 2017).

Na concepção de Rappaport (1987), o empoderamento é um processo pelo qual pessoas, organizações e comunidades obtêm domínio sobre as suas próprias vidas. Empoderamento psicológico implica envolvimento ativo na comunidade e entendimento desse mesmo ambiente social e político (Zimmerman, 1995). No mesmo sentido, e com foco no trabalho como estratégia de capacitação e controle, Chronister e McWhirter (2003), definem empoderamento como “processo em que as pessoas, organizações ou grupos oprimidos se (a) tornam conscientes da dinâmica do poder no trabalho, nos seus contextos de vida, (b) desenvolvem habilidades para ganhar controle sobre suas vidas,

(c) o qual eles exercem, (d) sem infringir os direitos de outros, e (e) que coincide com o apoio ativo ao empoderamento de outros na sua comunidade”.

Na literatura (e.g., Peterson, et., al., 2017; Speer & Peterson, 2000; Zimmerman, 1995), o empoderamento é tratado com construto multidimensional, que reúne componentes emocionais, cognitivas e comportamentais. Christens (2012) acrescentou a componente relacional. A dimensão emocional envolve sentimentos e autopercepções sobre a capacidade pessoal de influenciar contextos sociopolíticos como trabalho, escola, e outras instituições da comunidade. Inclui a identificação ao grupo e eficácia coletiva. A componente cognitiva é associada à consciência crítica do meio sociopolítico, incluindo autoeficácia específica do domínio, pensamento crítico, motivação para controlar e resolver problemas, tomada de decisão e liderança. A componente comportamental diz respeito às ações colaborativas que podem influenciar diretamente os resultados, enquanto a componente relacional envolve transações interpessoais, e competência para capacitar os outros (Peterson, et. al., 2017).

Numa perspectiva multinível do empoderamento, Peterson, Speer e Hughey (2006) sugerem que as dimensões são relativamente independentes, sendo assim pertinente a análise dos fatores que levam a diferentes tipos de empoderamento. A participação pode ser mais importante do que o senso de comunidade para o empoderamento intrapessoal, enquanto o senso de comunidade pode ser mais importante do que a participação para o empoderamento relacional, por exemplo. Contudo, existe uma forte confirmação da relação entre a participação na comunidade e o empoderamento intrapessoal (Peterson et al., 2005). Segundo os estudos de Zimmerman, Ramírez-Valles e Maton (1999), altos níveis de controle sociopolítico reduzem o desamparo pessoal e

umentam a autoestima, sugerindo que o controle sociopolítico pode ajudar a proteger os jovens das consequências negativas dos sentimentos de submissão e impotência. No contexto de justiça social, Cattaneo, Calton e Brodsky (2014) frisam que os valores intrínsecos da pessoa e do grupo são essenciais para a interação entre poder individual e social. De acordo com estes autores, “o empoderamento precisa ser firmemente realocado na ponte entre o poder individual e o social, atendendo à dinâmica entre os dois, e ancorado nas prioridades das comunidades marginalizadas” (p.443).

Nos grupos com vulnerabilidade social, as teorias do empoderamento apontam para o desenvolvimento positivo da juventude, designadamente na procura de oportunidades de vida saudáveis e em projetos de vida e carreira (Teixeira et al, 2021). A abordagem de empoderamento enfatiza o sentido de pertença afetiva à comunidade. Em contexto socioeducativo de reabilitação, há evidências do papel dos objetivos associados ao trabalho e à família no bem-estar e optimismo face ao futuro (Teixeira et al, 2021). O processo de empoderamento inclui reconhecer e utilizar competências pessoais; reconhecer o impacto do contexto na vida pessoal; utilizar a rede social de apoio; ter pensamento crítico e compreender a dinâmica de poder na vida. Essencialmente, o processo de consciência crítica envolve reconhecimento do eu (identidade), dos outros (contexto) e da relação do eu com os outros (dinâmicas de poder) e, conseqüentemente, a compreensão do controle pessoal em situações da vida. A consciência crítica fortalece a intenção e o compromisso com a mudança, na procura pela libertação da opressão.

Numa perspectiva educacional de empoderamento, as ações devem abranger os jovens, educadores e famílias, pois as questões da reabilitação incluem necessariamente

mudanças das crenças e comportamentos de educadores e educandos (Silva et al., 2021). Em clima de reabilitação, a opressão psicológica pode ocorrer pelos agentes educativos, nomeadamente psicólogos que detêm formal e informalmente um papel de superioridade política e social. Nestes contextos, o potencial transformacional da Psicologia deriva das ações para promover o bem-estar pessoal, relacional e coletivo, reduzindo as desigualdades de poder e aumentando a ação política, social e educacional. A mudança social acontece quando há combinação entre o poder psicológico e político (Prilleltensky, 2008).

As questões da relação entre pessoa investida de poder e educando são tratadas em Psicologia Social, desde os anos 60 do século XX. Milgran (1963) questiona a obediência na estrutura da vida social, mas também por Zimbardo et al. (1986) na bem conhecida pesquisa prisão de Stanford, em que os presos são arbitrariamente controlados, dependentes, frustrados, desumanizados. O poder converte pessoas em problemas ao invés de solucionar os verdadeiros problemas institucionais, econômicos e sócio-políticos de injustiça. Michel Foucault, em 1975, consolida estas ideias com uma análise histórica sobre crime e castigo, em que a natureza disciplinadora do encarceramento proporciona as condições de marginalidade.

Necessariamente, uma abordagem de empoderamento inclui o envolvimento dos jovens na resolução da violência nas suas comunidades (Morrel-Samuels, Zimmerman & Resichl, 2013). Há uma grande quantidade de pesquisas com evidências de que o treino em processos de autorregulação e estabelecimento de metas torna os alunos com maiores níveis de motivação e realização (e.g., Cleary & Zimmerman, 2004). A abordagem de empoderamento enfatiza a procura de bem-estar e da competência, ao

invés do enfoque na doença e da deficiência.

A educação por empoderamento baseia-se na estratégia de participação social dos jovens, que requer identificação dos problemas, planejamento de ações para mudar condições adversas, bem como na confiança para tomar decisões em conexão com os outros, e senso de responsabilidade por si e pelos outros. Estar criticamente consciente é componente chave no empoderamento emocional, o que aumenta a capacidade de exercer controle sobre as políticas comunitárias (Lardier et al., 2019; Opara et al., 2020).

Contudo, e, em aparente paradoxo com o que foi dito anteriormente, surge também o debate de que o próprio empoderamento seja um fator que conduz à reincidência, à continuidade do comportamento de crime, especialmente no campo do uso e tráfico de drogas. Alguns estudos (e.g., Grundetjern & Miller, 2018; Morgan & Joe, 1996) descrevem o tráfico de drogas como ambiente que pode sedimentar sentimentos de eficácia e controle, e estes sentimentos de sucesso podem tornar-se um incentivo para a continuação no mundo do crime. Esta relação é mais visível nas mulheres, já que o tráfico é um mundo masculino em que elas conseguem sucesso (Grundetjern & Miller, 2018). Estes estudos (e.g., Lardier et al., 2019; Grundetjern & Miller, 2018; Morgan & Joe, 1996; Opara et al., 2020) tendem a mostrar que existe uma relação sólida, quer positiva quer negativa, entre controle, confiança e sucesso.

No entanto, salienta-se que os conceitos de empoderamento, na mudança ou continuidade no mundo do crime, estão enraizados num sentido de comunidade. A pertença envolve suporte, afetos, vínculos, valores, aprendizagens e reconhecimento de capacidades. Ser membro de um grupo requer o sentimento de relacionamento pessoal, o senso de importância de nós próprios para o grupo e do grupo para seus membros. O

grupo é fonte de satisfação das necessidades dos seus membros. No grupo há conexão emocional compartilhada, compromisso e crença de que os membros partilham história e histórias, lugares, momentos e experiências. Sentido de comunidade é um sentimento de pertencer, de se ser importante, de uma fé partilhada de que as necessidades dos membros são atendidas através do compromisso de se estar junto (McMillan & Chavis, 1986).

3.3. Suporte social

O sentimento de pertença e identificação envolve o sentimento, a crença e a expectativa de que alguém se encaixa no grupo e tem um lugar. A crença no valor pessoal e dos outros é formada nas redes emocionais familiares, escolares e comunitárias, na relação entre pessoa com crenças, as prioridades e os comportamentos. Nesta rede de relações e afetos, o jovem cria concepções de si no mundo, e estabelece esses mesmos conceitos na sociedade (Bandura, 1997). O suporte dado pelas instituições é expresso por aceitação, pertença, valorização e crença de que os outros permanecem conosco ao longo da vida. Contudo, na adolescência reveste-se de particular atenção a cognição de poder recorrer a essas mesmas redes de apoio (Bandura, 1990). As redes quando existem, necessitam de proximidade e de envolvimento para se tornarem úteis e eficazes.

No domínio do suporte, Warren et al.(2009) diferenciam sete disposições de suporte: integração social, apego, orientação e informação, aliança confiável, garantia de valor, nutrição e suporte instrumental. Para estes autores, os meninos têm menos facilidade de buscar apoio do que as meninas, e recorrem mais à orientação e

informação nos processos de adaptação e desempenho escolar, enquanto o apego e a garantia de valor eram os indicadores mais fortes de esperança. Os resultados ressaltam a natureza multidimensional do apoio social e enfatizam as formas diferenciais das redes de apoio, nos processos adaptativos dos adolescentes.

Em jovens afro-americanos de Chicago, foi observada interação entre eficácia coletiva, experiências violentas e percepção de segurança do bairro, sendo o apoio da vizinhança um fator protetor em ambientes urbanos de alto risco (Thomas et al., 2016). O clima de segurança é maior no contexto onde as pessoas são apoiadas e encorajadas a adotar comportamentos pró-sociais (eficácia coletiva), enquanto a percepção de desorganização da vizinhança é ligada aos resultados adversos para os jovens (Brevard et al., 2013). As comunidades desorganizadas geralmente carecem de estruturas sociais para promover o bem-estar e segurança dos seus membros, seguindo vínculos de risco intergeracionais. No mesmo sentido, Zambrano et al. (2015) salientam a importância da articulação do trabalho social em rede, como base do sucesso para intervenções coerentes, duradouras e eficazes, em jovens chilenos infratores.

Capítulo 4 - Autodeterminação da Carreira, Projetos de Vida e de Futuro

A Teoria da Autodeterminação (SDT) (Ryan & Deci, 2009) explica o funcionamento adaptativo da motivação humana e do bem-estar, em contexto educacional. O estudante é conceptualizado como ativo, curioso e naturalmente orientado para a aprendizagem, crescimento e realização pessoal.

4.1. A teoria da autodeterminação

A teoria da autodeterminação de Deci e Ryan (1991, 2002) aborda as questões da motivação e da direção do comportamento, com base nas necessidades psicológicas básicas, inerentes à vida humana. A teoria enfoca principalmente três necessidades inatas: competência, relacionamento e autonomia. A motivação intrínseca gera maior aprendizagem conceitual, melhor desempenho e melhor memória, mais emoções positivas, maior autoestima, mais prazer no trabalho acadêmico e mais satisfação com a escola. Os contextos sociais que apoiam o ser humano competente, vinculado e autônomo promoverão ação intencional (isto é, motivada) e, além disso, esse apoio à autonomia, em particular, facilitará que a ação motivada seja autodeterminada (e não controlada). Por outro lado, avaliação e vigilância, prazos, metas impostas e competição (formas de controle) podem impedir os processos de motivação intrínseca.

O agenciamento pessoal é expresso através do envolvimento em atividades congruentes com o *self* sob forma de objetivos e planos de futuro, que permitem a inserção em estruturas sociais alargadas. Os processos de motivação inerente à natureza humana requerem a satisfação das três necessidades psicológicas, inatas e universais, referidas anteriormente como autonomia, competência e vínculo (Ryan & Deci, 2009).

Estas necessidades podem encontrar expressão nos planos de reabilitação, quer através de projetos de vida e carreira, quer nas atividades de lazer e de encontro social. A satisfação destas necessidades é fator crítico da inserção social e profissional, bem como do sucesso da reabilitação.

Assim, a autonomia refere-se à autodeterminação de estabelecer livremente objetivos e projetos e assumir as próprias decisões, e a competência refere-se à confiança nos próprios desempenhos, em diferentes contextos (Ryan & Deci, 2009). Em diferentes níveis educacionais, as evidências demonstram o efeito da perceção pessoal de competência no bem-estar (Almeida & Costa, 2018; Pinto & Teixeira, 2018; Teixeira & Costa, 2016). É ainda observada a relação entre crenças de autoeficácia e o nível e natureza das aspirações e do próprio desempenho (e.g., Bandura, 1996; Lopes & Teixeira, 2012; Teixeira & Ferreira, 2018).

A necessidade humana de vínculo traduz o enraizamento no ambiente social e educacional; o relacionamento entre toda a comunidade educativa. Nesta perspetiva, as pessoas procuram objetivos, espaços sociais e relações que permitam a satisfação das três necessidades psicológicas, e esta relação condiciona o sentimento de satisfação e bem-estar. Logo, o contexto assume um papel fundamental em oportunidades de suporte social e condições para a satisfação das necessidades (Ryan & Deci, 2009). A satisfação das necessidades é um processo motivacional, facilitador do florescimento de capacidades, de mudança e de inserção social e bem-estar. Florescer significa desenvolver potencialidades e emoções positivas, conducentes à qualidade de vida individual e coletiva (Keyes, 2006). No entanto, é necessário antever que tanto a

autonomia como a competência e o vínculo podem encontrar condições de satisfação no mundo do crime e da delinquência.

4.2. Projetos de Vida e de Futuro

No entanto, o que difere no contexto socioeducativo da reabilitação são as oportunidades traçadas para intencionalmente florescer, planejar, estabelecer objetivos e criar significado e envolvimento na própria vida. Estas oportunidades são traçadas em benefício pessoal e dos outros, e podem ser atividades de natureza profissional, acadêmica, de lazer ou de nível artístico ou espiritual. O trabalho é promotor de inclusão social, numa sociedade carregada de medos associados ao crime. Os projetos de carreira podem estabelecer pontes entre as necessidades do jovem e da própria sociedade. E, esta relação é tanto mais firme, quanto a carreira abarca outros papéis para além do trabalho, tais como tempos livres e lazer, família, cidadania (Super, 1990). Decorrente desta visão holística de carreira, os espaços de tempos livres e família ou mesmo a cidadania em contexto social podem ser espaços de satisfação das necessidades psicológicas, de fluir de competências, de atingir e de sentir sucesso e realização. O impacto da carreira no bem-estar é proposto também no modelo holístico de Connolly e Myers (2003), que propõem diferentes tarefas e contextos no bem-estar.

Na fase da adolescência, há um importante questionamento acerca da concepção dos objetivos esperados para a vida (Erickson, 1968), que podem traduzir valores. Os valores estruturam o processo de escolha e os objetivos de vida dos adolescentes (Cohen & Cohen, 2001). Os valores são enraizados na socialização e influenciados pelos fatores sociais e culturais (Šverko, & Super, 1995). Cohen e Cohen (2001) fazem a distinção

entre valores de motivações intrínsecas (e.g., construir relações sólidas, ter bons amigos, ser altruísta, participar de ações positivas na comunidade) e extrínsecas (busca de fama, poder, dinheiro, prazer). A pesquisa evidencia que as motivações intrínsecas estão mais associadas com os sentimentos de bem-estar e saúde mental positiva, sendo a relação negativa com consumos de drogas (Cohen & Cohen, 2001).

Em várias teorias atuais de motivação na educação, o conceito de competência é formulado em termos de controle sobre os resultados, autoeficácia, autoconfiança e no uso de estratégias e capacidades para o sucesso (Deci, Vallerand, Pelletier & Ryan, 1991). Nesse sentido, promover a autodeterminação é o caminho para alcançar resultados como criatividade, flexibilidade cognitiva e autoestima. Os suportes específicos para autodeterminação incluem a oferta de escolha, a minimização de controles autoritários, o reconhecimento de sentimentos e a disponibilização de informações necessárias para a tomada de decisões e para a realização de tarefas. A teoria da autodeterminação (Deci & Ryan, 1985, 1991), quando aplicada ao campo da educação, preocupa-se primariamente em promover nos estudantes o interesse pela aprendizagem, a valorização da educação e a confiança em suas próprias capacidades e atributos.

Os sistemas escolares ideais são aqueles que conseguem promover nos alunos um genuíno entusiasmo por aprender e o sentimento de envolvimento volitivo no empreendimento educacional. As características centrais da congruência entre pessoa e formação são sentidas ao nível pessoal do bem-estar e na satisfação das necessidades pessoais, concomitante com a preocupação com o ambiente social (Teixeira & Costa, 2017). A mais alta qualidade de aprendizagem conceitual parece ocorrer sob as mesmas condições motivacionais que promovem o crescimento e ajuste pessoal.

Em termos motivacionais, a pesquisa (e.g., Moneta, 2014; Wang & Dishion, 2011, 2012) também sugere a importância de proporcionar aos alunos a oportunidade de participar nas decisões, em âmbito escolar. A pedagogia participativa usada pelos professores, em contexto das escolas profissionais, revela ter impacto no bem-estar e engajamento dos alunos (Pinto & Teixeira, 2018).

Ferrari, Nota e Soresi (2010) relataram que adolescentes com projetos e visão positiva de futuro demonstraram menos indecisão na carreira e maior nível de aproveitamento escolar. A perspectiva de planejamento e o sentimento de controle do futuro estavam associados à motivação para se envolver na tomada de decisões na carreira. Num estudo de Almeida e Teixeira (2018) é focado o papel dos fatores de carreira sobre o bem-estar, nas dimensões de controlo, perspectiva pessoal, confiança, e ainda gestão do tempo e relacionamento com pares. O planejamento está ligado às metas a atingir, no sentido de atingir bem-estar e satisfação dos valores e objetivos, nos diferentes contextos de vida (Taber, 2015).

Para Boyd & Zimbardo (2005), o estudo das dimensões temporais é também fundamental na motivação. A perspectiva positiva de futuro assegura emoções positivas, e assegura a prevenção de comportamentos de risco, como abuso de substâncias, sexo inseguro e envolvimento criminal. A orientação de atitudes é influenciada diretamente por aspectos cognitivos e motivacionais (Janeiro, 2012), sugerindo tendências quantitativas e qualitativas de se relacionar com presente, passado e futuro. Na reabilitação com jovens delinquentes, Boyd e Zimbardo (2005) sugerem que deve haver uma perspectiva de tempo presente moderada aliada a uma elevada perspectiva de tempo futuro. Os jovens precisam de analisar as conjunturas do presente e antecipar um futuro

com possibilidades.

Nos estudo com o Inventário de Perspectiva de Tempo de Zimbardo (Keough et., al., 1999) foi observada uma alta correlação negativa entre uso de drogas e perspectiva de futuro. A influência social, também exerce efeito sobre a expectativa temporal avaliada. Lens & Tsuzuki (2007) apontam para a importância da motivação intrínseca para um desenvolvimento adaptativo e uma atitude positiva, ativa e realista de futuro. Na transição para a vida adulta, a autonomia dos estudantes, apoiada pelo ambiente familiar, educacional e social, incide positivamente nos projetos vocacionais (Janeiro, 2012; Paixão et al., 2014; Duarte et al., 2019).

Segundo Maree (2015), o papel do trabalho está relacionado com a percepção da identidade. Neste sentido, a promoção de algumas dimensões como competência e interesse, bem como o conhecimento de ocupações específicas são importantes estratégias para o sucesso laboral, contribuição social e domínio ativo de habilidades percebidas. Há estudos (e.g. Fitzgerald, Chronister, Forrest & Brown, 2012) que sugerem que os adolescentes de grupos socioeconômicos mais baixos experimentam o processo de desenvolvimento de carreira como diferente e com menor grau de envolvimento. Nestes grupos sociais, também se observam níveis mais baixos de autoeficácia (Lopes & Teixeira, 2012).

O domínio do aconselhamento da carreira ganha especial significado remetendo para aspetos reflexivos de autoconhecimento, identificação de alternativas e soluções, compromissos com decisões e adaptações às mudanças (Guichard, 2001). Em intervenção, estes objetivos têm caráter preventivo e de promoção de competências, sendo a finalidade última tornar os jovens autônomos face às decisões. Atitude positiva

frente ao futuro, persistência e pró-atividade são dimensões essenciais para o trabalho de orientação vocacional (Faria e Teixeira, 2014). As Teorias Sociocognitivas de carreira – SCCT – fazem um excelente contributo, porque os princípios SCCT abordam o impacto dos múltiplos contextos no desenvolvimento da carreira, bem como da relação dinâmica entre os indivíduos e seus contextos (Chronister & McWhirter, 2006). Ainda segundo estes autores, a abordagem sócio-cognitiva foca a agência e o poder dos indivíduos, como essência de todo o processo de desenvolvimento (Chronister & McWhirter, 2006).

Fitzgerald, Chronister, Forrest e Brown (2012) sugerem que as intervenções de carreira no contexto prisional devem incluir exercícios escritos, informações sobre o mundo do trabalho, avaliações individualizadas e feedback, estratégias para encontrar apoio ao emprego e modelagem de papéis. Varghese, Fitzgerald, Chronister, Cummings e Forrest (2013) recomendam que os psicólogos que trabalham no contexto infracional procurem a excelência na aplicação de teorias vocacionais e melhores práticas para promover o desenvolvimento positivo da carreira dos infratores. Estes modelos sociocognitivos colocam também enfoque na confiança pessoal sobre competências para enfrentar desafios e transições na trajetória de carreira (Yuen, Gysbers, Chan, Lau, Leung, Hui & Shea, 2003).

Considerando o público-alvo deste trabalho, na intervenção é essencial o cuidado com as resistências (medo da mudança) dos jovens (Gysbers, Heppner & Johnston, 2009). A resistência à intervenção pode advir sob forma de medo de um futuro num mundo incerto e desconhecido. São fatores de resistência o enviezamento do autoconhecimento e das emoções, o medo em assumir responsabilidades, os mecanismos de defesa não adaptativos, as crenças irracionais, o processamento

deficiente da informação, a baixa autoestima, mas também o estigma social, entre outras. Entre os recursos para atenuar estes fatores conta-se a dimensão da relação pessoal de aconselhamento entre psicólogo e cliente, o estabelecimento de uma aliança de trabalho sólida e clara, bem como as técnicas de metáforas, confrontação e resignificação. Neste contexto, é essencial o ambiente relacional dar apoio e transmitir confiança genuína, em acreditar nas potencialidades e possibilidades dos jovens, e das suas possibilidades de mudança.

No domínio do aconselhamento da carreira existem instrumentos específicos, que podem ser usados com jovens em reabilitação, e que focam a percepção de autoeficácia e empoderamento social (e.g., *ACCESS–Advancing Career Counseling and Employment Support for Survivors of domestic violence*). Recentemente, o conteúdo do ACCESS foi adaptado no caso do “OPTIONS intervention program” para presos do sexo masculino (Jorge–Monteiro & Ornelas, 2014).

Capítulo 5. Saúde mental

Aaron et al., (1992) salientam a importância de contextualizar as mudanças na adolescência, nos componentes biológicos, cognitivos e relacionais com pares, com a família, a escola, e toda a rede de contatos sociais. Na mudança, é também fundamental considerar a influência da autoestima e auto-percepção da situação (Aaron et al., 1992). Nesta fase de vida, são muito frequentes os sintomas de ansiedade e depressão (mais comuns em meninas) e das desordens de conduta (mais frequentes em rapazes). A adolescência é um processo de profunda adaptação, em que o enfrentamento do desafio das mudanças está diretamente relacionado à disponibilidade de recursos sociais.

5.1. Fatores de Risco e Proteção da Criminalidade

As teorias desenvolvimentistas tentam explicar os fatores protetores dos percursos de vida saudáveis, que são particularmente adaptativos na adolescência. A identificação de fatores de proteção sugere tipos específicos de intervenções, que devem ser direcionadas a indivíduos que apresentam fatores de risco específicos.

Nos processos adaptativos, Aaron et al., (1992) apresentam como variáveis de risco os fatores relacionados com a falta de consciência da realidade, dificuldade de diferenciar contextos (por exemplo escola versus jogos com pares), egocentrismo, confronto das demandas sociais, relativismo cultural e idealismo. Neste contexto, o uso de drogas aparece como fator de risco relacionado com a falta de motivação. Assim, é fundamental que haja suporte social enquanto mediador entre stress e bem-estar. Quanto melhores forem as relações pessoais de apoio, melhor será o sucesso adaptativo

e o desenvolvimento de fatores individuais de prevenção e promoção positiva.

Block e Gjerde (1992) salientam também que o desenvolvimento deriva das maturações associadas à idade e suas estruturas cognitivas, da internalização de sentimentos e experiências. Os fatores relacionados com a depressão na adolescência englobam características duradouras de natureza física e psicológica, como sejam a dificuldade de relacionamento, a dependência excessiva de outros, a forte auto-crítica, a baixa autoestima, a introversão, a incompetência intelectual, o desamparo e auto-desvalorização. Por outro lado, o conceito de resiliência traz características de proteção que se relacionam com perfis de curiosidade, exploração, confiança, independência, criatividade, vitalidade e vivacidade. Os eventos traumáticos como perdas e decepções podem ser precipitadores da depressão (e de outras patologias) e ganham maior força conforme os fatores de susceptibilidade.

Rutter (1999) define os processo protetivos como “os que reduzem o impacto do risco em virtude do efeito da redução do impacto ... ou por meio de alteração da exposição ou envolvimento no risco, (b) reduzem a probabilidade de encadeamentos negativos decorrentes do encontro com o risco, (c) promovem a autoestima e a autoeficácia através da disponibilidade de relacionamentos pessoais seguros ou de apoio no sucesso na realização de tarefas ou (d) abrem oportunidades” (pp. 209–210). Fatores de proteção referem-se às estratégias de ação positiva que promovem resiliência na juventude.

Heilbrun, et al. (2005) definem os fatores de risco como influências externas ou internas ou condições que estão associadas ou predizem um resultado negativo (como delinquência ou comportamento antissocial). Estes fatores são classificados em

diferentes categorias: fatores de risco estáticos e fatores de risco dinâmicos, fatores de risco clínicos e fatores de risco criminológico.

Os fatores de risco estáticos não são modificáveis e incluem variáveis históricas (por exemplo, idade da primeira ofensa, número de prisões anteriores) e variáveis demográficas. Embora os fatores de risco estáticos não sejam passíveis de intervenção, eles têm considerável utilidade preditiva, o que os torna essenciais na avaliação do potencial de reincidência. A intervenção pode atuar neste tipo de fatores através de condições mediadoras ou moderadores, que possibilitem minimizar os seus efeitos. Por exemplo, as intervenções serem dirigidas ao agenciamento e à procura de projetos, com possibilidades de socialização e inserção social.

Os fatores de risco dinâmicos são modificáveis e incluem variáveis como acesso a armas, abuso de substâncias e pares delinquentes. Por serem passíveis de intervenções diretas, as estratégias de intervenções mais eficazes para infratores juvenis concentram-se em eliminar (ou melhorar o efeito) dos fatores de risco dinâmicos, criando condições de mudança de comportamentos e atitudes.

Os fatores de risco criminológicos são aqueles que foram identificados na literatura sobre justiça criminal, como tendo relação com o comportamento antissocial, como criminalidade prévia, experiências negativas na infância e uma vizinhança empobrecida. Este conjunto de fatores também pode ser modificado em intervenções individuais e comunitárias.

Os fatores de risco clínico são os de natureza individual, que foram classificados como tendo uma relação com o comportamento antissocial, como sejam os sintomas psicóticos ou os estados de depressão e ansiedade. Tal como os anteriores, estes fatores

são objeto de intervenções dirigidas ao indivíduo, ao grupo e à comunidade.

Nos últimos anos, foram identificados vários fatores correlacionados ou preditivos de comportamento antissocial entre jovens. Como fatores de risco individuais podemos citar o histórico de agressão precoce, prisões anteriores, institucionalizações, uso de drogas e alguns distúrbios psiquiátricos. Como fatores protetores, são incluídos a inteligência, educação, sociabilidade, suporte e apoio social e aquisição de diversas habilidades (pensamento crítico, resolução de conflitos, gerenciamento de raiva).

Como fatores de risco familiares listamos o abuso e negligência infantil, baixo níveis de acompanhamento dos pais, altos níveis de hostilidade, conflito, agressão dentro da família, criminalidade parental, conflito familiar, supervisão parental inadequada e privação emocional, violência intrafamiliar, pais antissociais. Como fatores de proteção surgem a ausência de distúrbios familiares, o afeto, os modelos não agressivos e o fortalecimento de vínculo parental (Heilbrun, et al., 2005; Rigon, 2012).

Existem vários fatores de risco associados ao desempenho acadêmico e ao ambiente escolar com grande impacto no comportamento delinquente e violento entre jovens. Entre estes fatores, incluem-se o fraco desempenho acadêmico, baixo comprometimento com a escola, superlotação da escola e absenteísmo. Como fatores de proteção surgem a participação em atividades extracurriculares relacionadas à escola e o compromisso com a escola (Tiernan et al., 2015).

Durante a adolescência, a relação com o grupo de pares torna-se fundamental para a socialização e o desenvolvimento (Seligman, 1994). Assim, os fatores de risco relacionados com os pares assumem particular importância durante a adolescência e esses fatores de risco são considerados como o fator de risco mais poderoso entre os

adolescentes. Entre estes fatores, incluem-se as relações de pares negativos, o isolamento social e a presença de pares delinquentes no grupo. Os autores (Tiernan et al., 2015) destacam que há poucos estudos sobre fatores de proteção relacionados com os pares e com o ambiente social. Em jovens em liberdade, a coesão dos pares tem impacto na autoeficácia individual dos adolescentes (Teixeira & Ferreira, 2018).

A influência ambiental é uma ampla categoria de fatores, que inclui principalmente variáveis culturais, econômicas e comunitárias. Os principais fatores de risco listados são relativos ao status socioeconômico, viver num bairro de baixa renda e desemprego dos pais com baixa educação formal.

No âmbito um estudo longitudinal, Farrington et al. (2016) investigaram os fatores protetores, de risco, e os fatores protetores baseados em riscos e a influência da interação dinâmica destes fatores para a delinquência. Este estudo longitudinal incluiu 411 homens ingleses, residentes em Londres, com idades superiores a 8 anos de idade. As variáveis medidas aos 8-10 anos foram investigadas como preditores de condenações entre as idades de 10 e 18 anos. O aproveitamento escolar foi derivado dos registros da escola e testes de raciocínio em inglês, aritmética e verbal, sendo a inteligência não verbal medida através das Matrizes Progressivas de Raven. O raciocínio verbal foi avaliado em testes de compreensão verbal e de vocabulário. "Ousadia", popularidade e desonestidade eram comportamentos medidos com base em avaliações de pares e pais, hiperatividade foi avaliada pelos professores e impulsividade foi medida usando o Porteus Labirinto, labirinto em espiral e testes de tapping. Extroversão e neuroticismo foram medidos usando o "New Junior Maudsley Inventory". Nos resultados, "altas preocupações", pais condenados e alta "ousadia" foram avaliados como

importantes fatores de risco para a delinquência, enquanto o baixo neuroticismo e poucos amigos eram importantes fatores protetores. Os efeitos protetores interativos mais importantes foram: alta inteligência não-verbal, alta inteligência verbal, alta escolaridade e alto interesse dos pais na educação, protegidos contra a deficiente educação dos filhos; boa supervisão dos pais protegida contra a alta desonestidade; e alta renda familiar protegida contra um pai condenado. É importante destacar que esse estudo clarifica os conceitos de fatores de risco e proteção, enquanto variáveis dinâmicas que interagem entre si e são dependentes umas das outras. Assim, fatores protetores relacionam-se com fatores de risco e podem-se tornar protetores, de acordo os contextos. Da mesma forma, fatores de risco podem-se tornar fatores protetores, de acordo com a combinação das diferentes variáveis envolvidas.

Segundo Tennyson (2009), os jovens delinquentes frequentemente apresentam também dificuldades de aprendizagem e perturbações do desenvolvimento, incidência de traumas e problemas médicos (infecções, problemas dermatológicos). Kerig et al. (2010) relacionam os problemas de comportamento destes jovens com experiências traumáticas prévias, sugerindo a necessidade de um diagnóstico e de programas de saúde mental, planeamento, reabilitação e tratamentos apropriados dentro das unidades de internamento.

Kofler-Westergren et al. (2010) estudaram o comportamento de 75 jovens austríacos e concluíram que a ausência paterna, o uso de drogas e transtornos de conduta configuraram os principais fatores de risco da população examinada. Os autores também destacam a presença de psicopatologia na família, como mais uma configuração de risco.

A legislação no Brasil e em Portugal contém em comum a elaboração de um plano individual para o jovem, designado “Plano Individual de Atendimento – PIA” no Brasil, e no caso português “Projecto Educativo Pessoal – PEP . Ambos os recursos estão previstos nas diretrizes da justiça juvenil, no início da medida socioeducativa ou tutelar educativa. Estes procedimentos procuram justamente identificar fatores de risco e de proteção ao longo da vida familiar, educacional, profissionalizante, de saúde, de lazer e cultural, que possam guiar um caminho de superação e resiliência da trajetória infracional. Este plano deve ter como fontes de informação o relato do menor infrator, e informações de familiares, professores, empregadores e comunidade. Esses planos de intervenção diferenciam fatores de risco e de proteção, como referências para as intervenções no âmbito das medidas socioeducativas, que perspetivam a intervenção, em grupos em conflito com a lei.

Neste sentido, as variáveis que influenciam o desenvolvimento do adolescente infrator, se entrelaçam em aspectos individuais, familiares, sociais e ambientais de maneira dinâmica como fatores de risco e de proteção. Esses fatores também irão influenciar as características de personalidade, que por sua vez, também devem ser analisados enquanto fatores individuais e clínicos de risco e de proteção. Assim, de acordo com o que foi observado em pesquisas anteriores, por um lado, os principais fatores de risco criminológico constam da história criminal, do suporte social para o crime, da personalidade antissocial, das atitudes pró-criminais, do abuso de substâncias, dos tempos livres, da família, da educação e ocupação. Por outro lado, os fatores de proteção criminológicos merecem atenção em consonância com os modelos da Psicologia Positiva em dimensões positivas como autoestima, auto-eficácia, afeto

familiar, vínculo parental, motivação escolar, envolvimento profissional, presença de atividades ocupacionais esportivas ou de lazer, suporte social e sociabilidade, sem esquecer o ambiente educativo coeso em apoio e suporte social e emocional.

Como foi dito na introdução deste trabalho, há a necessidade perceber o tipo de fatores internos (e.g., autocontrole, ansiedade, autoeficácia) com impacto na mudança do comportamento, bem como das variáveis externas de natureza familiar, social, institucional que estão associadas ao risco psicopatológico e psicossocial. As implicações dos dados analisados serão pertinentes para as intervenções socioeducativas, que incluam fatores protetores e promovam prioritariamente desenvolvimento, bem-estar e confiança no futuro.

5.2. Indicadores de ansiedade, depressão e consumos aditivos

A sintomatologia de ansiedade e de stress no grupo dos jovens infratores está associada, pelo menos em parte, à incerteza sobre o futuro, à falta de objetivos, à falta de visão positivo sobre si próprios e os outros. Numa visão triádica do comportamento, o insucesso no desempenho acadêmico afeta crenças de capacidade e valorização pessoal, podendo originar comportamentos antissociais (Bandura, 1993). Os resultados apontam no sentido de que os agressores adolescentes são caracterizados pela baixa autoestima, baixa tolerância à frustração e baixos níveis de responsabilidade (Farrington, Ttofi & Piquero, 2016). As pesquisas sugerem ainda a relação entre baixa autoestima e problemas escolares, comportamento antissocial, transtornos psicopatológicos, ansiedade e depressão (Arce, Velasco, Novo & Fariná, 2014; Álvarez García, Barreiro-Collazo, 2016). O conceito de resiliência traz características de proteção

que se relacionam com perfis de curiosidade, exploração, confiança, independência, criatividade, vitalidade e vivacidade (Born, Chevalier & Humblet, 1997; Rutter, 1999; Lemos, 2014).

A relevância da caracterização da saúde mental de jovens em unidades de internamento tem dado lugar a vários estudos (e.g., Abrantes, Hoffmann, & Anton, 2005; Teplin, Abram, McClelland, Dulcan, & Mericle, 2002). Em alguns destas pesquisas, foram desenvolvidos instrumentos específicos para essa população. Há dados que indicam que esta população apresenta duas a quatro vezes maiores incidências de transtornos mentais que outros jovens (Tennyson, 2009) e cerca de metade apresentam perturbação por uso de substância (Graeff, 1989).

O Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais – DSM-5 (American Psychiatric Association, 2013) define *Perturbações Disruptivas, do Controlo dos Impulsos e do Comportamento* como “problemas de autocontrolo das emoções e dos comportamentos. ... por comportamentos que violam os direitos dos outros (por exemplo, agressão, destruição de propriedade) e/ou envolvem o indivíduo em conflitos significativos com as figuras de autoridade ou normas da sociedade” (p. 553).

Tais perturbações são definidas como “mais frequentes em indivíduos do sexo masculino do que feminino” e que “têm em geral início na infância ou na adolescência.” Além disso, “crianças com perturbação desafiante de oposição estão em risco para o desenvolvimento eventual de outros problemas para além de perturbação do comportamento, incluindo perturbações depressivas e de ansiedade”. E, ainda, associadas com “...*desinibição* e *constrangimento*, e em menor extensão com emocionalidade negativa”, caracterizam-se “as perturbações de uso de substâncias e

perturbação antissocial da personalidade” (p. 554).

Ebata, Petersen e Conger (1990) salientam a importância de contextualizar as mudanças na adolescência, na globalidade do desenvolvimento biológico, cognitivo, social e emocional. Nesta pesquisa, acrescenta-se também o segmento do desenvolvimento vocacional, visto os projetos se revestirem de grande significado para a saúde mental do jovem (Erickson, 1963). A fase da adolescência é um processo de profunda adaptação, em que o enfrentamento do desafio das mudanças está diretamente relacionado à disponibilidade de recursos sociais. Destacam-se como variáveis inadaptativas os seguintes fatores: falta de consciência da realidade, dificuldade de diferenciar contextos (por exemplo escola versus jogos com pares), egocentrismo, confronto das demandas sociais, relativismo cultural e idealismo (Ebata, Petersen & Conger, 1990). Neste contexto, o uso de drogas aparece como grande fator de risco relacionado com a falta de motivação. Assim, é fundamental que haja suporte social enquanto mediador entre estresse e bem-estar. Quanto melhores forem as relações pessoais de apoio, melhor será o sucesso adaptativo e o desenvolvimento de fatores individuais de prevenção e promoção positiva.

Na avaliação da saúde mental do infrator, Mergaree (2003) defende que o diagnóstico deve estar sempre relacionado ao prognóstico e aos objetivos da detenção. Para tal, são relacionados nove aspectos importantes no cenário de avaliação: saúde mental, comportamento social desviante, necessidade de participação social, liderança, relações de hostilidade com os pares, conflito com autoridade, necessidade de supervisão, orientação vocacional e programa de orientação escolar. Chama-se a atenção, ainda, para o alerta na verificação de uso de substâncias, desordem do

pensamento, depressão ou desordens do humor, excesso de preocupação com a saúde, hostilidade hiper-controlada, manipulação ou exploração de terceiros, problemas de controle da raiva, dificuldade de relações sociais, conflitos familiares, como aspectos que devem ser mensurados na avaliação.

Thomas Grisso (2003) faz uma diferenciação importante entre o enfoque clínico e o enfoque forense dentro do contexto da justiça juvenil. Acrescentamos aqui a importância de atenção ao enfoque educacional. As próprias mudanças sobre a conceituação da adolescência nas teorias do desenvolvimento que ocorreram ao longo do século passado, trazem a necessidade de mudanças na forma de tratamento do adolescente em conflito com a lei. O conceito de reabilitação passa a ter mais sentido do que apenas a punição criminal, e a educação ganha especial importância quanto à promoção de empoderamento, autoeficácia e objetivos em projetos de vida e de carreira.

Estudos internacionais (e.g., Desai et al., 2006; Fazel et al., 2008; Gretton & Clift, 2011; Grigorenko et al., 2015; Livanou et al., 2019; Penner et al., 2011; Schubert et al., 2011; Steiner et al., 1997; Teplin et al., 2002, 2012) identificaram uma proporção substancial de problemas psicológicos em delinquentes juvenis institucionalizados. Depressão, ansiedade e abuso de substâncias estão entre os transtornos relatados com mais frequência. No entanto, em muitos casos, não está claro se os jovens já tinham esses problemas antes da institucionalização ou se a privação de liberdade contribuiu por si mesma para desenvolver ou agravar seus sintomas. Em ambos os casos, as necessidades de saúde mental dessa população são inquestionáveis.

Por outro lado, estudos na população geral de jovens e adolescentes mostram que o início do consumo de psicoativos é cada vez mais precoce e com substâncias mais

pesadas (Chiapetti & Serbena, 2007). Esses autores observam que os usos mais frequentes em um ambiente de ensino superior incluem álcool, tabaco, maconha e estimulantes. Adversidade, disfunção familiar e colegas delinquentes são fatores que levam também ao uso de drogas. Por outro lado, os adolescentes que se sentem inseridos na comunidade e têm expectativas positivas dos educadores ficam mais protegidos. No contexto da saúde mental, os fatores de risco para comportamentos aditivos são as inseguranças que caracterizam a adolescência, bem como as características familiares, sociais e do meio acadêmico.

A literatura (e.g., Abilleira et al. 2019; Teixeira & Costa, 2017) mostra diferenças de gênero na vulnerabilidade emocional, apresentando as mulheres níveis mais elevados de ansiedade, depressão e neuroticismo. Contudo, também são as mulheres que recebem um maior potencial do efeito protetor (Warren et al., 2009). A comunidade, o grupo de amigos e a família podem funcionar como fatores de proteção na relação entre as dificuldades emocionais e o consumo de substâncias psicoativas, mas também como fatores de risco. Segundo Chiapetti e Serbena (2007), as próprias intervenções são fatores que contribuem para uma mudança positiva na relação entre saúde mental, uso de drogas e qualidade de vida (Limberger & Andretta, 2018). Nas instituições socioeducativas, o atendimento pedagógico preconizado por lei (Volpi, 2015) deve contemplar a saúde mental dos jovens infratores, pois a própria instituição representa uma fonte adicional de stress, que pode afetar ainda mais o sofrimento psíquico juvenil.

Os fatores de risco social parecem ser prevalentes, inclusive em estudos sobre psicopatologia com adolescentes brasileiros (Davoglio et al, 2011; Castellana et al, 2014). Um estudo de Barros et al. (2013) realizado com adolescentes internados em São Paulo

indicou que nenhum indivíduo de sua amostra atendia aos critérios formais para psicopatias baseados nos parâmetros do *Psychopathy Checklist Revised Inventory*, reforçando a prevalência de aspectos ambientais sobre aspectos hereditários. Num outro estudo com presidiários adultos, a sintomatologia depressiva, ansiogénica e psicossomática estava associada a variáveis de classe social baixa, falta de escolaridade dos participantes, bem como ambiente insalubre, falta de assistência social e de saúde, e falta de credibilidade às queixas dos entrevistados (Coelho, 2012).

6. Síntese, Objetivos e Hipóteses

No âmbito da literatura que identifica fatores de risco e protetores para a saúde mental na adolescência, e que fundamenta as ações socioeducativas da reabilitação na Psicologia Positiva, designadamente nos modelos de bem-estar, autoeficácia, empoderamento e autodeterminação, este trabalho tem como objetivo identificar fatores com impacto nos níveis de bem-estar e agenciamento pessoal dos jovens em reabilitação, e que podem ser incluídos nas estratégias de tratamento e prevenção.

Este objetivo geral, ramifica-se nos seguintes objectivos específicos para a pesquisa:

1. Adaptar e analisar as respetivas qualidades psicométricas da Escala Multidimensional de Autoeficácia Percebida (EMAP), da Escala de Desenvolvimento e Bem-Estar e da Escala Controlo Sociopolítico para a Juventude- SPCS-Y, nesta amostra de jovens infratores institucionalizados;
2. Analisar o efeito dos fatores do contexto institucional nas dimensões de agenciamento pessoal e bem-estar,
3. Analisar a associação entre consumos aditivos e dimensões de saúde mental (ansiedade, depressão), bem-estar, e do agenciamento pessoal (autoeficácia, controle sociopolítico;
4. Analisar o efeito da visão de futuro positiva no bem-estar e agenciamento pessoal,
5. Analisar a associação entre indicadores de motivação dos profissionais e os resultados de bem-estar e agenciamento dos jovens.

E, decorrente da literatura, são estabelecidas as seguintes hipóteses de pesquisa:

1. Nos jovens infratores há indicadores de saúde mental mais baixos, em ansiedade e depressão, comparativamente aos dos adolescentes em liberdade;
2. Os consumos aditivos associam-se aos níveis mais elevados de depressão e ansiedade;
3. O suporte social percebido tem efeitos positivos na saúde mental (ansiedade e depressão), bem-estar, crenças de autoeficácia, controle sócio-político e perspectiva de futuro positiva;
4. As emoções positivas, no presente ou projetadas para futuro, têm efeitos positivos na saúde mental (ansiedade e depressão), no bem-estar e agenciamento pessoal;
5. O agenciamento pessoal – autorregulação, autoeficácia, projetos – são fatores com efeito na saúde mental (ansiedade e depressão), e no bem-estar;
6. Os projetos de trabalho e família têm relação positiva com uma visão de futuro positiva e com bem-estar;
7. Há uma relação positiva entre motivação dos profissionais das instituições e bem-estar e saúde mental dos jovens institucionalizados.

Parte II- Estudo Empírico

Capítulo 1 - Metodologia

Esta pesquisa segue uma metodologia transversal, quantitativa, e de amostragem aleatória por conveniência.

1.1 Participantes

Em Brasília e Distrito Federal – DF, Brasil existem seis centros de internação juvenil exclusivamente para menores do sexo masculino. No período em que foram recolhidos os dados, 579 jovens estavam institucionalizados (Coordenação de Internação, Subsecretaria do Sistema Socioeducativo, Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal, comunicação pessoal, 26 de outubro de 2020). É de lembrar que os adolescentes estão internados como última possibilidade de medida socioeducativa aplicável. Isso significa que as outras medidas socioeducativas possíveis (advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida e semiliberdade) foram aplicadas e não alcançaram os efeitos desejáveis. Assim, os participantes da amostra são infratores adolescentes reincidentes e / ou que cometeram crimes ou violência mais graves.

A amostra inclui 195 jovens do sexo masculino, com idades entre 14 e 20 anos (idade média 16.8 anos; DP = 1.58) de três instituições do Distrito Federal de Brasília, que foram escolhidas por conveniência e acessibilidade. A amostra representa cerca de 33% da população de adolescentes homens em Unidades de Internação no Distrito Federal. A distribuição dos participantes pelas três instituições é de respectivamente 39%,

32% e 29%, sendo equilibrada em número de casos. O período de internação destes jovens é de um mês a três anos, com duração média $12,23 \pm 8,86$ meses.

Estes jovens frequentam, na sua maioria, o ensino fundamental (66%) e 34% o ensino médio. Os jovens pertencem a famílias com baixas qualificações escolares. Em cerca de 54% dos participantes que respondem, 76% das famílias não têm qualificações oficiais (62% dos pais e 87% mães). Quanto às atividades de lazer na comunidade, apenas 21.71% participam em clubes ou associações, sendo 68% destes futebol, e 20% igrejas ou instituições religiosas.

Ainda relativamente ao contacto com a família, 4% referem nenhum contato, 11% um por mês, 42% dois por mês e 42% todas as semanas.

Em relação aos comportamentos aditivos no último ano antes da entrada nos Centros, 73% referem consumo frequente de maconha, 10% pouco frequente e 14% não referem consumos. Nos consumos de álcool, 33% referem consumos frequentes de álcool, 17% pouco frequentes e 45% não referem consumos. No consumo de “drogas duras”, 30% referem consumos frequentes, 3% pouco frequentes e 13% referem nunca (Tabela 1). A grande maioria dos jovens refere consumir maconha. Alguns dos participantes relataram usar mais de uma droga, conforme dados da Tabela 1. Mas também alguns dos participantes não relatam quaisquer consumos. Embora um tanto vago, o termo “drogas pesadas” foi usado aqui para se aproximar da linguagem coloquial usada por esses jovens para se referir a essas drogas, que incluem principalmente crack e cocaína, mas também metanfetaminas e solventes.

Os dados de participantes que relataram uso recorrente (≥ 7 vezes) de qualquer uma dessas substâncias na vida foram considerados com consumos frequentes, e

aqueles que relataram ter usado alguma dessas substâncias até três vezes durante a vida foram considerados usuários pouco frequentes (Tabela 1).

Tabela 1. Perfil de uso de Drogas, um ano antes da internação.

Comportamentos aditivos	Nenhuma vez	Mais do que 1 vez	Mais do que 7 vezes	Total
Cannabis	14% (27)	10% (20)	73% (141)	154
Alcool	45% (77)	17 (32)	33% (63)	172
“Drogas duras”	41% (78)	10% (19)	30% (57)	154
Cannabis + alcool	13% (22)	3% (5)	35% (59)	170
Cannabis + “Drogas duras”	14% (22)	2% (3)	36% (55)	147
Alcool + “Drogas duras”	34% (50)	5% (7)	25% (37)	153

O estudo também incluiu 52 servidores públicos – agentes socioeducativos (74%) e especialistas socioeducativos (27%) (assistentes sociais, psicólogos e pedagogos) que atuavam na unidade AAA (47%), BBB (20%) e YYY (33%). Para manter o anonimato dos dados, foram atribuídas letras às instituições. Estes profissionais tinham qualificações superiores, e idades entre 26 e 53 anos ($M= 35,44$, $DP=6,77$), sendo 63% do sexo feminino. O grupo dos 52 jovens é aleatório dentro dos respectivos centros, sendo a distribuição de 49% no centro AAA, 18% no BBB e 33% em CCC. Nesta subamostra, a média de idade é de 16.66 (variação 14–20), e de permanência na unidade de 2.02 ± 0.90 meses.

1.2 Instrumentos

1.2.1. Questionário de Dados Pessoais e Comportamentos Aditivos

Este questionário foi elaborado para a presente pesquisa, e inclui dados demográficos, escolares, familiares, tempos livres, e de autoavaliação de outros indicadores da história social, emocional, acadêmica e vocacional.

Relativamente aos consumos aditivos, os participantes avaliaram o perfil pessoal de uso de cannabis, álcool e outras "drogas pesadas" (ou seja, crack, cocaína) no ano anterior à institucionalização, como foi dito no ponto anterior.

1.2.2. Escala de Objetivos e Sentimentos para o Futuro

Esta escala foi elaborada para esta pesquisa, com base na literatura que aponta a perspetiva de futuro como um fator crítico na motivação para a mudança, e no bem-estar e saúde mental (Chronister & McWhirter, 2006; Janeiro, 2012; Ortuño, Paixão., & Janeiro, 2013; Nutin, & Lens, 1985). Também Diener et al.(2010) propõem o cálculo dos sentimentos positivos e negativos para avaliar o bem-estar.

Trata-se de uma escala de autorrelato, com duas partes; a primeira com 9 itens incide sobre objetivos (e.g., construir família, ter trabalho), que se inspirou na literatura (e.g., Super, 1990) sobre os principais valores em diferentes papéis sociais: trabalho, família, lazer e cidadania. Nesta amostra, foram ainda incluídas as preocupações pessoais relativamente à justiça. A segunda parte contém 10 itens, que avaliam sentimentos positivos (e.g., otimista) e negativos (e.g., angustiado). Estes conteúdos fundamentam-se na literatura (e.g., Moneta, 2014) que descreve os afetos como reações subjetivas de valência positiva ou negativa. Nas duas partes, a resposta tem formato de escala de Likert de 5 pontos (1. Nada a 5. Fortíssimo), que hipoteticamente corresponde

à importância que cada um atribui aos projetos ou emoções. Os resultados da análise em componentes principais (rotação varimax) confirmam que, na segunda parte, os resultados agregam-se em dois componentes, que representam as emoções positivas e negativas face ao futuro (Teixeira et al. 2021). Para a primeira parte (projetos) não se objetivou interesse em reduzir os dados em agregados mais gerais, mas o interesse residia em explorar os projetos de vida e de carreira dos jovens.

1.2.3. Escala Multidimensional de Autoeficácia Percebida (EMAP)

A Escala Multidimensional de Autoeficácia Percebida (EMAP) representa a versão portuguesa da Multidimensional Scale of Perceived Self-Efficacy (Bandura, 1990).

A EMAP é um instrumento de autorrelato, com 59 itens divididos em 9 subescalas, que indicam o funcionamento psicológico dos adolescentes nas áreas sociais e académicas (Bandura, 1990). A resposta é dada em escala de Likert de 5 pontos (1. Nada fácil a 5. Muito fácil). Neste estudo, usaram-se 6 das 9 escalas (39 itens): Autoeficácia de Obtenção de Recursos Sociais (e. g., Com que facilidade és capaz de obter a ajuda dos teus professores quando tens dificuldades nas tarefas escolares?), Autoeficácia para Obter o Apoio Parental e Comunitário (e. g., Com que facilidade és capaz de conseguir que os teus pais tomem parte das atividades escolares?), Autoeficácia de Sucesso Académico (e. g., Com que facilidade és capaz de aprender matemática?), Autoeficácia para Tempos Livres e Atividades Extra Curriculares (e. g., Com que facilidade és capaz de aprender desportos?), Eficácia Autorregulatória (autocontrolo) (e. g., Com que facilidade és capaz de resistir à pressão dos teus amigos para fazeres coisas na escola que te podem trazer problemas?), Autoeficácia Social (e.

g., É fácil fazer e manter amigos?). Em diferentes amostras, os dados são favoráveis à precisão e à validade em âmbito académico e vocacional (Lopes & Teixeira, 2012; Teixeira, 2008).

Na EMAP podem ainda ser considerados os resultados para a Autoeficácia total, pela soma de todos os itens. A pesquisa tem apoiado as propriedades psicométricas favoráveis à sua utilização em pesquisa e em intervenção (e.g., Lopes & Teixeira, 2012; Teixeira, 2008, 2009; Teixeira & Ferreira, 2018).

1.2.4. Escala de Desenvolvimento e Bem-Estar

A Escala de Desenvolvimento e Bem-estar (Diener et al., 2009) é de autorrelato, contém 8 itens cujos conteúdos avaliam relações interpessoais, sentimentos de competência, significado e propósito na vida. As respostas são dadas numa escala de Likert de 7 pontos (1 – Discordo fortemente a 7 – Concordo fortemente). O resultado corresponde à soma das respostas dos 8 itens.

Em diferentes amostras, designadamente portuguesas, há índices de validade e precisão, sobretudo da natureza unifatorial da medida e da consistência interna, com coeficientes alfa de Cronbach superiores a 0.87 (Almeida & Teixeira, 2018; Diener et al., 2009; Teixeira & Costa, 2017).

1.2.5. Escala de Percepção do Ambiente

Esta Escala de Percepção do Ambiente da comunidade foi elaborada para a pesquisa. Tem 12 itens de autorrelato, cujos conteúdos têm valência positiva e incidem sobre o ambiente educacional (e.g., sou estimulado a participar nas decisões da minha

comunidade). A resposta tem formato de escala de Likert de 5 pontos (1. Nada a 5. Fortíssimo). O resultado corresponde à soma das respostas dos 12 itens.

1.2.6. Escala de Controle Sociopolítico para a Juventude- SPCS-Y

A Escala de Controle Sociopolítico para a Juventude (SPCS-Y) (Peterson et al., 2011) é de autorrelato, e avalia a dimensão emocional ou intrapessoal do empoderamento. De acordo com Zimmerman (1995), a dimensão emocional está relacionada com a identificação ao grupo, mas também com autoeficácia individual e coletiva e empoderamento intrapessoal (Speer & Peterson, 2000). O construto ainda inclui componentes cognitivas e comportamentais (Zimmerman, 1995). O controle sociopolítico é definido como crenças sobre capacidades e eficácia pessoal em sistemas sociais e políticos (Zimmerman et al., 1999).

Na versão original, a SPCS-Y tem 17 itens em forma positiva e divididos nas subescalas liderança (e.g., preferiria ser um líder em vez de um seguidor) e controle de políticas (e.g., eu gosto de participação, porque eu quero ter muito a dizer na minha comunidade ou escola). A resposta é dada em escala de Likert de 5 pontos. Nesta versão portuguesa do Brasil usou-se uma escala de 3 pontos de “sempre”, “às vezes” e “nunca”, para facilitar a resposta dos participantes. São ainda considerados os resultados para a escala total, pela soma de todos os itens.

Os dados revelam índices favoráveis à consistência interna da medida, com coeficientes alfas de Cronbach de 0,89 para a escala total, de 0,81 em liderança e 0,85 em controle de políticas (Peterson, et al., 2011). Numa amostra portuguesa, os alfas de Cronbach são 0,79 em liderança e .81 em controle de políticas (Rodrigues et al., 2016).

1.2.7. Inventários de Ansiedade e Depressão de Beck – BAI e BDI

Foram usadas as versões brasileiras (Cunha, 2001; Gorenstein & Andrade, 1996; Gorenstein & Andrade, 1998) do Inventário de Depressão de Beck (BDI; Beck et al., 1996) e do Inventário de Ansiedade de Beck (BAI; Beck et al., 1988; Beck & Steer, 1993). Estas escalas avaliam a presença e intensidade de indicadores de depressão e ansiedade. Esses dois instrumentos são frequentemente usados em amostras da população geral de adultos e jovens, e ainda em pacientes que preenchem os critérios de diagnóstico clínico para depressão ou ansiedade (Borden et al., 1991; Osman et al., 1993; Steer et al., 1993).

O BDI consiste num instrumento de autoavaliação com 21 itens, que avaliam a presença e a intensidade dos sintomas de depressão com base em quatro opções de resposta que variam de 0 a 3. A pontuação total, que reflete a depressão, pode variar de 0 a 63. O BAI é um inventário de autoavaliação com 21 itens, destinado a medir níveis de ansiedade. Cada item é classificado em quatro opções de respostas (0 a 3) que refletem o aumento dos níveis de gravidade dos indicadores relacionados à ansiedade. A pontuação total que reflete a ansiedade pode variar de 0 a 63. O BDI e o BAI mostram alta consistência interna, conforme indicado pelos coeficientes alfa de Cronbach de 0,81 e 0,92, respectivamente (Beck et al., 1988, Gorenstein & Andrade, 1998).

Os escores totais do BDI e do BAI foram calculados para cada participante e posteriormente classificados em intervalos de corte relativos usados para categorizar os graus de depressão e ansiedade de acordo com as diretrizes originais para o BDI e os instrumentos do BAI (Beck et al., 1998; Beck & Steer, 1993; Beck et al., 1996). As pontuações de corte para o BDI foram 0–9 (depressão mínima), 10–16 (depressão leve), 17–29 (depressão moderada) e 30–63 (depressão grave). Os pontos de corte do BAI

foram 0–7 (ansiedade mínima), 8–15 (ansiedade leve), 16–25 (ansiedade moderada) e 26–63 (ansiedade severa).

1.2.8. Escala de Percepção dos Servidores

A Escala de Percepção dos Servidores é de autorrelato, com cinco conjuntos de itens que avaliam a motivação no trabalho (e.g., apoiar o outro); mudanças no trabalho (e.g., vontade de mudar o contexto de trabalho); eficácia da medida socioeducativa (e.g., avaliação da eficácia da medida socioeducativa); saúde mental (autoavaliação da saúde mental), e dificuldades encontradas no ambiente de trabalho, quer em recursos exteriores (e.g., falta de recursos materiais,) quer em recursos intrapessoais (e.g., não acredito no que faço).

1.3. Procedimentos

1.3.1. Éticos

Os jovens participaram de modo voluntário, sendo informados sobre os objetivos da pesquisa e condições do consentimento livre e esclarecido. De acordo com as recomendações do Comitê de Ética, no caso de os jovens serem maiores de idade, o consentimento foi assinado pelos próprios, e o assentimento foi assinado pelos responsáveis de cada Unidade no caso dos menores de idade. A participação dos adolescentes seguiu os seguintes critérios: (1) estar em medida socioeducativa de internação; (2) não interferir nas atividades de rotina institucional; (3) capacidade de leitura, de acordo com o nível mínimo de leitura e compreensão; (4) não incluir na mesma sala jovens com conflitos graves dentro da instituição. Neste último critério, a seleção foi realizada por membros da Gerência Psicossocial e de Segurança de cada

Unidade.

A autorização legal para coleta de dados foi obtida junto aos órgãos executivos e judiciários do Distrito Federal, sendo as recolhas de dados agendadas com gestores (diretores, gerentes de segurança e gerentes psicossociais), para não interferir nos horários e atividades dos adolescentes. Foi pedida a colaboração dos jovens, sem lhes oferecer qualquer incentivo.

Os pesquisadores tomaram rigorosos cuidados de confidencialidade dos dados, especialmente na identificação dos adolescentes. As informações pessoais foram transformadas em códigos para o tratamento estatístico, e foram apagados os dados pessoais que poderiam identificar os jovens. Nunca foi pedido o nome dos participantes.

O protocolo foi aprovado no Comitê de Ética Nacional em Pesquisa, Brasil (Protocolo CAEE 34895287), em conformidade com o Código de Ética da Associação Médica Mundial (Declaração de Helsinque).

1.3.2. Recolha dos dados

A recolha dos dados foi coletiva, em pequenos grupos de participantes, que geralmente incluíam entre 2 a 8 jovens participantes. Estes grupos foram organizados em dias diferentes, e a recolha efetuada numa sala espaçosa da instituição, com a presença do pesquisador (psicóloga com experiência em delinquentes juvenis institucionalizados) e um membro da segurança da instituição pessoal.

1.3.3. Análise de resultados

Nos itens, procedeu-se à análise exploratória dos resultados da Escala de Controle Sociopolítico para a Juventude- SPCS-Y no propósito de analisar a estrutura

interna da versão em português do Brasil, ensaiada pela primeira vez nesta pesquisa. Procedimentos similares foram efetuados para os resultados dos itens da EMAP. Foram calculados os coeficientes alfa de Cronbach para estimar a consistência das medidas usadas nesta amostra.

Ao nível das escalas, foram calculados valores médios e desvios-padrão de cada uma das variáveis estudadas, assim como os coeficientes de correlação de Pearson para todos os resultados. Foram estimados modelos de regressão múltipla linear para bem-estar, autoeficácia total, controle sociopolítico, ansiedade e depressão.

A análise de variância (Anova) foi efetuada para esclarecer os efeitos de algumas das variáveis independentes associadas ao bem-estar, agenciamento e saúde mental dos jovens. Nestas análises, consideraram-se os efeitos das variáveis: consumo de drogas psicotrópicas, instituições e projetos.

Foram estimadas correlações (Pearson) para analisar a associação entre variáveis motivacionais dos profissionais e dos jovens, no conjunto das instituições. Os dados dos servidores foram ainda submetidos a tabelas de contingência para identificar a relação entre variáveis motivacionais dos profissionais e a variável centro. As análises estatísticas foram realizadas no software SPSS, versão 26.0.

Capítulo 2. Resultados

2.1. Propriedades psicométricas das Escalas SPCS-Y e EMAP

Esta seção analisa a estrutura interna da SPCS-Y e da EMAP, nas suas versões portuguesas para o Brasil, considerando a especificidade da amostra, em características pessoais e sociais. Também se efetuaram os mesmos procedimentos para os resultados da Escala de Desenvolvimento e Bem-Estar, concluindo-se pela estrutura unidimensional proposta na literatura anterior (e.g., Almeida & Teixeira, 2018; Pinto & Teixeira, 2018; Teixeira & Costa, 2016)

2.1.1. Análise dos resultados dos itens da Escala de Controle Sociopolítico para a Juventude- SPCS-Y em componentes principais e rotação varimax

Os resultados dos itens da escala SPCS-Y foram submetidos a análise exploratória em componentes principais.

A solução foi imposta em três componentes, com base no teste da escarpa e dos fundamentos teóricos do empoderamento. O índice Kaiser-Meyer-Olkin 0,83 indica adequada correlação dos itens para os procedimentos. Nesta solução, foram eliminados dois itens, com base nas comunalidades e da própria matriz fatorial. A matriz foi rodada por varimax, e explica cerca 51% da variância total, respetivamente com cerca de 20%, 17% e 14% em cada componente (Tabela 2). São consideradas as saturações superiores ou iguais $|0,50|$ para interpretação dos resultados.

Tabela 2. Matriz de componente rotativa da Escala SPCS-Y, por varimax.

Itens	1	2	3	<i>h</i> ²
Eu sou frequentemente um líder em grupos	,05	,78	,08	61
Preferiria ser um líder em vez de um seguidor	,21	,66	,02	46
Preferiria ter papel de liderança quando estou envolvido num projeto de grupo	,02	,70	,23	54
Outras pessoas geralmente seguem minhas ideias	,16	,62	,15	43
Eu acho muito fácil falar na frente de um grupo	,11	,50	,26	35
Eu gostaria de trabalhar na solução de um problema ao invés de esperar e ver se alguém vai lidar com ele	,23	,33	,54	45
Gosto de tentar coisas novas que são desafiadoras para mim	,09	,16	,68	50
Eu gosto de participação, porque eu quero ter muito a dizer na minha comunidade ou escola	,23	,00	,73	60
Eu sinto que tenho uma boa compreensão das questões importantes que afetam minha comunidade	,60	,13	,16	39
Jovens como eu têm capacidade de participar em atividades comunitárias e escolares e tomada de decisões	,63	,03	,16	41
Minha opinião é importante porque poderia algum dia fazer a diferença na minha comunidade ou escola	,79	,12	,11	65
Existem muitas maneiras para jovens como eu terem uma palavra a dizer em nossa comunidade ou escola	,57	,07	,41	50
É importante para mim que eu participe ativamente de questões de adolescentes da minha comunidade	,52	,11	,55	60
A maioria dos líderes de comunidades ou escolas me escutariam	,62	,37	,09	55
Muitas atividades locais são importantes para participar	,70	,04	,29	58
% Variância	20	17	14	Total 51

A primeira componente é definida por conteúdos (6 itens) de compreensão das políticas da comunidade (controle de políticas), a segunda tem natureza de liderança (5 itens), e a terceira junta os conteúdos de participação ativa na comunidade (e.g., Eu

gosto de participação, porque eu quero ter muito a dizer na minha comunidade ou escola), designada por dimensão Participação (3 itens). Na distribuição dos resultados dos itens, o estudo das respostas pelas três alternativas demonstra variabilidade, com significado na sensibilidade dos itens às diferenças individuais.

2.1.2. Análise dos resultados dos itens da Escala Multidimensional de autoeficácia Percebida –EMAP em componentes principais e rotação varimax

Na presente amostra, procedeu-se à análise exploratória dos resultados dos itens, com utilização de uma solução imposta de cinco componentes, com base no teste da escarpa e da literatura anterior (e.g., Lopes & Teixeira, 2012).

A solução foi rodada por varimax (Tabela 3). O Teste KMO–Bartlet tem valor de 0,86, indicando adequabilidade dos dados. A variância total explica 51,11% da variabilidade total. Retirou-se 1 item, com base nas comunalidades e valores da matriz.

Uma componente reúne os itens da autoeficácia para tempos livres e os de autoeficácia social, a segunda os itens autorregulatórios, (autocontrolo), a terceira os itens de autoeficácia de obtenção de recursos sociais (suporte social), a quarta os itens de autoeficácia académica, excluindo matemática, física e química e línguas estrangeiras (Tabela 3). Estes últimos conteúdos ligam-se a itens de envolvimento escolar e comunitário, numa última componente designada “tarefas difíceis” e com conteúdos de grande grau de dificuldade para estes jovens (e.g., é fácil participar nas atividades da associação de estudantes).

Tabela 3. Matriz de componente rotativa da Escala EMAP, por varimax

Itens	1	2	3	4	5	h ²
É fácil obter ajuda dos professores quando tenho dificuldades nas tarefas escolares	,18	,03	,17	,12	,69	,72
É fácil obter a ajuda dos colegas da escola quando tenho dificuldades nas tarefas escolares	,08	,13	,26	,25	,62	,64
É fácil obter a ajuda dos adultos quando tenho um problema	,22	,01	,10	,25	,58	,62
É fácil conseguir obter a ajuda dos meus pais quando tenho um problema	,27	,15	,13	,11	,59	,62
É fácil conseguir obter ajuda do irmãos/irmãs quando tenho um problema	,21	,17	,11	,25	,47	,67
É fácil conseguir que pessoas exteriores à minha escola se interessem por ela	,12	,01	,09	,54	,19	,64
É fácil obter a ajuda de um amigo quando tenho um problema	,03	,04	,21	,43	,21	,70
É fácil aprender matemática	,04	,15	,22	,53	,19	,64
É fácil aprender físico-química	,07	,11	,15	,76	,14	,73
É fácil aprender ciências naturais	,04	,15	,59	,42	,10	,70
É fácil aprender história	,08	,22	,66	,28	,08	,79
É fácil aprender a ler	,25	,00	,73	,07	,11	,68
É fácil aprender a usar o computador	,28	,14	,61	,13	,06	,57
É fácil aprender línguas estrangeiras	,11	,06	,17	,57	,08	,69
É fácil aprender geografia	,19	,11	,62	,38	,08	,68
É fácil aprender a escrever	,20	,04	,74	,03	,25	,74
É fácil conseguir acabar os trabalhos escolares nas datas previstas	,26	,24	,49	,24	,09	,50
É fácil aprender desportos	,52	,04	,44	,04	,24	,70
É fácil aprender a dançar	,37	,02	,03	,49	,06	,70
É fácil aprender música	,53	,02	,29	,38	,07	,70
É fácil realizar atividades necessárias para ser membro de um grupo na escola	,49	,00	,19	,24	,32	,64
É fácil participar nas atividades da associação de estudantes	,33	,03	,11	,53	,48	,70
É fácil participar nas atividades extraescolares (ex. desporto, teatro)	,66	,01	,19	,13	,32	,68
É fácil praticar regularmente atividades de educação física	,60	,09	,25	,02	,40	,65
É fácil aprender habilidades físicas necessárias para participar numa equipa desportiva (ex. football)	,51	,25		,02	,38	,64
É fácil conseguir resistir à pressão dos meus amigos para fazer coisas na escola que me podem trazer problemas	,12	,68	,08	,08	,25	,69
É fácil conseguir resistir à tentação de faltar às aulas quando me sinto aborrecido ou preocupado	,08	,66	,13	,04	,24	,63
É fácil conseguir resistir à pressão dos meus colegas para fumar cigarros	,04	,73	,18	,10	,16	,67
É fácil conseguir resistir à pressão dos amigos para beber bebidas alcoólicas	,26	,75	,01	,06	,03	,73
É fácil conseguir resistir à pressão dos teus amigos para fumar maconha	,18	,72	,00	,03	,08	,70
É fácil conseguir resistir à pressão dos amigos para tomar pastilhas	,28	,67	,09	,01	,07	,65
É fácil conseguir resistir à pressão dos meus amigos para usar drogas	,00	,58	,08	,01	,10	,49
É fácil conseguir resistir à pressão dos meus amigos para ter relações sexuais	,01	,52	,03	,10	,10	,64
É fácil conseguir controlar o meu mau feitio	,18	,27	,11	,11	,19	,54
É fácil conseguir fazer e manter amigas	,67	,40	,15	,19	,02	,72
É fácil conseguir fazer e manter amigos	,71	,27	,19	,25	,04	,77
É fácil conseguir manter conversas com outras pessoas	,72	,23	,24	,04	,13	,77
É fácil conseguir trabalhar em grupo	,54	,14	,01	,35	,16	,76
% Variância	14	11	10	9	8	Total 51

2.2. Estatísticas descritivas e coeficientes alfa das escalas e subescalas

A Tabela 4 apresenta as médias, amplitudes, desvios padrões e coeficientes alfa de Cronbach dos resultados das diferentes escalas. No seu conjunto, há evidências de variabilidade dos escores. Os coeficientes alfa das diferentes medidas são superiores ou iguais a 0,70, com exceção da componente participação do controle sociopolítico, com coeficiente 0,60, justificável pelo menor número de itens (3 itens). A Escala Sentido Negativo de Futuro também não atinge 0,70 (0,65).

Tabela 4. Estatísticas descritivas e Coeficientes Alfa de Cronbach das Escalas e Subescalas.

Escalas	Mínimo	Máximo	Média	DP	Alfa Cronbach
Bem-Estar	8	56	38,61	11,46	0,85
EMAP					
Autoeficácia Extra – Lazer e Social	10	50	31,93	8,58	0,89
Autoeficácia de Suporte Social	6	30	18,47	5,23	0,74
Autoeficácia de Autocontrole – Autorregulação	8	55	22,71	8,75	0,84
Autoeficácia Acadêmica	7	35	22,30	6,58	0,84
Autoeficácia para Tarefas Difíceis	7	33	17,33	5,49	0,75
Perspetiva de Futuro					
Sentido Positivo de Futuro	7	35	20,89	6,04	0,73
Sentido Negativo de Futuro	5	25	8,69	3,86	0,65
Percepção Positiva do Ambiente socioeducacional	12	54	29,87	10,13	0,84
SPCS-Y					
Controle de políticas	7	21	14,61	3,15	0,81
Liderança	5	15	9,12	2,18	0,70
Participação	3	9	6,52	1,50	0,60
Total Controle Sociopolítico	15	44	30,25	5,44	0,84
Escalas de Beck					
Ansiedade	0	50	12,78	11,06	0,91
Depressão	0	52	12,36	10,42	0,90

Na comparação destes dados com os obtidos em outras amostras, salienta-se que em bem-estar as médias são substancialmente inferiores às obtidas em amostras portuguesas com jovens no ensino profissional ($M=42,67$, $DP=9,16$) (Pinto & Teixeira, 2018). As médias também são inferiores às observadas em estudantes dos primeiros anos do ensino superior, cujos valores são superiores a 41,00 (Almeida & Teixeira, 2018; Teixeira & Ferreira, 2018; Teixeira & Costa, 2017).

As médias de ansiedade e depressão são superiores às dos adolescentes em liberdade ($M= 7,54$, $DP = 6,88$ ansiedade) e ($M=9,51$, $DP=6,88$ depressão), mas inferiores às dos adultos em prisões ($M= 15,62$, $DP = 9,64$ ansiedade) e ($M=$, $DP =$ depressão).

Não foi possível proceder às comparações dos dados da SPCS-Y pela diferença na amplitude de resposta desta versão (em 3 pontos) e das outras versões, que usam um intervalo de 5 pontos.

2.3. Intercorrelações dos resultados

A Tabela 5 apresenta os coeficientes de correlação superiores a $|0,30|$ entre os resultados das diferentes medidas.

Nos coeficientes, salienta-se a forte correlação entre Ansiedade e Depressão (0,55), assim como o padrão de coeficientes positivos entre os resultados de Bem-Estar com Sentimento Positivo face ao Futuro (0,42), Perceção Positiva do Ambiente (0,33), Autoeficácia de Lazer-Atividades Sociais (0,62), Autoeficácia de Autorregulação (autocontrole) (0,38), Autoeficácia Académica (0,47), Autoeficácia de Suporte Social

(0,49), Autoeficácia de Tarefas Difíceis (0,36), e Controle de políticas (0,35). Ainda a referir que os resultados do Sentimento Positivo face ao Futuro têm associações positivas com Perceção Positiva do Ambiente (0,37), Autoeficácia Académica (0,39), e Autoeficácia de Suporte Social (0,32). Os resultados de Perceção Positiva Ambiente têm ainda relações positivas com os de Autoeficácia Suporte Social (0,46) e Controle de Políticas (0,42).

Tabela 5: Intercorrelações dos resultados. Coeficientes superiores a $|0,30|$

Escalas	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
1. Ansiedade	-													
2. Depressão	,55**	-												
3. Bem estar			-											
4. S. Positivo			,42**	-										
5. S. Negativo					-									
6. P. P. ambiente			,33**	,37**		-								
7. A.lazer-social			,62**				-							
8. A. Autocontrolo			,38**				,41**	-						
9. A. Académica			,47**	,39**			,60**	,34**	-					
10. A. S. Social			,49**	,32**		,46**	,64**		,49**	-				
11. A. T. Difíceis			,36**				,46**		,46**	,51**	-			
12. C. Politicas			,35**			,42**				,37**		-		
13. Participação												,55**	-	
14. Liderança												,36**	,37**	-

** $p < 0,001$

Ainda se registram associações dos resultados de Autoeficácia de lazer-atividades sociais com os de Autoeficácia de Autorregulação- autocontrolo, Autoeficácia académica, Autoeficácia de Suporte Social e Autoeficácia de Tarefas Difíceis. Salientam-se também os coeficientes de correlação entre Autoeficácia Académica com Autoeficácia

de Suporte Social e Autoeficácia de Tarefas Difíceis. De referir ainda as correlações entre os resultados de Controle de políticas com Liderança e Participação sociopolítica.

Foram ainda estudadas as associações entre diferentes consumos de substâncias e resultados das outras medidas (Tabela 6), em que se observam associações entre o consumo de álcool com maconha (0,38), com drogas duras (0,51), e ainda com Ansiedade (0,22). Os consumos de drogas duras estão associados ao Controle Sociopolítico, sendo a correlação com Liderança de 0,23, com Participação de 0,26 e com o total da escala de 0,22.

Tabela 6. Intercorrelações dos resultados dos consumos e outras escalas

Escalas	Ansiedade	C. Politicas	Participação	Liderança	Álcool	Maconha	“Drogas pesadas”
1. Ansiedade	–						
2. Controle politicas		–					
3. Participação			–				
4. Liderança				–			
5. Álcool	0,22**				–		
6. Maconha					0,38**	–	
7. “Drogas pesadas”		0,22**	0,26**	0,23**	0,51**		–

Nota. ** $p < 0,001$

2.4. Modelo de Regressão Múltipla Linear- Bem-Estar (Stepwise)

Com fundamentação no Modelo PERMA de Bem-Estar Subjetivo, analisa-se o bem-estar em ambiente de reabilitação, através da análise do modelo de regressão linear. Consideram-se como variáveis independentes as subescalas de autoeficácia (Autoeficácia de Lazer e Social, Autoeficácia de Suporte Social, Autoeficácia de Autocontrole – Autorregulação, Autoeficácia Acadêmica, Autoeficácia para Tarefas

Díficeis), Sentido Positivo de Futuro, Percepção Positiva do Ambiente Socioeducacional e Frequência de Encontros com a Família.

Foram testados os pressupostos do modelo, nomeadamente a distribuição normal, multicolinearidade, homogeneidade e independência dos erros. O valor de Durbin–Watson é de 1.67. Através dos resultados da distância de Mahalanobis retirou-se um outlier com potencial impacto na estimativa da reta de regressão. Consideram-se efeitos significativos a partir de $p < .05$. O modelo é estatisticamente significativo, e explica 45% da variância [$F(4, 139) = 29,71$; $R^2 a = .45$; $p < .001$]. Na solução, por stepwise, as variáveis independentes são agrupadas em quatro blocos, expressando um modelo final (Tabela 7) com quatro variáveis, com ordem de entrada Autoeficácia Laser e Social ($\beta = 0.52$, $t(140) = 7,63$; $p < .001$), Sentido Positivo de Futuro ($\beta = 0.25$, $t(140) = 3,67$; $p < .001$), Percepção Positiva do Ambiente Socioeducacional ($\beta = 0.15$, $t(140) = 2,21$; $p < .05$), e Frequência de Encontros com a Família ($\beta = 0.13$, $t(140) = 2,01$; $p < .05$). O valor de VIF varia entre 1,05 e 1,18.

Tabela 7. Modelo de Regressão Múltipla Linear para Bem-estar – stepwise.

Preditores	β	t	p
Autoeficácia Extra-lazer e Social	.57	7,63	.000
Sentido Positivo de Futuro	.25	3,67	.000
Percepção Positiva do Ambiente Socioeducacional	.15	2.21	.03
Encontros com a Família	.13	2,01	.05

No modelo, salienta-se ainda o efeito da variável Autoeficácia de Autocontrole – Autorregulação, com uma correlação parcial de 0,16, apesar de não atingir o critério imposto de significado estatístico de $p < 0.05$ ($p = 0,09$).

2.5. Modelo de regressão múltipla linear – Autoeficácia (Enter)

Numa perspetiva de agenciamento pessoal e educativo, considera-se a autoeficácia total (soma de todos os itens) como variável dependente e os sentimentos de bem-estar, sentimento positivo de futuro e autoavaliação do desempenho académico como variáveis independentes. Foram testados os pressupostos do modelo, nomeadamente o da distribuição normal, multicolinearidade, homogeneidade e independência dos erros, com valor de Durbin-Watson 2.06. Através dos resultados da distância de Mahalanobis identificaram-se dois outliers com potencial impacto na estimativa da reta de regressão, sendo retirados estes casos com valores extremos. Consideram-se efeitos significativos a partir de $p < .05$. O modelo de regressão múltipla linear, pelo método enter, é estatisticamente significativo e explica 46% da variância [$F(3,140) = 39,69$; $R^2_a = 0,46$; $p < 0,001$]. O Valor de VIF varia entre 1.15 e 1.16, sendo o valor de D-W 2,01. A Tabela 8 inclui as variáveis com impacto na autoeficácia.

Tabela 8. Modelo de Regressão Múltipla Linear para autoeficácia –enter.

Preditores	β	t	p
Bem-Estar	.61	8,76	.000
Autoavaliação desempenho académico	-.14	2.22	.05
Sentimento positivo de futuro	.13	1,95	.05

Neste modelo, as variáveis independentes com impacto na autoeficácia (Tabela 6) são Bem-estar ($\beta = 0.61$, $t(140) = 8,76$; $p < .001$), Sentimento Positivo de Futuro ($\beta = 0.13$, $t(140) = 1,95$; $p < .05$) e Auto-avaliação do desempenho escolar ($\beta = -0.14$, $t(140) = 2,22$ (negativo); $p < .05$). O valor de VIF varia entre 1,01 e 1,24.

A título exploratório, num segundo modelo para a autoeficácia total, incluíram-se como variáveis independentes os sentimentos de Bem-Estar, Percepção Positiva do Ambiente Socioeducativo, Sentimento Negativo de Futuro e Auto-avaliação do Desempenho escolar como variáveis independentes. Foram testados os pressupostos do modelo, nomeadamente o da distribuição normal, multicolinearidade, homogeneidade e independência dos erros, com valor de Durbin-Watson 1,99. Através dos resultados da distância de Mahalanobis identificaram-se dois outliers com potencial impacto na estimativa da reta de regressão, sendo retirados estes casos com valores extremos. Consideram-se efeitos significativos a partir de $p < .05$. O modelo de regressão múltipla linear, pelo método enter, é estatisticamente significativo e explica 41% da variância [$F(4,136) = 24,72$; $R^2_a = 0,41$; $p < 0,001$]. O Valor de VIF varia entre 1.02 e 1.19. As variáveis com impacto na autoeficácia são apresentadas na Tabela 9, incluindo bem-estar, autoavaliação do desempenho académico (negativo) e Percepção Positiva do Ambiente.

Tabela 9. Segundo Modelo de Regressão Múltipla para autoeficácia – enter.

Preditores	β	t	p
Bem-Estar	.59	8,21	.000
Autoavaliação desempenho académico	-.14	2.02	.05
Percepção Positiva do Ambiente	.14	1,96	.05

Numa perspectiva exploratória, estes dois modelos apontam os domínios das emoções positivas, do suporte social e das experiências académicas como variáveis com impacto na autoeficácia geral.

2.6. Modelo de Regressão múltipla linear - Controle sociopolítico (enter)

No âmbito da literatura que estabelece ligação entre vulnerabilidade, consumo de drogas, reabilitação, empoderamento, suporte social, analisa-se o Controle Sociopolítico Total (soma de todos os itens) como variável dependente, considerando as variáveis independentes consumo de drogas pesadas, perceção positiva do ambiente institucional, autoeficácia no suporte social e bem-estar.

Foram testados os pressupostos do modelo, nomeadamente o da distribuição normal, multicolinearidade, homogeneidade e independência dos erros, com valor de Durbin-Watson 2.06. Através dos resultados da distância de Mahalanobis identificaram-se dois outliers com potencial impacto na estimativa da reta de regressão, sendo retirados estes casos com valores extremos. Consideram-se efeitos significativos a partir de $p < .05$. O modelo é estatisticamente significativo, e explica 27% da variância [$F(4, 119) = 11,95$; $R^2 = .27$; $p = .000$], sendo o modelo final explicado pelas variáveis independentes (Tabela 8) perceção positiva do ambiente institucional ($\beta = .25$, $t(119) = 2.76$; $p < .01$), consumo de drogas duras ($\beta = .23$, $t(119) = 2.92$; $p < .01$) e bem estar ($\beta = .22$, $t(119) = 2.46$; $p < .05$). No modelo, salienta-se ainda o efeito da variável autoeficácia para obter suporte social ($\beta = .17$, $t(119) = 2.01$; $p = .07$, apesar de não atingir o critério imposto de significado estatístico. O valor de VIF varia entre 1,46 e 1,00 (Tabela 10).

Tabela 10. Modelo de Regressão Múltipla Linear para o Total de Controle Sociopolítico – enter

Preditores	β	t	p
P. P. Ambiente Institucional	.12	2.76	.007
Bem estar	.10	2.45	.001
Drogas duras	.78	2.92	.004
Autoeficácia para Obter Suporte Social	.13	1.73	.07

2.6.1. Diferenças de grupos: Efeito dos consumos de drogas nos resultados SPCS-Y

Para aprofundar o efeito do consumo das drogas no controle sociopolítico procedeu-se à análise de variância (Anova) a um fator (drogas) com três níveis (não consumo, consumo médio, consumo frequente). O efeito do consumo das drogas é estatisticamente significativo nos resultados das escalas Liderança [$F(2, 151) = 6,65$; $p = 0,002$], Participação [$F(2, 151) = 5,88$; $p = 0,003$] e no Total do Controle Sócio-político [$F(2, 151) = 5,62$; $p = 0,004$]. Em todas as escalas, o teste de Levene confirma a homogeneidade das variâncias. As comparações múltiplas das médias, por método Scheffé, evidenciam médias superiores do grupo com consumos frequentes, comparativamente ao grupo que não consome drogas em Liderança ($M_1 = 9,81$, $DP = 2,08$; $M_2 = 8,55$, $DP = 1,91$; $p < 0,01$; $\eta^2_p = 0,68$), Participação ($M_1 = 6,78$, $DP = 1,42$; $M_2 = 5,99$, $DP = 1,48$; $p < 0,001$; $\eta^2_p = 0,54$) e na Escala Total ($M_1 = 32,05$, $DP = 5,42$; $M_2 = 28,59$, $DP = 5,50$; $p < 0,01$; $\eta^2_p = 0,64$). Nos três casos, a dimensão do efeito é elevada.

2.7. Projetos e perspectiva de futuro

No âmbito da Teoria da Autodeterminação, analisam-se projetos, objetivos e sentimentos de futuro dos jovens participantes.

2.7.1. Projetos

Em 90% dos participantes há indicação de projetos profissionais, destacando-se empresário (13%), advogado (13%), jogador de futebol (8%), engenheiro (11%) e bombeiro (7%). A maioria dos participantes (96%) tem certeza dos seus projetos.

Em 35% dos projetos é exigida formação básica (e.g., segurança, mecânico) e 41% superior (e.g., arquiteto, advogado, juiz, professor, médico); 24% indicam projetos sem formação, se considerarmos jogador de futebol (8%), empresário (13%) e ator de novela (1%).

Os projetos com formação básica e/ou qualificação associada, tendem a agrupar-se nas áreas da segurança e proteção (e.g., bombeiro, polícia, 12%), mecânica (6%), serviços pessoais (e.g., cabeleireiro, motorista, vendedor, cozinheiro, 9%) e serviços administrativos (e.g., caixa, administração, 4%).

2.7.2. Objetivos de vida e carreira

Na lista de objetivos, e considerando as alternativas “forte e fortíssimo” são prioridades “ter trabalho” (94%), “me divertir” (91%), “estar satisfeito com a profissão” (89%), “construir uma família” (88%), “ter muito dinheiro” (86%) e “não ter problemas com a justiça” (83%).

Em tabelas de contingência, a associação entre o objetivo de trabalho com os outros objetivos mostra associação significativa entre projeto de trabalho e divertimento

($\chi^2 (4) = 45.53$; $p < 0,001$), satisfação com a profissão ($\chi^2 (4) = 71.41$; $p < 0,001$), família ($\chi^2 (4) = 71.83$; $p < 0,001$) e não ter problemas com a justiça ($\chi^2 (4) = 28.96$; $p < 0,001$). A associação entre trabalho e ter muito dinheiro não é estatisticamente significativa.

2.7.3. Diferenças grupais

Através da análise de variância (Anova) a um fator (objetivo) em três níveis (nada, forte, fortíssimo), procede-se à análise dos efeitos dos objetivos mais representativos nos resultados das Escalas Bem-Estar, Sentimentos de Futuro, Percepção do Ambiente, Multidimensional de Autoeficácia Percebida e Controlo Sociopolítico para Juventude. Nas comparações múltiplas das médias (*pos-hoc*), usou-se o método Scheffé. Na Tabela 11 incluem-se as médias, os desvios-padrão e a variância intergrupo (Anova), para os resultados estatisticamente significativos.

Variável projeto “ter trabalho”. Diferenças entre as médias

O efeito da variável é significativo em bem-estar ($p < 0.01$), sentimento positivo de futuro ($p < 0.001$), autoeficácia lazer-social ($p < 0.05$), autoeficácia académica ($p < 0.001$), autoeficácia suporte social ($p < 0.05$) e autoeficácia total ($p < 0.01$). O teste Levene confirma homogeneidade das variâncias. Nas comparações *pos-hoc* (método Scheffé), o grupo com “fortíssimo” projeto trabalho tem médias superiores em bem-estar, sentimentos positivos de futuro, autoeficácia académica, autoeficácia tempos livres-social, autoeficácia suporte social e autoeficácia total (Tabela 9).

Tabela 11. Médias e desvios padrão das escalas em que o efeito “objetivos” é estatisticamente significativo

Projeto ter trabalho							F (2,160)
Escalas	Nada		Forte		Muito Forte		
	Média	DP	Média	DP	Média	DP	
Bem estar	31.50	14.78	35.38	9.87	41.04	11.00	6,27**
S. Positivo de futuro	14.18	6.45	15.53	4.16	19.81	4.78	18,21***
A. Lazer e social	29.81	13.39	28.82	7.73	33.40	9.29	4,23*
A.Académica	17.70	9.09	19.70	4.67	23.75	6.50	9,36***
A.Suporte Social	20.10	7.49	18.93	4.96	21.74	6.12	3,60*
A.Total	87.33	31.48	90.95	20.15	104.14	22.27	6,88***
Projeto satisfação no trabalho							
S. Positivo de futuro	15.81	6.68	14.52	3.37	19.46	4.68	13,21***
P. Positiva do ambiente	24.71	8.70	28.16	7.58	30.75	10.27	3,70*
Divertimento							
Bem estar	32.18	8.59	37.44	13.09	40.40	10.66	4,06*
S. Positivo de futuro	12.81	5.23	16.24	4.13	19.93	4.66	23,15***
A. Lazer e social	28.80	9.02	29.49	9.17	33.25	9.30	3,32*
Projeto constituir família							
Bem estar	31.80	11.89	37.55	11.20	41.06	10.67	6,65**
S. Positivo de futuro	14.62	5.66	16.60	4.42	19.85	4.82	14,90***
P. Positiva do ambiente	23.45	9.18	27.79	7.26	31.69	10.48	7,44**
Controlo sócio-político	17.84	4.67	21.24	3.91	21.67	3.90	7,51**
Participação	5.63	1.61	6.39	1.53	6.74	1.41	4,98*
Empoderamento total	30.42	6.73	33.93	5.42	34.84	6.08	4,91*
Projeto ter muito dinheiro							
S. Positivo de futuro	14.68	5.18	17.09	5.62	19.38	4.70	10,75***
Projeto não ter problemas com a justiça							
S. Positivo de futuro	15.81	6.50	16.05	4.10	19.53	4.56	10,35***
Liderança	12.73	4.91	11.00	2.62	10.50	2.54	6,45**

*Nota: $p < 0,05$, ** $p < 0,01$, *** $p < 0,001$

Variável projeto “estar satisfeito com a minha profissão”. Diferenças entre as médias

O efeito da variável é significativo em sentimento positivo de futuro ($p < 0.001$) e perceção positiva do ambiente ($p < 0.05$). O teste Levene confirma a homogeneidade das variâncias. Nas comparações *pos-hoc* (método Scheffé), o grupo “fortíssimo” tem médias superiores nas duas escalas (Tabela 9).

Variável projeto “me divertir”. Diferenças entre as médias

O efeito desta variável é significativo nos resultados de bem-estar ($p < 0.05$), sentimento positivo de futuro ($p < 0.001$) e autoeficácia lazer, social ($p < 0.05$). O teste Levene confirma a homogeneidade das variâncias. Nas comparações *pos-hoc* (método Scheffé), as médias são significativamente superiores do grupo “fortíssimo” nas escalas bem-estar, sentimentos positivos de futuro (Tabela 9).

Variável projeto “construir família”. Diferenças entre as médias

O efeito desta variável é significativo em bem-estar ($p < 0.01$), sentimento positivo de futuro ($p < 0.001$), percepção positiva do ambiente ($p < 0.001$), controlo socio político ($p < 0.01$), participação ($p < 0.01$) e empoderamento total ($p < 0.05$). O teste Levene confirma a homogeneidade das variâncias. Nas comparações *pos-hoc* (método Scheffé), em todas as escalas as médias são superiores do grupo com projeto família “fortíssimo”, em comparação com o grupo “nada”. Na escala sentimento positivo de futuro, a diferença das médias também é estatisticamente significativa entre o grupo com fortíssimo empenho em construir família e o grupo que expressa “forte” desejo neste objetivo (Tabela 9).

Variável projeto ter muito dinheiro”. Diferenças entre as médias

O efeito desta variável é significativo nos resultados de sentimentos positivos de futuro ($p < 0.001$). O teste Levene confirma a homogeneidade das variâncias. Nas comparações *pos-hoc* (método Scheffé), a média é significativamente superior do grupo “fortíssimo” em comparação ao grupo “nada” (Tabela 9).

Variável projeto “não ter problemas com a justiça”. Diferenças entre as médias

O efeito da variável é significativo nas escalas sentimentos positivos de futuro ($p < 0.001$) e liderança (empoderamento) ($p < 0.05$). O teste Levene confirma a homogeneidade das variâncias. Nas comparações *pos-hoc* (método Scheffé), em sentimentos positivos de futuro a média é superior do grupo fortemente preocupado em não ter problemas com a justiça, comparativamente aos outros dois grupos, enquanto em liderança a média é superior do grupo nada preocupado com problemas de justiça, em comparação com o grupo fortemente preocupado (Tabela 9).

2.8. Depressão, Ansiedade e Uso de Drogas em jovens em reabilitação

Em contraste com o número de estudos internacionais que avaliam perfis de depressão, ansiedade e abuso de drogas em infratores juvenis institucionalizados, existem poucos estudos empíricos que abordem esta temática em amostras brasileiras (Areas-Neto et al., 2017). Assim, analisam-se os níveis de ansiedade, depressão e uso de drogas, e estimam-se causalidades e interações dessas variáveis.

2.8.1. Estatísticas descritivas

A Tabela 12 mostra os escores totais do BDI e BAI de acordo com seus intervalos de corte relativos usados para categorizar os indivíduos com depressão ou ansiedade mínima, leve, moderada e grave.

Do total de participantes, 88 (50,29%) tiveram pontuações totais do BDI variando de 0–9 (depressão mínima), 38 (21,71%) tiveram pontuações de 10–16 (depressão leve), 37 (21,14%) tiveram pontuações de 17– 29 (depressão moderada) e 12 (6,86%) tiveram escores de 30–63 (depressão grave).

Tabela 12. Resultados médios totais dos inventários de Beck para depressão (BDI) e ansiedade (BAI) de acordo com as faixas de corte relativas usadas para categorizar indivíduos com depressão ou ansiedade mínima, leve, moderada ou grave.

Escores BDI (pontos de corte)	(n)	%	Escores BAI (pontos de corte)	(n)	%
0-9 (depressão mínima)	88	50.29	0-7 (ansiedade mínima)	70	40.00
10-16 (depressão média)	38	21.71	8-15 (ansiedade média)	45	25.71
17-29 (depressão moderada)	37	21.14	16-25 (ansiedade moderada)	31	17.71
30-63 (depressão severa)	12	6.86	26-63 (ansiedade severa)	29	16.57

Para o BAI, 71 (40,00%) participantes tiveram escores totais de 0-7 (ansiedade mínima), 45 (25,71%) tiveram escores de 8-15 (ansiedade leve), 31 (17,71%) tiveram escores de 16-25 (ansiedade moderada), e 29 (16,57%) tiveram escores de 26-63 (ansiedade severa). Tomando os intervalos de corte relativos para depressão e ansiedade, a depressão moderada a grave representou cerca de 28% dos participantes, enquanto a ansiedade moderada a grave representou cerca de 34,28% dos participantes.

2.8.2. Modelo de Regressão múltipla linear – Ansiedade e depressão (enter)

Os modelos de regressão linear múltipla foram estimados para as variáveis dependentes de ansiedade e depressão usando o método enter. Esse procedimento pretendeu esclarecer a casualidade entre variáveis que interferem no funcionamento psicológico dos adolescentes infratores e que devem ser consideradas nos planos de intervenção socioeducativa. As variáveis independentes incluíram os comportamentos de dependência de álcool, maconha e “drogas pesadas”, além de depressão e ansiedade. Foram considerados os pressupostos de distribuição normal, multicolinearidade, homogeneidade e independência dos erros. Os efeitos significativos são considerados a partir de $p < 0,05$.

O modelo de ansiedade (Tabela 13) foi estatisticamente significativo, explicando 30% da variância [$F(4,106) = 12,22$; $R^2_a = 0,30$; $p = 0,000$]. O valor VIF varia entre 1,46 e 1,02 e o valor Durbin-Watson é 1,73. As variáveis Depressão ($\beta = 0,49$, $p = 0,000$) e consumo de álcool ($\beta = 0,22$; $p = 0,03$) interferiram significativamente nos níveis de ansiedade.

Tabela 13. Modelo de Regressão Múltipla para ansiedade – enter.

Preditores	β	Error	t
Depressão	.63	.11	5.89
Consumo de álcool	1.78	.80	2.22

O modelo para depressão (Tabela 14) foi estatisticamente significativo, explicando 25% da variância [$F(4, 104) = 9,71$; $R^2_a = 0,25$; $p = 0,000$]. Através dos resultados da distância de Mahalanobis identificaram-se dois outliers com potencial impacto na estimativa da reta de regressão, sendo retirados estes casos com valores extremos. Consideram-se efeitos significativos a partir de $p < .05$. O valor de VIF variou entre 1,53 e 1,10, e o valor de Durbin-Watson foi de 2,01. A variável ansiedade explicou a depressão ($\beta = 0,54$; $p = 0,000$), sendo esse dado previsível pela associação entre as duas variáveis.

Tabela 14. Modelo de Regressão Múltipla para depressão – enter.

Preditores	β	Error	t
Ansiedade	.37	.06	5.89

2.9. Resultados dos profissionais e os dos jovens

Numa perspectiva de agenciamento e empoderamento social, em que os comportamentos são inscritos nos sistemas sociais e educacionais de proximidade, analisam-se os resultados dos profissionais servidores, e a relação destes resultados nas dimensões psicológicas de bem-estar, perspectiva de futuro, depressão e ansiedade dos jovens infratores.

2.9.1. Frequências das respostas dos profissionais

De modo a caracterizar as motivações e dificuldades dos profissionais, procedeu-se à análise das frequências dos respetivos resultados (Tabela 15). Assim, podemos perceber os aspectos que são vistos como pontos fortes e também as necessidades de mudança apontadas como necessárias para melhorar o ambiente de trabalho e a eficácia das medidas socioeducativas.

As respostas dos profissionais, apresentadas na Tabela 15, foram agrupadas em categorias por grau de semelhança, para que as análises fossem mais parcimoniosas. Assim, nas motivações, criaram-se as seguintes categorias: uma categoria material que corresponde ao salário, uma categoria de motivação intrínseca que reúne variedade, identificação com contexto, significado, resultados, responsabilidade, e uma terceira categoria para a vontade de mudança. Nas dificuldades, reunimos os recursos em duas categorias: falta de recursos materiais, humanos e insalubridade, e numa outra categoria as dificuldades relacionadas com os sentimentos de descrença no trabalho.

Tabela 15. Percentagens das respostas dos Profissionais

Fatores motivacionais	Nada forte, pouco forte	Forte	Muito forte, Fortíssimo
Material			
Salário	25	41	34
Motivação intrínseca no trabalho			
Apoiar o outro	6	34	60
Variedade de tarefas	51	33	16
Identidade com as tarefas	27	40	34
Significado do trabalho	27	25	48
Responsabilidade	12	27	62
Resultados percebidos	50	29	21
Social			
Colegas	10	33	57
Ambiente	56	21	23
Vontade de mudar			
Vontade de mudar o contexto	9	33	58
Dificuldades			
Insegurança			
Insegurança	57	16	27
Recursos			
Falta de recursos físicos	6	18	76
Falta de recursos humanos	19	14	67
Insalubridade	8	12	80
Sentimento de Crença			
Crença no trabalho	74	14	12

De salientar que nesta amostra de profissionais servidores, as principais fatores motivadores se observam no apoio, na responsabilidade, na vontade de mudar o contexto e na relação com os colegas. Mais de metade da amostra apontou estes fatores como motivadores do seu trabalho. Por outro lado, também se observam percentagens superiores a 50% nas categorias avaliação da eficácia da medida socioeducativa, ambiente, resultados percebidos e variedade de tarefas.

Quanto às dificuldades, salientam-se os fatores que têm que ver com falta de recursos humanos e físicos, e a descrença no trabalho.

2.9.2. Correlações entre resultados dos servidores e dos jovens

Foi efetuada a análise das correlações entre os resultados dos profissionais servidores e os dos jovens. As correlações são significativas e positivas entre motivação material (e.g., salário) dos profissionais e bem-estar (0,35) dos adolescentes, bem como entre satisfação e motivação intrínseca (variedade, identificação com contexto, significado, resultados) dos profissionais e agenciamento sociopolítico (0,37) dos jovens. As correlações são ainda positivas entre os resultados das dificuldades de recursos (falta de recursos materiais e humanos) dos profissionais e o bem-estar (0,38) e sintomas de depressão dos jovens (-0,34), sendo esta último coeficiente negativo. Os resultados dos profissionais que relataram dificuldades relacionadas com os seus sentimentos (exemplo: descrença) têm relação negativa com os de agenciamento sociopolítico dos adolescentes (-0,31). Há ainda uma correlação significativa e negativa (-.36) entre a vontade de mudança dos profissionais e sentimentos negativos de futuro dos jovens.

2.9.3. Resultados dos profissionais por instituição

No propósito de explorar os dados dos profissionais em cada uma das instituições, procedeu-se à estatística das tabelas de contingência. A relação é significativa entre instituição e os dados das variáveis “significado atribuído às funções” [$\chi^2(8) = 16,19, p < 0.01$], “vontade de mudar o contexto de trabalho” [$\chi^2(6) = 15,56, p < 0.05$] e “sentimento de insegurança” [$\chi^2(8) = 16,42, p < 0.05$]. Na análise das frequências obtidas e esperadas, na variável “significado atribuído às funções” os dados sugerem que os profissionais da instituição YYY atribuem mais pontuação às categorias “forte e fortíssimo”, enquanto na instituição AAA os casos obtidos são em maior número

do que os esperados nas categorias “nada e pouco forte”. Na variável insegurança, os profissionais da instituição YYY tem menos casos obtidos do que esperados nas categorias forte e fortíssimo, e os da instituição AAA são mais os obtidos do que esperados. Ainda na variável “vontade de mudar”, na instituição YYY as frequências obtidas são mais elevadas do que as esperadas na categoria muito forte, enquanto na instituição AAA as esperadas são menores do que as obtidas.

2.9.4. Efeito da variável instituição nos resultados SPCS-Y dos jovens

Do mesmo modo, para aprofundar o efeito da percepção do ambiente socioeducativo no controle sociopolítico nos três centros, procedeu-se à análise de variância (Anova) a um fator (instituição) com três níveis (instituição AAA, instituição BBB, instituição YYY). Na análise de variância (Anova) a um fator com três níveis, o efeito “centro” é significativo nos resultados da subescala Controle de Políticas [$F(2, 184) = 6,94; p = 0,001$], Participação [$F(2, 184) = 5,43; p = 0,005$], e no total do Controle Sócio-político [$F(2, 184) = 5,62; p = 0,004$]. O teste de Levene confirma a homogeneidade das variâncias. Nas comparações múltiplas das médias, por método Scheffé, as médias da subescala Controle de Políticas são superiores na instituição YYY em comparação com a instituição AAA ($M_{YY} = 22,27, DP = 4,08; M_{aaa} = 19,89, DP = 4,26; p < 0,01; \eta^2_p = 0,57$), e a mesma tendência é observada nos resultados Totais da Escala SPCS-Y ($M_{YY} = 35,63, DP = 6,42; M_{aaa} = 32,29, DP = 6,39; p < 0,01; \eta^2_p = 0,52$). Em Participação, as médias dos jovens na instituição AAA são inferiores às da instituição BBB ($M_{aaa} = 6,13, DP = 1,62; M_{bbb} = 7,00, DP = 1,21; p < 0,01; \eta^2_p = 0,61$). Nos três casos, a dimensão do efeito é elevada.

2.9.5. Efeito da variável instituição nos resultados da Escala Ansiedade dos jovens

Na análise de variância (Anova) a um fator com três níveis, o efeito “centro” é significativo nos resultados da escala Ansiedade [$F(2, 151) = 6,65; p = 0,002$]. As comparações múltiplas das médias, por método Scheffé, evidenciam que as médias de ansiedade são significativamente inferiores na instituição YYY comparativamente à instituição AAA ($M_{YY} = 10.13, DP = 9.72; M_{aa} = 16.84, DP = 11.61; p < 0.001; \eta^2_p = 0.63$). Os jovens da instituição BBB também revelam médias inferiores aos da instituição AAA ($M_{bbb} = 10.58, DP = 10.45; M_{aaa} = 16.84, DP = 11.61; p < 0.001; \eta^2_p = 0.52$). Nos dois casos, é elevada a dimensão do efeito.

Parte III – Discussão, Conclusão e Limitações

Discussão

Neste trabalho, os resultados são discutidos no âmbito da revisão de literatura (Parte 1) e considerando que o estudo empírico foi realizado em período de reabilitação. Esta é uma fase crítica, em que frequentemente os jovens balanceiam entre continuidade no mundo do crime ou enfrentar as oportunidades de mudança. Neste quadro, é imperativo compreender os fatores com impacto no bem-estar e agenciamento, através da análise da interação das variáveis psíquicas e contextuais, nos domínios da educação e saúde mental. Os resultados são discutidos atendendo ao Modelo PERMA (Seligman, 2011) e aos Modelos de Empoderamento social (e.g., Bronfenbrenner, 1994; Wilson et al., 2008), que perspetivam o desenvolvimento individual nos sistemas ambientais, particularmente na família, na escola e na comunidade. É ainda referência o domínio da saúde mental, no que respeita aos fatores de risco e proteção no funcionamento psicológico do jovem adolescente, com estatuto de infrator em reabilitação. É também de salientar a pertinência da Teoria da Autodeterminação (Deci & Ryan, 1991), por posicionar o foco na motivação, no agenciamento dos jovens em autonomia, vínculo e competência, e reconhecer nos fatores do contexto um papel de suporte social, para operar as mudanças desejadas em contexto de reabilitação. A discussão também atende às limitações da metodologia seguida na parte empírica, nomeadamente quanto à dimensão e natureza transversal da amostra, e ainda à utilização de questionários de autorrelato. Diener e Ryan (2009) salientam que as medidas de autorrelato podem gerar vieses, de acordo com o contexto e a população estudada.

De acordo com os objetivos traçados, num primeiro ponto atende-se às características psicométricas das medidas SPCS-Y, EMAP e de Desenvolvimento e Bem-Estar. Nesta amostra, as qualidades da versão brasileira da escala SPCS-Y encontram indicadores de validade de construto na organização dos dados em três componentes: liderança, compreensão do controle de políticas e, ainda, participação. As duas primeiras correspondem às subescalas previstas na literatura sobre a escala (e.g., Peterson et al., 2011), enquanto a componente participação agrega conteúdos comportamentais do controle sociopolítico, ligados à comunidade. A estrutura dos dados em três fatores é confirmada em Zimmerman (1995) e Speer e Peterson (2000), nas dimensões emocionais, cognitivas e comportamentais de empoderamento. Os coeficientes de Cronbach confirmam a consistência da medida, situando-se entre 0,60 e 0,84, com mediana 0,81. No conjunto dos resultados, emergem indicadores que confirmam a relação do construto de controle sociopolítico com bem-estar, percepção positiva do ambiente socioeducativo e autoeficácia de suporte social. Estes dados tendem a confirmar a validade de construto da medida, e respetiva consistência interna. De salientar que foi necessário fazer mudanças nos procedimentos de resposta, tornando a tarefa mais fácil para estes jovens. Assim, a escala de resposta passou de 5 alternativas para 3, e foram eliminados dois itens (Geralmente posso gerenciar as pessoas para fazer as coisas; Jovens como eu podem realmente entender o que está acontecendo com a minha comunidade ou escola). A opção de eliminar estes dois itens baseou-se em indicadores psicométricos (distribuição de resposta, comunalidades, alfa de Cronbach), sendo igualmente significativos os próprios conteúdos, como demonstrativos das dificuldades de afirmação social dos jovens, conforme é corroborado na literatura (e.g.,

Abrantes, Hoffmann, & Anton, 2005; Borrás, et. al., 2016).

Na adaptação da EMAP, ao contexto de adolescentes infratores em reabilitação no Brasil, a estrutura dos resultados traduz as características da amostra, propondo para o construto de autoeficácia componentes académicas, sociais e emocionais. Nos procedimentos de análise em componentes principais (rotação varimax), das seis subescalas teoricamente esperadas, os dados sugerem uma organização imposta em cinco fatores de autoeficácia: uma componente reúne os itens da autoeficácia para tempos livres e os de autoeficácia social, a segunda os itens autorregulatórios (autocontrolo), a terceira os itens de autoeficácia de obtenção de recursos sociais (suporte social), a quarta os itens de autoeficácia académica, excluindo matemática, física e química e línguas estrangeiras, e a quinta foi designada *Autoeficácia de Tarefas Difíceis*, que inclui exatamente os conteúdos matemática, física e química e línguas estrangeiras, e outros conteúdos de natureza social, com elevado grau de dificuldade para jovens privados de liberdade (e.g., fazer parte da associação de estudantes, conseguir que pessoas exteriores à minha escola se interessem por ela, e conteúdos de perícia e envolvimento social (dançar, ajuda de um amigo quando tenho um problema).

Os indicadores também sugerem elevada consistência interna da medida, com coeficientes alfa entre 0,74 e 0,89, com mediana 0,84. Outros indicadores da validade de constructo desta medida de autoeficácia são observados nas relações positivas dos resultados totais e das subescalas com bem-estar, sentimento positivo de futuro, perceção positiva do ambiente socio educativo, e auto-avaliação do desempenho académico, sendo esta última negativa. Também os dados da regressão múltipla linear sugerem uma ligação estreita entre autoeficácia geral e estados emocionais de bem-

estar, sentimentos positivos de futuro e percepção positiva do ambiente. Estes resultados são corroborados em pesquisas anteriores, pela relação observada entre autoeficácia geral e bem-estar e outros fatores de estabilidade emocional, em estudantes do ensino superior e do ensino profissional (Almeida & Teixeira, 2018; Pinto & Teixeira, 2018; Teixeira & Costa 2017; 2018).

Nesta pesquisa, os dados evidenciam uma relação inversa entre autoavaliação do desempenho acadêmico e autoeficácia geral, ao contrário do esperado, e do que a literatura sistematicamente tem descrito. A relação entre autoeficácia e autoavaliação do desempenho escolar tem sido positiva, em populações de adolescentes em liberdade, e mesmo de classe social média baixa (e.g., Lopes & Teixeira, 2012), e em alunos do ensino profissional (Pinto & Teixeira, 2018). Esta relação negativa, entre autoavaliação de desempenho escolar e crenças de capacidade, é corroborada pelos fatores negativos associados às experiências acadêmicas nesta população, que incluem instabilidade emocional, aprendizagem vicariante, baixa tolerância à frustração e incerteza sobre o futuro (Abrantes, Hoffmann, & Anton, 2005; Borrás, Palmer, Hernández, & Llobera, 2016). Esta relação negativa entre crenças de capacidade e autoavaliação do desempenho escolar sugere fatores perniciosos do ambiente acadêmico, que podem tornar os jovens mais inseguros e menos confiantes, e até desligados do ambiente escolar. Entre esses fatores, incluem-se os baixos desempenhos dos jovens, e as baixas expectativas dos próprios educadores.

A literatura (e.g., Teixeira & Ferreira, 2018) tem mostrado associações positivas entre as expectativas dos educadores, pais e professores, e os níveis de autoeficácia dos estudantes adolescentes, em meio escolar. Esta relação negativa entre mundo

académico e autoeficácia dos jovens infratores deve ser enquadrada também na especificidade da organização da autoeficácia nestes jovens, e ser um fator a considerar nas intervenções comunitárias com jovens e educadores. De salientar que no âmbito da aprendizagem, a literatura demonstra a relação negativa entre ansiedade e aprendizagem (Brunelle et al., 2020), bem como entre ansiedade e sintomatologia depressiva (Alali, 2016; Kalin, 2020). Na perspetiva de Tugade & Fredrickson (2004), as intervenções devem proporcionar estilos de avaliação positivos das experiências. É necessário devolver imagens positivas, mas coerentes da relação do jovem com a escola. Também Pajares (2005) chama a atenção para o papel da avaliação dos desempenhos pessoais, de acordo com padrões positivos (Pajares, 2005).

Também na Escala EMAP, houve necessidade de eliminar um item, com base nos indicadores psicométricos. O próprio conteúdo deste item é revelador da sua dificuldade nesta amostra, considerando as características de vulnerabilidade das famílias, associadas às suas características sócio-demográficas (“É fácil conseguir que os meus pais tomem parte das minhas atividades escolares”).

Relativamente à Escala de Desenvolvimento e Bem-Estar, os resultados dos jovens infratores sugerem indicadores favoráveis à consistência interna, com coeficiente alfa de 0,85. A validade de construto é apoiada nas associações positivas ($r > 0,32$) dos resultados com os das escalas sentimento positivo de futuro, perceção positiva do ambiente escolar, as cinco escalas de autoeficácia percebida, e ainda controle de políticas.

Em relação às características metrológicas da EMAP, da SPCS-Y e da Escala de Desenvolvimento e Bem-Estar, os dados discutidos anteriormente conferem indicadores

favoráveis à precisão e validade das medidas, para utilização em ambiente de reabilitação, quer em investigação quer em intervenção. A sua utilização pode ser um recurso eficaz para incorporar no trabalho de intervenção socioeducativo, em reabilitação.

A continuação da discussão dos resultados, é agora feita de acordo com as hipóteses propostas, de modo a aprofundar as implicações da pesquisa nos domínios teóricos e da intervenção.

A H1 “nos jovens infratores há indicadores de saúde mental mais baixos, em ansiedade e depressão, comparativamente aos dos adolescentes em liberdade” é confirmada. Nesta amostra, as médias de ansiedade e depressão são superiores às da população normativa do Brasil. Segundo levantamento de 2017 da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2017), indivíduos com depressão representavam 5,8% e indivíduos com ansiedade 9,3% da população brasileira. Estes dados mostram que participantes com escores moderados a graves no BDI (28,00%) e participantes com escores moderados a graves no BAI (34,28%) apresentam cerca de quatro vezes essas taxas, o que indica níveis potencialmente preocupantes de depressão e ansiedade nestes infratores juvenis institucionalizados. Prevalências semelhantes de depressão e ansiedade também foram relatadas em jovens envolvidos com a justiça em outros países (Odgers et al., 2005; Steiner et al., 1997; Teplin et al., 2002; Teplin et al., 2012; Wakefield et al., 2019).

Em linha com estudos relatados anteriormente (Alali, 2016; Beck et al., 1988; Fydrich et al., 1992; Steer et al., 1993), os resultados da presente pesquisa indicam uma correlação positiva moderada ($r = 0,54$) entre os escores BDI e BAI. Este perfil de resultados pode ser atribuído ao fato de que sinais de depressão e ansiedade às vezes

coexistem no mesmo indivíduo (Kalin, 2020; Mineka et al., 1998). Contudo, sublinha-se que os resultados da análise fatorial exploratória, em amostras de pacientes psiquiátricos, identificam dois fatores independentes, que correspondem respetivamente aos conteúdos de ansiedade–BAI e de depressão– BDI (Hewitt & Norton, 1993).

Estes dados que evidenciam nos jovens infratores níveis mais elevados de ansiedade e depressão, do que na população em geral, por um lado, confirmam que a instabilidade emocional é fator de risco para a saúde mental, e, por outro lado, evidenciam a associação destes fatores de risco ao comportamento de crime. Na literatura, há provas de que os jovens delinquentes apresentam mais respostas emocionais negativas (ansiedade e depressão) associadas ao risco psicossocial, comparativamente ao grupo padrão (e.g., Borrás, Palmer, Hernández, & Llobera, 2016). Também em âmbito escolar, a literatura tem demonstrado que níveis elevados de ansiedade comprometem a aprendizagem (Brunelle et al., 2020).

Em convergência com os dados anteriores, os participantes revelam níveis de bem-estar mais baixos do que os de adolescentes em liberdade, que frequentam o ensino profissional em Portugal (Pinto & Teixeira, 2018). A mesma tendência é observada na comparação com os resultados dos alunos do ensino superior (Almeida & Teixeira, 2018; Diener et al., 2009; Teixeira & Costa, 2017).

Para além do significado psicológico que estes dados detêm, é ainda de referir que, de acordo com Minkov (2009), o bem-estar também está associado a variáveis culturais, económicas e sociais. A maioria destes jovens pertence a famílias de baixo estatuto educacional e económico. Também de acordo com Nardi e Dell`Aglia (2014),

os jovens internalizados vivem vulnerabilidade crónica do ponto de vista pessoal, social e económico. E, ainda, para Christens et al.(2011), os mais privilegiados possuem níveis mais desenvolvidos de empoderamento emocional.

Estes dados chamam a atenção para a intervenção psicológica na reabilitação, que deve ser fundamentada nos modelos de aconselhamento psicológico (Gysbers, et. al., 2009). Alguns estudos brasileiros, relatados anteriormente, indicaram uma prevalência de medicalização psiquiátrica em vez de outros tipos de terapia em jovens infratores privados de liberdade (Nascimento et al., 2018; Vilarins, 2014).

A H2 “os consumos aditivos associam-se aos níveis de depressão e ansiedade”, é parcialmente confirmada. Em primeiro lugar, o relato total dos consumos, no ano anterior à internalização, traduz a associação entre comportamento infrator e consumos aditivos. Nestes jovens, se forem consideradas as duas alternativas de resposta (1-3 vezes, mais do que 7 vezes), 83% dizem ter consumido maconha, 50% álcool e 40% “drogas pesadas”. Na maioria dos jovens, há relato de duas ou mais drogas. Apenas cerca de 14% de participantes relataram não ter feito uso de maconha. Também se assinala que os resultados indicam a existência de correlações positivas moderadas entre álcool e cannabis ($r = 0,31$) e entre álcool e “drogas pesadas” ($r = 0,45$). A combinação de álcool e psicoestimulantes, como cocaína, crack e anfetaminas, ou álcool com cannabis, é bem conhecida e foi observada em amostras clínicas e não clínicas em adultos e adolescentes (Flannery et al., 2004; Gossop et al., 2006; Pennings et al., 2002; Scheffer et al., 2010; Schneider Jr. et al., 2015; Singh, 2019; Winward et al., 2014). Os consumos podem-se potenciar uns aos outros ou ter efeito de compensação, em que os efeitos de uma substância atenuam ou contrabalançam o efeito da outra. Embora o

presente estudo não permita a análise dos efeitos dos consumos uns sobre os outros, os resultados apontam para o uso combinado de substâncias, nesta amostra de adolescentes infratores institucionalizados. Estes dados são confirmados por toda a literatura que associa consumos aditivos aos comportamentos de crime (e.g., Borrás, et al., 2016; Nardi & Dell`Aglia, 2014). Contudo, não se observam correlações significativas de depressão com consumos de substâncias, nem tão pouco de bem-estar com substâncias, apesar da associação significativa entre o consumo de álcool e estados de ansiedade. Esta última relação entre álcool e ansiedade, é corroborada pelos dados que evidenciam que as pessoas com transtornos do humor são mais propensas a abusar de álcool, ansiolíticos e outras drogas ilícitas, como cannabis e cocaína (Christie et al., 1988; Colder et al., 2019; Miguel et al., 2017; Paulus et al., 2018; Schubert et al., 2011; Spradlin et al., 2020).

Contudo, em dados recentes, King et al. (2020) demonstraram que a relação entre traços internalizantes, como ansiedade e depressão, e uso de álcool é mais frequente na idade adulta, do que na adolescência. O sinal contrário que foi observado nesta pesquisa tem a ver com a complexidade de variáveis que confluem de modo negativo no funcionamento destes jovens, que precocemente entraram no mundo do crime. Neste mesmo sentido, Patton et al. (2002) mostraram que o uso frequente de cannabis em adolescentes aumentou o risco de depressão e ansiedade posteriores, mas a depressão em adolescentes não previu o uso de drogas subsequente. Para além das características intrínsecas aos participantes que compõem as amostras, algumas das discrepâncias observadas nas diferentes pesquisas, podem ter origem nas características dos diferentes instrumentos para avaliar depressão, ansiedade e uso de substâncias,

que incluem entrevistas semiestruturadas, testes psiquiátricos e vários inventários de autorrelato.

A independência encontrada entre consumos de drogas e índices de ansiedade e depressão (com exceção da associação entre uso de álcool e ansiedade) sugere que esses índices são independentes e que não é correto afirmar que a causa do uso de drogas vem de sintomas de saúde mental e nem que a causa dos sintomas de saúde mental é proveniente do uso de drogas. Assim, existem três problemas para serem resolvidos: tratar a saúde mental destes adolescentes, tratar os sintomas advindos da adição, como seja a abstinência, que pode se agravar em ambientes de privação de liberdade, e principalmente encontrar estratégias de prevenção aos consumos.

Não é demais sublinhar, que o sofrimento psicológico e o consumo de substâncias psicoativas entre infratores juvenis institucionalizados são um fenômeno mundial. Embora o Brasil tenha uma legislação de proteção à justiça juvenil atualizada, o número de crianças e adolescentes brasileiros nessa situação é alto, e pouco se sabe sobre a prevalência e gravidade de seu sofrimento psíquico e necessidades de saúde mental. Os resultados da pesquisa tendem a ser confirmados pelos dados das instituições de detenção juvenil de Brasília no Distrito Federal do Brasil. O abuso de drogas na juventude está bem documentado em diferentes países e culturas, incluindo o Brasil (e.g., Abilleira et al., 2019; Banken, 2004; Carliner et al., 2017; Galduróz et al., 2005; Lopes et al., 2013 ; Somani & Meghani, 2016). Estas taxas são maiores, em número e grau de gravidade, em jovens infratores institucionalizados (Grigorenko et al., 2015; Martin & Pillon, 2008).

Os infratores juvenis têm características específicas que podem contribuir para o uso de drogas de forma diferente do uso de drogas na população em geral. Por exemplo, a maioria dos jovens infratores que são condenados, pela primeira vez, por crimes graves (por exemplo, homicídio, roubo, violência armada, tráfico de drogas) viviam em comunidades com altos índices de stress psicossocial, incluindo falta de assistência social, violência doméstica e um história de adversidades na infância e abandono emocional (Pyle et al., 2020; Uceda-Maza & Alonso, 2017). O estresse agudo é conhecido por levar à ansiedade, mas o estresse crônico incontrolável precipita o aparecimento de transtornos depressivos (Maier & Seligman, 2016; Nestler et al., 2002). Portanto, quando esses jovens se deparam com outra fonte de stress ambiental, como a privação de liberdade por longos períodos, seu desgaste emocional pode ser severamente agravado, principalmente considerando que crianças e adolescentes ainda estão desenvolvendo seus mecanismos de enfrentamento (Compas et al., 2014).

Outra questão a considerar nos resultados, é o fato do presente estudo incluir apenas participantes do sexo masculino, o que implica que os resultados encontrados não podem ser generalizados às meninas. Nas diferenças entre sexos com implicações para esta pesquisa, destacam-se os seguintes pontos que a literatura tem evidenciado. (1) A população de instituições de internação juvenil em todo o mundo, incluindo o Brasil, é super-representada por jovens do sexo masculino (SINASE, 2018). (2) Por outro lado, as mulheres têm quase duas vezes mais probabilidade do que os homens de apresentar sintomas relacionados à depressão e ansiedade (Kuehner, 2017; Remes et al., 2016), e mesmo níveis de neuroticismo superiores aos dos homens (Teixeira & Costa, 2016). (3) É ainda pertinente lembrar que os rapazes geralmente apresentam

níveis de autoeficácia superiores aos das meninas, quer autoeficácia geral quer acadêmica (De Caroli & Sagone, 2014; Lopes & Teixeira, 2012). (4) No mesmo sentido, estudos de Diener e colaboradores (1999) apontam os rapazes com níveis mais elevados de bem-estar subjetivo do que as raparigas, sendo estas mais sensíveis às emoções negativas. (5) Warren et al.(2009) confirmam que os meninos têm menos facilidade de buscar apoio do que as meninas.

Num recente estudo de meta-análise, Livanou et al. (2019) mostrou uma prevalência altamente significativa de transtornos afetivos em mulheres institucionalizadas em comparação com seus pares do sexo masculino. Por exemplo, em uma amostra de 30 adolescentes de uma instituição de detenção exclusivamente para infratores juvenis do sexo feminino na cidade do Rio de Janeiro, Brasil, mais de 50% dos participantes atendiam aos critérios diagnósticos para depressão e cerca de 70% para ansiedade e transtornos de abuso de drogas (Andrade et al., 2011). Em outro estudo empírico semelhante com jovens infratores em liberdade condicional na cidade do Rio de Janeiro, observou-se que as mulheres exibiam mais indicadores de depressão e ansiedade em comparação com seus pares do sexo masculino (Andrade et al., 2004). No entanto, não houve diferença entre os sexos no perfil do uso de drogas neste mesmo estudo. Para clarificar as diferenças de gênero, são desejáveis outros estudos, que possam comparar indicadores de bem-estar, auto-eficácia, depressão, ansiedade, abuso de substâncias em adolescentes institucionalizados do sexo feminino e masculino.

Na discussão da relação entre consumos aditivos e saúde mental, Costa e Silva (2017) apontam críticas às políticas públicas no Brasil, que de acordo com estes autores

são desintegradas e caracterizadas por um altíssimo grau de medicalização, deficiências na rede de saúde, em que os psicólogos estão mais voltados para questões judiciais e do que para a intervenção psicológica e terapêutica. O tratamento em saúde mental nas unidades de internação parece seguir a lógica biomédica (Neto et al., 2017). As diretrizes legais para a atenção à saúde dessa população estão muito distantes da prática cotidiana de acompanhamento desses adolescentes (Perminio et al., 2018). As intervenções direcionadas a esse grupo precisam contemplar tanto o tratamento em relação ao uso de drogas, quanto a conduta infratora, abrangendo todas as suas necessidades (Limberger & Andretta, 2018).

Ainda relativamente à H2, os dados do modelo de regressão múltipla linear para controle sociopolítico apontam para uma associação entre consumos de drogas e controle sociopolítico, em que a análise de variância (Anova) esclarece que o grupo com consumos frequentes de drogas revela superioridade dos resultados médios em Liderança, Participação e Total do Controle Sócio-político. Na pesquisa, há um aparente paradoxo neste domínio. De sublinhar, que nestes dados, o efeito das drogas surge significativo nas componentes de natureza participativa face aos outros, e não surge na escala de compreensão do controle político na comunidade, de natureza mais cognitiva. De acordo com Baumeister, Smart e Baden (1999), o aumento da autoestima pode provocar sentimentos de egoísmo, arrogância, senso de superioridade, narcisismo e presunção.

Estes dados são ainda corroborados no estudo antropológico de Campbell (2008) sobre a escalada de mulheres mexicanas no tráfico de drogas e respectivo aumento do empoderamento vivenciado. Também Grundetjern e Miller (2018) mostraram que as

mulheres com sucesso no tráfico de drogas sentiam maior confiança nas suas capacidades para persistir no crime. Em jovens desfavorecidos da cidade do Cabo, Lindegaard e Jacques (2017) observaram que o envolvimento no crime trazia vantagens materiais, bem como nos sentimentos de pertença ao grupo, e respeitabilidade pelos pares.

Assim, na interpretação destes resultados há a possibilidade de as drogas funcionarem como fator de afirmação pessoal face ao grupo, particularmente em gangues criminosas. Garduno e Brancale (2017) destacaram como fatores de risco para o ingresso em gangues o género masculino, baixas qualificações, sentimentos de tristeza e solidão, ter irmãos em gangues e consumos. Os principais fatores de envolvimento criminal são as atividades próprias da cultura dos gangues, bem como o crime como alívio de sofrimento pessoal, em que o próprio gangue acaba suprimindo necessidades de apoio social frustradas (Whitney-Snel et al., 2020).

Estes resultados são ainda interpretados no seio das características sócio-demográficas das famílias, que na sua grande maioria pertence a grupos socialmente desfavorecidos, como referido anteriormente. Estes dados exigem uma profunda reflexão da atuação ao nível da intervenção e da prevenção. Neste sentido, Vivolo et al. (2011) apontam o enfoque da prevenção para o abuso de drogas, em atividades ocupacionais, habilidades sociais e de relacionamento, organização social e coesão da comunidade. O conceito de coesão social envolve a participação, mas expande essa ênfase comportamental para incorporar noções de confiança, conexão e engajamento cívico (Speer et al., 2001). Neste contexto de precariedade, são necessários programas dirigidos às competências sociais e emocionais que são mais eficazes do que instruções

meramente didáticas sobre uso de substâncias (Haegerich & Tolan, 2008).

Nesta mesma direção, Swisher & Latzman (2008) questionam o impacto da violência juvenil na adaptação à violência comunitária. No entanto, há evidências, de que o aumento de envolvimento da comunidade e apego familiar conduzem à diminuição do uso de drogas e álcool (Peterson, Buser & Westburg, 2010). A autoestima é tida como processo mediador entre envolvimento e uso de drogas e álcool e entre apego familiar e uso de drogas e álcool. Nesta encruzilhada de dados, Elfassi et al.(2016) sugerem que o sentido de coerência da comunidade representa também um fator de proteção significativo, que pode estar inversamente relacionado aos comportamentos de risco. Considerando a dimensão interativa do empoderamento, muitos estudos (e.g.: Erdem et al., 2016; Duron et al., 2020) sublinham a importância das estratégias de mentoria em reabilitação. Case e Hunt (2014), num estudo com identidades narrativas, mostram que os jovens infratores são capazes de se reinventar socialmente mais facilmente, quando assumem papéis de mentores, defensores e líderes de outros jovens.

A H3 “o suporte social percebido tem efeitos positivos na saúde mental, bem-estar, crenças de autoeficácia, controle sócio-político e perspectiva positiva de futuro” tende a ser confirmada. O conjunto dos resultados é convergente no papel do fator social, nomeadamente quando se consideram as variáveis: percepção positiva do ambiente educativo, autoeficácia social, autoeficácia no suporte social, e ainda os dados dos profissionais servidores e o efeito da instituição na variabilidade dos resultados.

Em primeiro lugar, observa-se um padrão de associações positivas e superiores a 0,32 dos resultados da percepção positiva do ambiente educativo com bem-estar, sentimento positivo de futuro, e ainda com autoeficácia no suporte social e controle de

políticas. A associação de todas estas variáveis focaliza a natureza comum de suporte social, nas múltiplas vertentes da relação social confiável. Estes dados são corroborados pela visão de que o apoio social possui natureza multidimensional e que se reveste de diferentes formas, nos processos adaptativos dos adolescentes (Warren et al., 2009). A crença de que o ambiente social tem âncoras de suporte a que é possível recorrer é uma componente representativa do funcionamento psicológico do adolescente (Bandura, 1990).

Em segundo lugar, os dados da regressão múltipla linear para o bem-estar mostram como primeiro preditor a associação entre autoeficácia para o lazer e atividades sociais, como terceiro a percepção positiva do ambiente institucional e como quarto a frequência de encontros com a família. Kardaş e Yalçın (2021) demonstraram que a percepção do suporte social, a par da autoestima, são fatores com impacto da satisfação das necessidades psicológicas e nos níveis de bem-estar, em estudantes universitários na Turquia. Também se sublinha a função das atividades de tempos livres para o bem-estar, constituindo espaço para a afirmação das competências físicas e sociais dos adolescentes. Este dado é confirmado na literatura que demonstra o papel dos programas de esportes, artes, clubes e associações acadêmicas, atividades comunitárias e religiosas no agenciamento dos jovens e gerenciamento de tempo de aprendizagem, relacionamentos positivos e diminuição do stress (Larsen et al., 2006).

As intervenções devem estimular este tipo de atividades, com possibilidades de facilitar a inserção social, destes jovens em compromissos, sentido de vida social e reflexividade (Lee et al., 2016). Neste domínio em que ganha importância o suporte social, é ainda de salientar a literatura que corrobora a relação entre ambiente social e

bem-estar (Lardier et al., 2019), e ainda entre ambiente educacional e satisfação e bem-estar (Almeida & Teixeira, 2018; Teixeira & Costa, 2017). No domínio do bem-estar, é relevante ainda o papel do ambiente com suporte social positivo para a satisfação das necessidades dos jovens em autonomia e vínculo (Deci & Ryan, 1991).

A percepção positiva do ambiente socioeducativo está ainda associada aos modelos de regressão linear para Autoeficácia Geral e Controle de políticas. Estes resultados são corroborados na literatura, que dá conta da associação dos altos escores na escala SPCS-Y com percepção da importância da escola, vínculo com a vizinhança e participação na comunidade e na escola, numa amostra de adolescentes italianos (Vieno et al., 2014). Também num estudo com adolescentes na Malásia (Christens, Krauss & Zeldin, 2016), as pontuações mais altas em liderança e controle sociopolítico da SPCS-Y estavam associadas aos níveis mais altos de senso psicológico de comunidade, em conexão com a escola e agência percebida. Em contrapartida, segundo Lardier et al. (2018), baixos índices de controle sociopolítico e de liderança estão relacionados com baixos índices de capacitação cognitiva, sentido e participação na comunidade, e ainda de identidade étnica.

Também Kulig et al. (2013) mostram uma relação de causalidade entre resiliência comunitária e fatores de convivência, liderança, senso de pertença e ação comunitária. Especificamente, em ambientes prisionais é verificado que o apoio social pode atenuar o sofrimento e melhorar o envolvimento e compreensão das regras (Wittenborn et al., 2020). Stevens et al. (2018) indicaram também que, tanto a esperança quanto o senso de comunidade, foram preditores nas trajetórias de recuperação. O efeito dos contextos relacionais é ainda observado no efeito protetor dos contextos familiares, em ambiente

de alto risco da vizinhança (Ernestus & Prelow, 2015). Numa perspectiva positiva, Jason et al. (2016) sugerem que o investimento pessoal na comunidade está relacionado à esperança em termos de realização de metas e oportunidades.

As pesquisas sobre suporte social sugerem relações importantes entre a fonte de suporte, o tipo de suporte oferecido e o tipo de estressor vivenciado pelo indivíduo em sofrimento (Jackson, 1992). Simões et al. (2018) destacam a necessidade de mobilizar recursos sociais e econômicos, por meio de políticas e intervenções programadas para prevenir riscos de desvio comportamental em adolescentes mais jovens. Esta pesquisa também destaca o papel do “apoio ideal e altamente sintonizado à autonomia múltipla” na melhoria do desenvolvimento social positivo em todas as classes socioeconômicas.

Lardier et al. (2019) indicam que o acesso aos apoios sociais e programas comunitários foi negativamente associado aos comportamentos de risco e sintomas depressivos, tanto através de senso psicológico de comunidade como de pertencimento à escola. Todos estes estudos implicam a necessidade das estratégias de intervenção psicoeducacional serem inseridas na comunidade. Estas estratégias devem incluir o apoio, incentivar um senso de pertença e compensar as trajetórias negativas de desenvolvimento do risco.

Para ser empoderado e permanecer empoderado, psicologicamente e politicamente, os ativistas comunitários precisam de reforço ambiental e apoio socioemocional. O apoio dos educadores e dos amigos constituem recursos ambientais tão importantes como os recursos pessoais (Itzhaky & York, 2003). A literatura mostra que as estratégias de intervenção que se apoiam em recursos sob a forma de “bons”

modelos tendem a ser os mais eficazes na mudança de atitudes e comportamentos, em jovens em situação de risco psicossocial (Faria & Teixeira, 2014).

Este conjunto sistemático de resultados que aponta para os fatores de apoio social como cruciais na reabilitação, são ainda corroborados na extensa literatura que mostra a relação entre percepção de suporte positivo no ambiente educativo e envolvimento nas atividades acadêmicas, em jovens em escolaridade regular (e.g., Wang, & Holcombe, 2010). O fator social é crucial na educação em reabilitação, quer em suporte quer participação sociopolítica. O clima de segurança é fundamental no contexto onde as pessoas são apoiadas e encorajadas a adotar comportamentos pró-sociais (Thomas et al., 2016). Ações educativas que incentivam relacionamentos positivos, segurança e aceitação têm a probabilidade de aumentar o bem-estar e diminuir o envolvimento criminal (Topciu, 2020). Estes princípios são seguidos pelas políticas de reabilitação do Canadá (McMahan, 2019; Ruzsonyi, 2017), referidas na introdução. Lardier et al. (2019) indicam que o acesso a apoios sociais e programas comunitários é associado à diminuição dos comportamentos de risco e sintomas depressivos. Neste domínio, ainda é indicador a considerar, a relação com a própria família, que é discutida no ponto a seguir.

H4 “as emoções positivas, no presente ou projetadas para futuro, têm efeitos positivos na saúde mental, no bem-estar e agenciamento pessoal” tende a ser confirmada, considerando como emoções positivas as variáveis perspectiva positiva de futuro e o bem-estar. Salienta-se que não se observarem associações significativas entre perspectiva positiva de futuro e ansiedade e depressão, nem entre bem-estar e ansiedade e depressão, como já foi referido anteriormente. A literatura na população de

jovens adultos aponta em resultados contrários aos obtidos, cujos indicadores mostram a relação negativa entre bem-estar e neuroticismo (Teixeira & Costa, 2017), e entre ansiedade e bem-estar (Almeida & Teixeira, 2018).

Contudo, neste estudo, é sistemática a relação entre perspectiva positiva de futuro e bem-estar, e ainda entre bem-estar e frequência de visitas à família. O bem-estar é ainda o principal preditor nos modelos de regressão para autoeficácia geral e controle de políticas. Nos dados, ainda há associações positivas dos resultados de sentimento positivo de futuro com os de autoeficácia no suporte social e do controle de políticas. Estes resultados são corroborados na literatura (e.g., Diener, Suh, Lucas, & Smith, 1999), que evidencia o papel das emoções positivas no bem-estar, quer seja no presente ou no futuro. A investigação anterior confirma ainda que as emoções positivas têm um papel determinante na saúde mental e física (Fredrickson, 2001, 2005), sendo a satisfação de carreira preditor de bem-estar (Teixeira & Costa, 2017). Os dados de Vacek et al. (2010) também confirmam a relação entre bem-estar e otimismo, autoestima e orientação futura, em minorias étnicas de baixa renda.

O conjunto das evidências dá ênfase aos fatores sociais e emocionais no bem-estar, e sublinha-se a importância das redes sociais e emocionais nestes contextos de jovens infratores, que se caracterizam, muitas vezes, por falta de proximidade emocional (Borras, Palmer, Hernandez & Llobera, 2017). Em jovens afro-americanos de Chicago, foi observada interação entre eficácia coletiva, experiências violentas e percepção de segurança do bairro (Thomas et al., 2016), sendo o apoio da vizinhança um fator protetor em ambientes urbanos de alto risco. No mesmo sentido, Zambrano, Muñoz & Andrade (2015) salientam a importância do trabalho em rede, como base de

sucesso para intervenções coerentes, duradouras e eficazes em jovens chilenos infratores.

Ainda a salientar que a frequência de encontros com a família é um dos fatores com impacto no bem estar destes jovens. Este indicador enfatiza a importância dos contatos familiares em reabilitação, apesar da maioria das famílias viverem também com dificuldades, de várias ordens. Estes dados são corroborados pelas evidências da influência dos pais na vida dos seus filhos, mesmo na idade adulta (Hill & Wang, 2015), e de que a família estabelece um conjunto de variáveis proximais com grande impacto nos adolescentes (e.g., Hill & Wang, 2015; Teixeira & Ferreira, 2018). Yalçın (2011) também enfatiza o papel do apoio familiar na promoção do otimismo e satisfação com a vida.

H5: “o agenciamento pessoal – autorregulação, autoeficácia, projetos – são fatores com efeito na saúde mental e no bem-estar” é parcialmente confirmada pelo “peso” das crenças de autoeficácia no bem-estar e no controle sociopolítico. Apesar de não alcançar significado estatístico, salienta-se a correlação parcial de 0,16 da crença autoregulatória-autocontrole com bem-estar ($p= 0,09$). O significado deste resultado é corroborado pela relação positiva entre autocontrole e bem-estar em pesquisas anteriores (e.g., Wiese et al., 2018; Röseler et al., 2021).

Nesta amostra, os jovens em reabilitação, mostram resultados médios da escala eficácia autoregulatória (autocontrole) inferior aos obtidos em outras amostras de rapazes adolescentes (Teixeira & Ferreira, 2018) e jovens adultos homens (Teixeira, 2008). Esta tendência é ainda confirmada no estudo de Lopes e Teixeira (2012) com rapazes do 3º ciclo, que pertencem a famílias de estatuto socioeconómico baixo. Estes

dados são ainda corroborados na literatura (e.g., Milojević et al. 2016), cujas evidências confirmam níveis menores de bem-estar e autocontrole em adolescentes infratores, quando comparados com não infratores (Smith et al. 2015). De acordo com estes autores (Smith et al. 2015), os adolescentes com história de infração apresentam menor nível de autoeficácia para regular emoções, e percepção distorcida de si próprios.

A literatura corrobora a associação entre baixo autocontrole e consumos de álcool e drogas, bem como comportamentos de crime e violência (Baumesteir, Vohs & Tice, 2007). O autocontrole é um mecanismo chave na saúde e bem-estar (Baumeister, Campbell, Krueger & Vohs, 2003). Também num estudo em meio prisional Malouf, et. al., 2014) encontraram uma forte relação entre baixo autocontrole e reincidência, e uso indevido de substâncias, sendo o nível elevado de autocontrole preditivo para a inserção social, após liberação da pena.

O papel dos projetos no agenciamento pessoal é confirmado pela teoria sociocognitiva, que dá ênfase ao exercício da agência pessoal no percurso de vida e de carreira, ao acentuar o papel autorregulador das aspirações e objetivos (Bandura, 1997, 2006; Lent et al., 1994). Os projetos representam intencionalidades, com potencialidades de atribuir significado pessoal aos recursos sociais e de aprendizagem. A determinação de objetivos requer mecanismos cognitivos de organização do comportamento, seleção de recursos e antecipação de competências. Os indivíduos são os principais responsáveis pelos seus cursos de ação, pela autorregulação e mudança (Teixeira, 2008). Os projetos são um dos alicerces de edificação do agenciamento em confiança pessoal e autoestima para desempenhos escolares, de lazer, convivência social e procura de apoio social. Os projetos acompanham a sedimentação de atitudes

positivas de futuro e percepção positiva do ambiente educacional, no aproveitar e usar os recursos materiais e sociais.

Estes dados salientam ainda o papel dos recursos internos na resiliência e adaptação ao longo do desenvolvimento (Almeida & Teixeira, 2018; Rudolph et al., 2017; Savickas & Porfeli, 2012). A pesquisa anterior confirma que a resiliência e as habilidades de enfrentamento são preditoras de saúde mental, bem-estar e satisfação com a vida, e que atenuam a força dos fatores negativos, em jovens infratores privados de liberdade (Konaszewski et al., 2021). A pesquisa anterior mostra ainda que os alunos com treino em estabelecer metas exibem altos níveis de motivação e realização (e.g., Cleary & Zimmerman, 2004).

H6: “os projetos de trabalho e família têm relação positiva com uma visão de futuro positiva e com bem-estar” é parcialmente confirmada. Nesta amostra, a maioria dos jovens expressa projetos profissionais específicos, projetando-se com otimismo no futuro, de acordo com a perspectiva temporal de tempo futuro (Boyd & zimbarado, 2005).

Contudo, muitas das profissões indicadas são de estatuto social elevado e exigem elevada qualificação, dificilmente alcançável para a maioria. Também se observa um grande número de profissões sem formação básica, como são exemplos jogador de futebol e empresário. Este tipo de projeto fantasista e sem qualificação tem a probabilidade de não proporcionar recursos de empoderamento e inclusão. É de lembrar que a maioria destes jovens frequenta o ensino fundamental, situação da qual se infere um elevado nível de insucesso escolar. Os índices estatísticos são preocupantes em relação às qualificações e às funções de trabalho do grupo de jovens infratores, sabendo que 51% dos jovens infratores em instituições não frequentava escola, 90% não concluiu

o ensino fundamental e 49% não trabalhava (SINASE, 2004). O fraco desempenho acadêmico e baixo comprometimento com a escola são consideradas fatores de risco para a delinquência, enquanto a participação em atividades extracurriculares relacionadas à escola e o compromisso com a escola são considerados fatores de proteção (Tiernan et al., 2015). E tal como foi referido anteriormente, há uma relação negativa entre a avaliação do trabalho escolar e os níveis de autoeficácia demonstrados. E, assim, é questionável a natureza das experiências em que estes jovens baseiam as crenças sobre as suas capacidades.

Esta tendência sobre projetos associados ao prestígio, observada nos jovens, conjuga-se à tendência observada nas famílias de classes mais desfavorecidas, que privilegiam profissões de prestígio elevado, para os seus educandos (Lopes & Teixeira, 2012). Embora não fosse objeto deste estudo analisar dados sobre o impacto das condições socioeconômicas nas variáveis testadas, os resultados das profissões dos pais dos adolescentes demonstram que são famílias marcadas por profissões em sua maioria informais, sem qualificação e com baixo potencial aquisitivo. Se compararmos as profissões dos progenitores com os projetos profissionais dos adolescentes atendidos, podemos perceber que há uma distância significativa entre os ideais de carreira e a realidade vivenciada em seus lares.

Estes indicadores implicam a necessidade de as políticas socioeducativas preverem ações que aproximem os jovens à comunidade socioprofissional, às alternativas profissionais, que possam fortalecer as necessidades psicológicas de autonomia e competência, e concretizar os sonhos e ambições destes jovens.

Os indicadores da análise de variância revelam a importância dos projetos do trabalho, como componente de organização da identidade pessoal e social: os jovens com prioridade no projeto “ter trabalho” também revelam maiores níveis em bem-estar, sentimentos positivos de futuro, confiança pessoal nas capacidades nos domínios do lazer, da relação social, escolar e procura de suporte social. Complementarmente, o projeto estar satisfeito com a atividade profissional tem associado o sentimento positivo de futuro e percepção positiva do ambiente educacional em que o jovem está inserido. Estes dados apontam para o papel do projeto de trabalho como mecanismo adaptativo de inserção e de agenciamento pessoal.

O trabalho é um espaço com múltiplas potencialidades de autonomia, vínculo e exercício de competência, as três necessidades psicológicas da teoria de auto-determinação (Deci & Ryan, 1991). É de sublinhar ainda a tendência destes jovens atribuírem ao trabalho um fator chave nas motivações intrínsecas de inserção social e desenvolvimento. A importância do trabalho é corroborada pelas evidências que demonstram o papel das forças de esperança, trabalho em equipe no bem-estar dos jovens (Seligman et al., 2006). O trabalho tem múltiplas funções adaptativas do ponto de vista, material, social e emocional.

De realçar que os jovens com o objetivo de não terem problemas com a justiça revelam ainda uma atitude mais positiva de futuro, e crenças mais fortes na capacidade de liderança sociopolítica. Nestes dados, e de forma otimista, podem-se inferir mudanças de atitudes e comportamentos, mas também podem neles subsistir um fator de risco na perpetuação de atividade criminal, pela associação dos resultados de liderança ao consumo de drogas, como foi visto anteriormente, na discussão da H2. Em

relação ao efeito do projeto de família, os dados indicam implicações positivas nos níveis de bem-estar, nos sentimentos positivos de futuro, na percepção do ambiente educacional onde os jovens vivem, e ainda no controle sociopolítico do ambiente. A família representa suporte, expectativas, afetos e ligação ao mundo social (Hill & Wang, 2015; Teixeira & Ferreira, 2018).

H7: “há uma relação positiva entre motivação dos profissionais das instituições e bem-estar e saúde mental dos jovens institucionalizados” tende a ser confirmada. Apesar das limitações metodológicas da pesquisa, os dados sugerem que numa mesma instituição os resultados dos jovens e dos profissionais tendem a adquirir diferenciação, comparativamente às outras duas. Numa das três instituições, designada YYY para manter o anonimato, os jovens têm um maior desenvolvimento de controle sociopolítico e menores índices de ansiedade, e nos profissionais há maiores níveis de motivação quer intrínseca quer extrínseca e menores receios de insegurança. Estes indicadores sugerem a natureza holística e sistémica do comportamento no modelo ecológico de Bronfenbrenner (1994), especificamente no âmbito do crime e reabilitação. A estrutura organizacional e os recursos humanos das instituições podem influenciar de maneira significativa a saúde mental, a aprendizagem, os sentimentos de futuro, o bem-estar e o controle sociopolítico dos jovens.

Nesta pesquisa, nas correlações entre resultados dos jovens e dos profissionais, há indícios de que a motivação dos profissionais está associada positivamente com o bem-estar e agenciamento sociopolítico dos jovens, quer nas associações em sentido positivo quer negativo. Neste último caso, os resultados dos profissionais que expressam maiores dificuldades (como por exemplo: falta de recursos físicos e

humanos, insegurança, divergências com colegas, ou mesmo mudanças constantes na estrutura gestora) estão ainda associadas positivamente ao bem-estar dos adolescentes, e de forma negativa aos índices de depressão. De realçar as correlações negativas entre as dificuldades de natureza pessoal dos profissionais (e.g., descrença) e os resultados do nível de controle sociopolítico dos jovens, e ainda entre a vontade dos profissionais em mudar o contexto de trabalho e a atitude pessimista de futuro dos jovens. Por outro lado, servidores com maior resistência à mudança, também tiveram resultados elevados no sentimento de insegurança dentro dos centros socioeducativos.

Estes dados podem significar que profissionais mais empenhados têm maior consciência das dificuldades em recursos materiais, e que isto pode, num mesmo ambiente educativo, estar associado aos fatores que interferem nas condições responsáveis pelo bem-estar dos jovens. As dificuldades de natureza pessoal dos educadores parecem associar-se às barreiras de desenvolvimento da consciência sociopolítica nos jovens, sendo estes dados corroborados pela relação obtida entre engajamento dos profissionais e atitudes dos jovens (García Rubiano et al., 2009).

Segundo Maton e Salem (1995), a base para o empoderamento dentro das organizações relaciona-se com crenças e objetivos norteadores, autoeficácia e experiência em diferentes funções, suporte social e liderança. Os profissionais motivados e engajados no trabalho de reinserção social de adolescentes infratores, podem ser vistos como estruturas de apoio e engajamento, que propiciam uma visão positiva de futuro, capaz de alterar o destino dos adolescentes. Neste caso, salienta-se que o trabalho do psicólogo nas unidades de internação, faz interface com diversas

especialidades de atuação profissional, de acordo com a Resolução 003 do Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2016).

O conjunto dos dados tende a confirmar a complexidade do trabalho das unidades de ressocialização (Volpi, 2015), envolvendo aspectos legais, escolares e educativos, saúde, assistência às famílias, bem como outras atividades pedagógicas de esporte, cultura e lazer. Os sentimentos de insegurança impactam negativamente o trabalho dos profissionais e têm consequências para a saúde do trabalhador e para a manutenção da disciplina e organização destes centros. Por outro lado, trabalhos comunitários que priorizam o apoio, a autoeficácia e o empoderamento, são capazes de criar um clima de segurança com consequências positivas para a saúde e para o futuro dos participantes (Cicognani et al., 2020).

No trabalho de Feijó et al. (2017), numa unidade de internação socioeducativa no Rio Grande do Sul, os índices de stress ocupacional dos trabalhadores são considerados muito graves. Ambientes de trabalho insalubres, convívio com situações de violência, longas jornadas de trabalho, pressão e constante estado de alerta e dificuldade de convivência entre colegas, foram alguns dos problemas observados e que comprometem a saúde destes trabalhadores

Conclusões

O conjunto dos dados traz contributos teóricos para aprofundar os modelos de desenvolvimento e bem-estar em populações vulneráveis, particularmente em âmbito de reabilitação com jovens infratores em instituições. Estes modelos que suportam a intervenção, salientam o papel dos afetos e de suporte no relacionamento com a família

e com a escola, e ainda das emoções positivas face ao futuro, das crenças de eficácia em atividades sociais e de lazer, do sentido autorregulatório no comportamento e dos projetos em espaços como trabalho, escola, tempos livres e cidadania. A coerência dos dados mostra a pertinência dos modelos ecológicos e de empoderamento, que abarcam variáveis pessoais, familiares, sociais e institucionais e comunitárias.

Estes dados apoiam as transformações dos paradigmas psicológicos e sociais, que fundamentam as ações socioeducativas, quer na prevenção primária, quer no tratamento, quer nos programas que promovam bem-estar, autoeficácia e senso de autocontrole. Neste sentido, recursos físicos, sociais, intelectuais e psicológicos operam como base para o desenvolvimento, a satisfação e a funcionalidades dos jovens. Salienta-se ainda a necessidade de desenvolver fatores internos (e.g., autocontrole, autoeficácia) que possam modificar comportamentos e sentimentos, bem como acionar variáveis externas (e.g., suporte familiar, social, institucional) associadas aos indicadores de risco psicossocial.

Destaca-se também a contribuição desta pesquisa para a disponibilidade de medidas de avaliação psicológica nos domínios da autoeficácia, do controle sociopolítico e do bem-estar, contribuindo ainda com índices para aperfeiçoar posteriormente as medidas de atitudes e projetos de vida.

Os dados desta pesquisa constituem ainda nota de reflexão para se equacionar a intervenção a diferentes níveis e com diferentes destinatários, nos contextos da Justiça Restaurativa. Muito do sucesso das intervenções advém da crença positiva dos profissionais relativamente à capacidade de mudança do ser humano, por natureza agenciador, quer seja educador ou educando. Assim, nestas instituições com

características de vulnerabilidade, a intervenção tem necessariamente duas faces para nos jovens agenciar bem-estar e controlo sobre si próprios e o ambiente, e simultaneamente promover confiança e satisfação aos profissionais, que desempenham um papel chave nos processos de ressignificação da vida destes jovens.

Outra questão importante a ser destacada, como conclusão deste trabalho, diz respeito à independência observada entre as variáveis positivas (autoeficácia, empoderamento, projetos de vida e bem-estar) com as variáveis negativas (ansiedade, depressão, e uso de drogas). Consideramos tratar-se de uma questão fundamental para a diferenciação entre paradigmas psicológicos, discutida ao longo da revisão de literatura, parte 1, deste trabalho. Aqui é relevante os paradigmas da Psicologia que aprofundam as componentes positivas, ao contrário nas que se centram do que é deficiente ou negativo. A Psicologia Positiva centra os seus esforços em atender aos fatores que tornam possível florescer, num ambiente favorável a esse mesmo desenvolvimento.

Esta pesquisa teve a função positiva de aprofundar a função protetora do apoio social, em situações adversas de stress. O conjunto dos resultados conduz à reflexão da complexidade da reabilitação criminal, numa abordagem multinível que engloba a população em geral, os sistemas proximais sobretudo as instituições educativas e familiares, e ainda o indivíduo, como essência do agenciamento para o bem-estar e mudança ao longo da vida.

O suporte social foi fortemente associado com bem-estar, autoeficácia e empoderamento dos adolescentes da amostra. Porém, a maioria destes jovens assinalou como muito importante a presença dos familiares nas visitas semanais e como forte o

sentimento de afeto vivenciado às famílias. Neste sentido, a exigência de suporte deve conjugar a família com a própria unidade, que se configura em ligação ao papel de apoio dos servidores. É plausível afirmar ser necessário aliar os esforços dos diferentes suportes de apoio, quer sejam familiares, institucionais e até estatais para o empoderamento, agenciamento e bem-estar destes jovens.

Nas instituições educativas, o ambiente relacional é crítico ao envolvimento social, sendo este um suporte intencional, que pode ser aprimorado a partir de ações com os educadores. Os ambientes genuinamente apoiantes promovem o suporte a partir da escuta ativa dos profissionais (agentes de segurança, professores, pedagogos, assistentes sociais e psicólogos), da promoção e conscientização acerca dos direitos e deveres destes jovens cidadãos, bem como na abertura para participação dos adolescentes nas decisões das unidades e na expressão dos seus anseios e necessidades nos ambientes de reclusão. O conjunto das atividades procurará envolver intrinsecamente os jovens em atividades significativas, que lhes proporcionem satisfação das suas necessidades de autonomia, vínculo e competência, e simultaneamente sejam propícias aos processos de mudança para abandonar o mundo do crime.

No âmbito educativo, o investimento tem que ser também dirigido para a população em geral, com caráter preventivo para o consumo de drogas e comportamentos antissociais. São necessárias políticas efetivas de educação e saúde, bem como outros serviços sociais para melhorar as oportunidades de habitação e emprego. Estes são caminhos potenciais para reduzir o crime. As implicações sociais e políticas mais amplas incluem a necessidade de construir comunidades para aliviar o

isolamento social e criar sistemas de apoio que funcionem como uma rede de segurança para indivíduos, que enfrentam adversidades. A discriminação baseada no estigma e no racismo contribui fortemente para o isolamento social e o aumento das barreiras.

Nas unidades de internação, a atuação do psicólogo tem o dever de promover caminhos para transformar as adversidades sociais em possibilidades restaurativas. Isto tem que ser feito na constituição de equipes psicossociais voltadas para a promoção e desenvolvimento de habilidades em jovens infratores, amparadas em um ambiente de suporte social positivo. Associações de esperança, compromisso pessoal e apoio fornecem evidências de que a perspectiva de um indivíduo sobre a recuperação abrange percepções pessoais, ambientais e temporais, sendo o senso positivo de comunidade o melhor preditor de esperança.

O fato de que alguns destes jovens agirem numa visão não empática e com objetivos à margem do que é socialmente expectável, confrontam a nossa competência, enquanto psicólogos e educadores, na certeza de que, é necessário investir mais tempo com esta população. Estes jovens necessitam de se sentir compreendidos nas crenças, objetivos e valores do seu mundo. Neste contexto, há que assegurar a adequação dos recursos e procedimentos, que podem passar por identificar novas dimensões e estratégias inerentes à natureza do grupo. A mudança só pode ocorrer, quando há disponibilidade dos próprios profissionais em mudarem crenças, atitudes e comportamentos. A ação educativa positiva deve fazer-se em diferentes níveis e em diferentes contextos, na senda de desenvolver pessoas, transformar instituições e ambientes sociais.

Deste modo, é necessário questionar, desconstruir, e construir uma nova visão da intervenção socioeducativa. Este processo implica uma perspectiva holística, integrativa de dimensões cognitivas, emocionais e sociais, que inclua contextos próximos como a família, a escola e a comunidade, e mais distantes como sejam as diretrizes educativas das escolas, instituições e do próprio país.

Um dos aspetos inovadores desta pesquisa foi o de inserir o domínio vocacional, em projetos e projeções de futuro, num amplo conceito de carreira. Os dados tendem também a esclarecer o papel dos objetivos e projetos de carreira para o bem-estar e desenvolvimento, em atividades escolares, culturais, de esporte e lazer, e ainda nas possibilidades de profissionalização com vista aos projetos de vida. Estes componentes motivacionais consolidam a ideia de que os objetivos em contexto social de trabalho, tempos livres e família podem ser veículos de satisfação das necessidades de autonomia, competência e relacionamento. Contudo, este processo motivacional requer espaços sociais e profissionais exequíveis e realistas. E aqui surge a necessidade de refletir sobre a necessidade de uma componente prática de informação sobre as opções de qualificação mais técnica, que podem cumprir sonhos e ambições destes jovens. A intervenção socioeducativa deve incluir suporte social e emocional, que cultive um ambiente de apoio e segurança, mas também permita uma relação mais objetiva e realista com o mundo das profissões e qualificações.

As visões, muitas vezes, fantasiosas das profissões aliadas ao prestígio, e a autopercepção negativa sobre desempenho escolar podem ser problemas na reabilitação, pois não proporcionam alicerces firmes para a inserção social. As respostas encontradas nestes dois domínios exigem medidas pedagógicas e psicológicas de apoio,

uma visão sobre atividades laborais e profissionalizantes viáveis. Muitos adolescentes apresentarem dificuldades em escrever (como foi observado), essa é uma questão que merece atenção e intervenção. Também merece destaque o abismo entre as pretensões laborais e os cursos profissionalizantes oferecidos pelas unidades de internação. Percebemos que não há identificação com estes cursos para os projetos de futuro almejados.

A ausência de resultados positivos na questão “participação em clubes e/ou associações” também é digna de nota, pela importância do sentimento de pertença, dos vínculos positivos com pares ou do protagonismo experienciado na expressão das demandas da comunidade que vive para o empoderamento. Os tempos livres são ainda uma oportunidade de exercer agenciamento, competência e autonomia. E, mais uma vez, é levantada a questão, até que ponto essas reuniões ou agrupamentos não foram reprimidas, ou até extintas, pelas autoridades policiais (que nesse caso representam os ensejos de parte dos brasileiros).

O futebol tem um papel importante para a maioria dos adolescentes que participaram deste estudo. Seja porque é nesse esporte que encontram o sentimento de pertença, seja porque é, para muitos, um sonho de carreira a ser trilhada que pode mudar destinos, seja pelos modelos de estatuto social, que muitos dos craques de futebol representam. Uma vez mais se assinala a importância da aprendizagem por modelagem, que neste contexto é pertinente para criar condições de mudança.

Uma vez mais se sublinha também, que os dados colhidos indicam uma forte relação do suporte social dos profissionais com as dimensões de empoderamento, autoeficácia percebida, bem-estar e projetos de futuro dos jovens. É importante que o

trabalhador tenha consciência do seu papel na vida e no bem-estar dos jovens. Não se pode esperar um bom desempenho escolar sem trabalhar a autoestima desses adolescentes, mas também dos profissionais. Não se pode esperar bom comportamento sem suporte, sem apoio, sem compreensão. Os profissionais são aqui componente crítica da reabilitação pela sua competência, mas sobretudo pela sua crença positiva no que fazem, pelo seu envolvimento e expectativas e ainda pelo papel de modelo social que representam, em profissionalismo, justiça, saúde e bem-estar.

Uma boa gestão pode melhorar a autoeficácia, o desempenho, os sentimentos positivos e bem-estar, e simultaneamente criar condições para diminuir os níveis de ansiedade e depressão. A motivação e as dificuldades do servidor refletem-se positiva e negativamente na vida do jovem tutelado pelo estado, sendo estes aspetos fundamentais para o desenvolvimento do projeto político-pedagógico de uma Unidade de Internação Socioeducativa. Não se pode ressocializar infratores sem o engajamento dos atores envolvidos no processo, sejam eles agentes de segurança, pedagogos, familiares, comunidade, gestores, juízes ou da coletividade, como um todo.

Estudos futuros devem aprofundar o domínio da saúde do trabalhador dentro das unidades de internação, bem como a implementação de programas de intervenção que favoreçam a motivação, identificação com o trabalho e o atendimento das necessidades destes profissionais, como segurança e recursos físicos e humanos. Juntamente com esta perspectiva, deve-se atender à saúde mental e o bem-estar dos profissionais também, bem como das suas aspirações e projetos. Trabalhadores motivados, com boa saúde mental e com suas necessidades ouvidas e encaminhadas, impulsionam um ambiente propício para o agenciamento pessoal e promoção destes

jovens em direção a um projeto de futuro condizente com suas capacidades. Este é o caminho certo de apoio à reinserção social.

Os indicadores de que os infratores juvenis institucionalizados exibiram níveis potenciais de depressão, ansiedade e abuso anterior de drogas podem ser úteis para direcionar medidas de intervenção para tratar ou mesmo prevenir o stress emocional nesta população e em outras semelhantes. É necessário também mudar a prevalência de medicalização psiquiátrica para ações terapêuticas e de aconselhamento socioeducativo. O fato de os indicadores de depressão e ansiedade se mostrarem independentes do perfil do uso de drogas pode contribuir para um melhor direcionamento da intervenção.

Considerando a independência e as interações das variáveis apresentadas, os projetos socioeducativos podem e devem ser aperfeiçoados. Os programas socioeducativos devem incluir ações específicas para o tratamento da dependência toxicológica e dos sintomas de abstinência. Em conjunto, devem utilizar campanhas de informação para promover a saúde da população em geral, e particularmente dos adolescentes em risco. Além disso, as atividades socioeducativas destinadas à promoção de atividades físicas, de lazer, psicoterapia ou terapias ocupacionais destinadas a reduzir os sintomas de ansiedade e depressão e a promover o bem-estar devem receber a devida atenção dos órgãos gestores do sistema socioeducativo nacional.

Considera-se que os níveis de ansiedade, depressão e uso de drogas encontrados nesta amostra poderiam ser ainda mais elevados. Podem ter existido efeitos de desajustabilidade e de pressão, com a presença dos agentes de segurança nas aplicações. Esta situação pode ter influenciado as respostas, principalmente no caso da

ansiedade e depressão (já que o questionário sobre drogas se referia a um momento anterior ao da internação). As respostas dos jovens poderiam “significar” “maus-tratos” emocionais por parte dos profissionais. Ainda a ressaltar, que os dados foram recolhidos antes da pandemia de COVID-19, e acreditamos que durante o período epidêmico, esses índices seriam muito maiores, tendo em vista o cancelamento das atividades socioeducativas.

Considerando a proposta do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE (2004), as políticas públicas socioeducativas têm prerrogativas institucionais, que associam o atendimento ao bom funcionamento e articulação de vários setores e políticas. Articular esses segmentos de forma organizada e eficiente também deve ser foco dos gestores da execução das medidas socioeducativas sugeridas pelo sistema jurídico. Isso implica não apenas um atendimento com melhoria na qualidade, mas também, um processo inclusivo que pode ser iniciado durante o próprio cumprimento da medida imposta.

Torna-se oportuno ainda fazer uma reflexão sobre as vivências pessoais da investigadora, neste projeto de pesquisa. Fazer um trabalho empírico dentro de Unidades socioeducativas de internação no Brasil não é tarefa fácil. Além das questões de segurança envolvidas, que provavelmente são mais óbvias para quem desconhece a dinâmica do trabalho de reinserção social com adolescentes infratores, existem questões políticas, éticas, jurídicas e, até históricas, que caracterizam o cenário de privação de liberdade com o qual o pesquisador terá que lidar.

Durante a coleta de dados desta pesquisa, houveram situações inadequadas em algumas unidades, com alguns servidores. As visitas às unidades foram acompanhadas

de atitudes de intimidação, indisposição de espaço adequado mesmo em dias sem outras atividades, servidores que deliberadamente colocaram a pesquisadora em risco físico, dentre tantos outros obstáculos. Talvez, se a pesquisadora não conhecesse a realidade do sistema, teria rapidamente desistido do estudo. Aliás, quantos pesquisadores já devem ter desistido? Quantos bons trabalhadores comprometidos já devem ter pedido demissão? Ou adoecido?

Por outro lado, os adolescentes que participaram da pesquisa são conhecedores e experimentadores de diversos tipos de droga e sempre que estavam respondendo essa parte dos instrumentos pareciam se orgulhar do seu potencial de uso (e abuso). Riam alto, comentavam, e até tinham brilho nos olhos. Como falamos no Capítulo 2, a relação entre uso de drogas e empoderamento foi um dos pontos mais expressivos e interessantes (embora preocupante) que foi possível mensurar: a droga como meio de autoafirmação de rapazes tão desprotegidos nos seus direitos mais básicos, como alimentação, segurança, habitação e higiene.

Talvez essa seja uma questão nevrálgica nesta pesquisa: como esperar habilidades tão complexas como, por exemplo, planejar uma carreira vocacional, de um jovem que foi privado de comida e afeto? Como achar estranho que eles tenham comportamentos violentos se eles nasceram sendo violentados fisicamente pelos pais alcoólatras ou vendo suas mães violentadas? Ou sendo violentados e mortos diariamente por policiais?

Mas, muitas vezes, os obstáculos se transformam em resiliência, em força motriz, em persistência. E mesmo escutando de vários participantes da pesquisa que seria “errado” assinalar a existência de sintomas de ansiedade e depressão, por exemplo,

e que o correto seria o escore zero nestes inventários, sabemos da importância da pesquisa, da importância de escutar a voz daqueles corpos que querem ser silenciados por grande parte da nossa sociedade.

Os objetivos deste trabalho foram maioritariamente concretizados. E, nesse sentido, o presente trabalho procura caminhos que possam trazer soluções, que permitam minimizar o sofrimento de adolescentes e familiares que, em sua maioria, advém de parcelas marginalizadas e com inúmeras privações. Estas soluções apresentam-se como condições humanas, sociais e materiais que constituam caminhos em que floresçam capacidades, sentido de vida e projetos. Sabemos que o caminho não é fácil e muitas vezes acabamos assustados com a quantidade de obstáculos que são encontrados no percurso de quem trabalha com a socioeducação no Brasil. Acreditamos que existem recursos importantes para o favorecimento do desenvolvimento positivo destes jovens e que a Psicologia possibilita o avanço de práticas e programas socioeducativos, capazes de estimular o desenvolvimento individual, e simultaneamente promover a inclusão social e diminuir desigualdades, em abismos sociais.

Limitações

Algumas limitações devem ser consideradas na discussão dos resultados deste estudo. Em primeiro lugar, não houve acesso aos prontuários médicos durante a seleção da amostra, que indicaria diagnóstico de psicopatologia, previamente existente. Portanto, pode ser que possíveis participantes com outras patologias tenham sido incluídos entre os escores de depressão e ansiedade encontrados. Por outro lado, faltam algumas variáveis nas histórias de crime dos adolescentes que poderiam ser

significativas. Além disso, a dimensão da amostra também acarreta limitações, apesar de se aproximar de aproximadamente 1/3 do total de jovens infratores do sexo masculino, em medidas socioeducativas em Brasília. Estes resultados não podem ser generalizados para o universo de jovens infratores, submetidos a medidas socioeducativas semelhantes no Brasil. Em particular, a amostra dos profissionais é de pequena dimensão e teria interesse a observação de dados sobre burnout e bem-estar, e outras dimensões de agenciamento como a autoeficácia e crenças de autodeterminação no trabalho realizado.

Ainda, a presença de pelo menos um membro da equipe de segurança, responsáveis pela manutenção da ordem e disciplina, pode causar constrangimentos nas respostas dos jovens durante a aplicação dos inventários e inibido os adolescentes em sua livre expressão de ideias e sentimentos.

Não podemos ignorar o fato de que, por se tratar de um estudo transversal, existem limites temporais à generalização dos dados que reduzem a compreensão da evolução do desenvolvimento e reabilitação dos adolescentes. A metodologia longitudinal torna-se relevante para aprofundar e esclarecer a complexa relação entre as variáveis individuais e do ambiente educacional nos esperados processos de mudança, bem como a evolução durante o período de reabilitação. Também a metodologia longitudinal poderia dar mais índices de como o jovem vive a reabilitação e das prováveis mudanças que podem ocorrer nesse período.

Finalmente, existem as limitações advindas da influência das expectativas de desajustabilidade social que podem influenciar os vieses de resposta característicos desse tipo de amostra. O estudo tem limitações também na insuficiência dos instrumentos de

autorrelato para aprofundar a narrativa de cada um dos jovens. Como foi anteriormente dito, as medidas de autorrelato têm limitações na recolha de dados com estes jovens, pela compreensão das questões, mas também pelos efeitos de desiderato e de aquiescência que podem acompanhar as respostas. A entrevista tem potencialidades de uma maior aproximação ao mundo dos jovens. Uma solução possível seria a opção metodológica de um design de pesquisa misto, em que se pudessem aprofundar algumas das questões em entrevista individual, com 10 participantes, por exemplo.

Referências

- Abilleira, M. P., Rodicio-García, M. L., Vázquez, T. C., de Deus, M. P. R. & Cortizas, M. J. I. (2019). Personality characteristics of a sample of violent adolescents against their partners. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 32(1), 1-11. <https://doi.org/10.1186/s41155-019-0122-7>
- Abrantes, A. M., Hoffmann, N. G. & Anton, R. (2005). Prevalence of co-occurring disorders among juveniles committed to detention centers. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 49 (2), 179-193. <https://doi.org/10.1177/0306624X04269673>
- Agra, J. C. C. (2002/3) La Justice des Mineurs: l'expérience portugaise. *Déviance et Société*, (26) 355-365.
- Alali, T. (2016). The relationship between anxiety, depression and hopelessness among nonclinical sample. *European Psychiatry*, 33, S156.
- Almeida, B. R., & Teixeira, M. O. (2018). Bem-estar e adaptabilidade de carreira na adaptação ao ensino superior. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 19(1), 19-30. <http://dx.doi.org/1026707/1984-7270/2019v19n1p19>
- Alvarez-García, D., Barreiro-Collazo, A., Núñez, J. C. & Dobarro, A. (2016). Validity and reliability of the Cyber-agression Questionnaire for Adolescent (CYBA). *The European Journal of Psychology Applied to Legal Context*, 8, 69-77.
- American Psychiatric Association (2013) DSM-5: *Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais* (Fernades, J. C., Editor) (5ª Edição). Lisboa: Climepsi Editores.

- Andrade, R. C., Assumpção Júnior, F., Teixeira, I. A., & Fonseca, V. A. da S. (2011). Prevalência de transtornos psiquiátricos em jovens infratores na cidade do Rio de Janeiro (RJ, Brasil): estudo de gênero e relação com a gravidade do delito / Prevalence of psychiatric disorders in juvenile offenders in the city of Rio de Janeiro (RJ, Brazil). *Ciência & Saúde Coletiva*, 16(4), 2179–2188. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232011000400017>
- Andrade, R. C., Silva, V. A., & Assumpção Júnior, F. (2004). Preliminary data on the prevalence of psychiatric disorders in Brazilian male and female juvenile delinquents. *Brazilian Journal of Medical and Biological Research*, 37(8), 1155–1160. <https://doi.org/10.1590/S0100-879X2004000800005>
- Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2020. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/02/anuario-2020-final-100221.pdf>
- Arce, R., Velasco, J., Novo, M., & Fariña, F. (2014). Elaboración y validación de una escala para la evaluación del acoso escolar. *Revista Iberoamericana de Psicología y Salud*, 5, 71–104.
- Arêas Neto, N.T., Constantino, P., & Assis, S.G. (2017). Análise bibliográfica da produção em saúde sobre adolescentes cumprindo medidas socioeducativas de privação de liberdade. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 27(3), 511–540. <https://doi.org/10.1590/s0103-73312017000300008>
- Arnez, J., & Condry, R. (2021). Criminological perspectives on school exclusion and youth offending. *Emotional & Behavioural Difficulties*, 26(1), 87–100. <https://doi.org/10.1080/13632752.2021.1905233>

- Arthur, M. W., Hawkins, J. D., Brown, E. C., Briney, J. S., Oesterle, S., & Abbott, R. D. (2010). Implementation of the Communities That Care prevention system by coalitions in the Community Youth Development Study. *Journal of Community Psychology, 38*(2), 245–258. doi:10.1002/jcop.20362
- Azevedo, K. S. & Rebouças, G. M. (2017). Adolescentes em conflito com a lei no contexto de desigualdades: Uma análise sobre a comunicação e o direito na sociedade. *Revista de Direitos Humanos e Efetividade, 3*(1), 1–18. <https://doi.org/10.26668/IndexLawJournals/2526-0022/2017.v3i1.2007>
- Baglivio, M. T., Wolff, K. T., Piquero, A. R., Greenwald, M. A., & Epps, N. (2017). Racial/Ethnic Disproportionality in Psychiatric Diagnoses and Treatment in a Sample of Serious Juvenile Offenders. *Journal of Youth and Adolescence, 46*(7), 1424–1451. <https://doi.org/10.1007/s10964-016-0573-4>
- Bandura, A. (1990). *Multidimensional scales of perceived academic efficacy*. Stanford, CA: Stanford University
- Bandura, A. (1993) Perceived Self-Efficacy in Cognitive Development and Functioning, *Educational Psychologist, 28*:2, 117–148, DOI: 10.1207/s15326985ep2802_3.
- Bandura, A. (1994). Self-efficacy. In V. S. Ramachandran (Ed.) *Encyclopedia of human behavior* (Vol. 4, pp. 71–81). New York, Academic Press.
- Bandura, A. (1997). *Self-efficacy - the exercise of control*. Stanford University. New York, W.H. Freeman and Company
- Bandura, A., Barbaranelli, C., Caprara, G. V. & Pastorelli, C. (2001). Self-Efficacy Beliefs as Shapers of Children's Aspirations and Career Trajectories. *Child Development (72)*, 187–206.

- Banken, J. A. (2004). Drug abuse trends among youth in the United States. *Annals of the New York Academy of Sciences*, 1025, 465–471. <https://doi.org/10.1196/annals.1316.057>
- Bao, X. H., & Lam, S.-f. (2008). Who makes the choice? Rethinking the role of autonomy and relatedness in Chinese children's motivation. *Child Development*, 79, 269–283. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8624.2007.01125.x>
- Barros, D. M., Dias, A. M., Serafim, A., Castellana, G., Achá, M. F., & Busatto, G. (2013). Dimensional assessment of psychopathy and its relationship with physiological responses to empathic images in juvenile offenders. *Frontiers in Psychiatry*, 4, 147. <https://doi.org/10.3389/fpsyt.2013.00147>
- Base de Dados Portugal Contemporâneo – PORDATA (2017). *Retrato de Portugal na Europa*. 1 edição em 02/10/2017. PORDATA. ISBN: 978-8863-44-7. Recuperado em 31 de Agosto de 2018 de <https://www.pordata.pt/ebooks/PT2017v20171012/mobile/index.html#p=3>
- Baumeister, R. F., Campbell, J. D., Krueger, J. I., & Vohs, K. D. (2003). Does High Self-Esteem Cause Better Performance, Interpersonal Success, Happiness, or Healthier Lifestyles? *Psychological Science in the Public Interest*, 4(1), 1–44. <https://doi.org/10.1111/1529-1006.01431>
- Baumeister, R. F., Smart, L. & Baden, J. M. (1999). Relation of Threatened Egotism to Violence and Agression: The Dark Side of High Self-Esteem. In Baumeister, R. F. (Ed.) *The Self in Social Psychology*. Philadelphia, PA: Psychology Press. p. 240–279.

- Baumeister, R. F., Vohs, K. D., & Tice, D. M. (2007). The Strength Model of Self-Control. *Current Directions in Psychological Science*, 16(6), 351–355. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8721.2007.00534.x>
- Beck, A. T., & Steer, R. A. (1993). *Beck Anxiety Inventory Manual*. San Antonio, TX: Psychological Corporation.
- Beck, A. T., Epstein, N., Brown, G., & Steer, R. A. (1988). An inventory for measuring clinical anxiety: Psychometric properties. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 56(6), 893–897. <https://doi.org/10.1037/0022-006X.56.6.893>
- Beck, A. T., Steer, R. A., & Brown, G. K. (1996). *Manual for the Beck Depression Inventory*. San Antonio, TX: Psychological Corporation.
- Beck, A. T.; Steer, R. A. & Garbin, M. G. (1998) – Psychometric Properties of the Beck Depression Inventory: Twenty-Five Years of Evaluation. *Clinical Psychology Review* 8(1), 77–100. [https://doi.org/10.1016/0272-7358\(88\)90050-5](https://doi.org/10.1016/0272-7358(88)90050-5)
- Berg, Marlene & Coman, Emil & Schensul, Jean. (2009). Youth Action Research for Prevention: A Multi-level Intervention Designed to Increase Efficacy and Empowerment Among Urban Youth. *American journal of community psychology* (43), 345–59. 10.1007/s10464-009-9231-2.
- Block, J. & Gjerde, P. F. (1990). Depressive symptoms in late adolescence: a longitudinal perspective on personality antecedents. In Rolf, J. E., *Risk and protective factors in the development of psychopathology*. (p.334–360). Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511752872.020>
- Bolland, K. A., Bolland, A. C., Bolland, J. M., Church II, W. T., Hooper, L. M., Jaggars, J. W. & Tomek, S. (2016). Trajectories of school and community connectedness in

- adolescence by gender and delinquent behavior. *Journal of Community Psychology*, 44: 602–619. <https://doi.org/10.1002/jcop.21789>
- Bonalume, B. C., & Jacinto, A. G. (2019). Encarceramento juvenil: o legado histórico de seletividade e criminalização da pobreza. *Revista Katálysis*, 22(1), 160–170. <https://doi.org/10.1590/1982-02592019v22n1p160>
- Borden, J. W., Peterson, D. R., & Jackson, E. A. (1991). The beck anxiety inventory in nonclinical samples: initial psychometric properties. *Journal of Psychopathology Behavioral Assessment*, 13 (4), 345–56. <https://doi.org/10.1007/BF00960446>
- Borrás, C. Palmer, A., Hernández, A. & Llobera, J. (2017). Socio-cognitive and personal characteristics of juvenile offenders: a field study. *International Journal of Psychological Research*, 10(1), 45–52. DOI 10.21500/20112084.2608
- Boyd, J. N., & Zimbardo, P. G. (2005). Time Perspective, Health, and Risk Taking. In A. Strathman & J. Joireman (Eds.), *Understanding behavior in the context of time: Theory, research, and application*. (pp. 85–107). Lawrence Erlbaum Associates Publishers.
- Brasil (1988). Constituição da Republica Federativa do Brasil de 1988. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm
- Brasil, Ministério dos Direitos Humanos – MDH (2017). Levantamento Anual SINASE 2016. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos. Recuperado em https://www.mdh.gov.br/todasnoticias/2018/marco/Levantamento_2016Final.pdf.
- Brevard, J., Maxwell, M., Hood, K. & Belgrave, F. (2013). Feeling safe: intergenerational connections and neighborhood disorganization among urban and rural african

- american youth. *Journal of Community Psychology*, 41: 992–1004. <https://doi.org/10.1002/jcop.21588>
- Bronfenbrenner, U. (1994). Ecological models of human development. *International Encyclopedia of Education*, 3 (2), 37–43.
- Brunelle, K., Abdulle, S., & Gorey, K. M. (2020). Anxiety and Depression Among Socioeconomically Vulnerable Students with Learning Disabilities: Exploratory Meta-analysis. *Child & Adolescent Social Work Journal*, 37(4), 359–367. <https://doi.org/10.1007/s10560-019-00631-w>
- Campbell, H. (2008). Female Drug Smugglers on the U–S.–Mexico Border: Gender, Crime, and Empowerment. *Anthropological Quarterly*, 81(1), 233–267. <http://www.jstor.org/stable/30052745>
- Carliner, H., Brown, Q. L., Sarvet, A. L., & Hasin, D. S. (2017). Cannabis use, attitudes, and legal status in the U.S.: A review. *Preventive Medicine*, 104, 13–23. <https://doi.org/10.1016/j.ypmed.2017.07.008>
- Carr, (2005). *The Handbook of Child and Adolescent Clinical Psychology – A Contextual Approach*. Londres: Taylor & Francis e Library (10) (16), 365–388.
- Cartagena, N. L. N. & Garcia, I. S. (2016). Prevención de delincuencia juvenil: ¿qué deben tener los programas para que sean efectivos? *Revista Interamericana de Psicología / Interamerican Journal of Psychology*, 50 (1), 117–127.
- Carver, C. S. & Scheier, M. F. (1999). Control Theory: A Useful Conceptual Framework for Personality – Social, Clinical, and Health Psychology. In Baumeister, R. F. (Ed.) *The Self in Social Psychology*. Philadelphia, PA: Psychology Press. p. 299–316.

- Case, A. D. & Hunter, C. D. (2014). Counterspaces and the narrative identity work of offender-labeled african american youth. *Journal of Community Psychology*, 42: 907–923. <https://doi.org/10.1002/jcop.21661>
- Castellana, G. B., Barros, D. M. de, Serafim, A. de P., & Busatto Filho, G. (2014). Psychopathic traits in young offenders vs. non-offenders in similar socioeconomic condition. *Brazilian Journal of Psychiatry*, 36(3), 241–244. <https://doi.org/10.1590/1516-4446-2013-1127>
- Cattaneo, L. B., Calton, J. M. & Brodsky, A. E. (2014). Status quo versus status quake: putting the power back in empowerment. *Journal of Community Psychology*, 42: 433–446. <https://doi.org/10.1002/jcop.21619>
- Chiapetti, N., & Serbena, C. A. (2007). Uso de álcool, tabaco e drogas por estudantes da área de saúde de uma Universidade de Curitiba / Alcohol, tobacco and other drugs used by students of health services from a University in Curitiba. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 20(2), 303–313. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722007000200017>
- Chonody, J., Ferman, B., Amitrani-Welsh, J. & Martin, T. (2013). Violence through the eyes of youth: a photovoice exploration. *Journal of Community Psychology*, 41: 84–101. <https://doi.org/10.1002/jcop.21515>
- Christens, B. D. (2012), Toward Relational Empowerment. *American Journal of Community Psychology*, 50, 114–128. <https://doi.org/10.1007/s10464-011-9483-5>

- Christens, B. D., Krauss, S. E. & Zeldin, S. (2016). Malaysian validation of a sociopolitical control scale for youth. *Journal of Community Psychology*, 44: 531–537. <https://doi.org/10.1002/jcop.21777>
- Christens, B. D., Speer, P. W. and Peterson, N. A. (2011), Social class as moderator of the relationship between (dis)empowering processes and psychological empowerment. *Journal of Community Psychology*, 39: 170–182. <https://doi.org/10.1002/jcop.20425>
- Christie, K. A., Burke, J. D., Regier, D. A., Rae, D. S., Boyd, J. H., & Locke, B. Z. (1988). Epidemiologic evidence for early onset of mental disorders and higher risk of drug abuse in young adults. *The American Journal of Psychiatry*, 145(8), 971–975. <https://doi.org/10.1176/ajp.145.8.971>
- Chronister, K. M. & McWhirter, E. H. (2003). Applying Social Cognitive Career Theory to the Empowerment of Battered Women. *Journal of Counseling & Development*, 81, 418 – 425.
- Chronister, K. M., & McWhirter, E. H. (2006). An experimental examination of two career interventions for battered women. *Journal of Counseling Psychology*, 53(2), 151–164. <http://dx.doi.org/10.1037/0022-0167.53.2.151>
- Cicognani, E., Albanesi, C., Valletta, L., Prati., G. (2020) Quality of collaboration within health promotion partnerships: Impact on sense of community, empowerment, and perceived projects' outcomes. *Journal of Community Psychology*, 48, 323– 336. <https://doi.org/10.1002/jcop.22254>

- Cleary, T. J. & Zimmerman, B. J. (2004). Self-regulation Empowerment Program: a school-based program to enhance self-regulated and self-motivated cycles of student learning. *Psychology in the Schools*, 41(5), 537-550.
- Coelho, M.T.A.D (2012). *A saúde mental de infratores presos numa unidade prisional da cidade do Salvador*. Salvador: EDUFBA, 131-144.
<http://books.scielo.org/id/7mkg8/epub/coelho-9788523217358.epub>
- Cohen, P. & Cohen, J. (2001) - Life Values and Mental Health in Adolescence. In Schmuck, P. & Sheldon, K. M. - *Life Goals and Well-Being*. Bern: Hogrefe & Huber Publishers, 2001. p. 167-181.
- Colder, C. R., Lee, Y. H., Frndak, S., Read, J. P., & Wieczorek, W. F. (2019). Internalizing symptoms and cannabis and alcohol use: Between- and within-person risk pathways with coping motives. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 87(7), 629-644. <https://doi.org/10.1037/ccp0000413>
- Compas, B. E., Jaser, S. S., Dunbar, J. P., Watson, K. H., Bettis, A. H., Gruhn, M. A., & Williams, E. K. (2014). Coping and emotion regulation from childhood to early adulthood: Points of convergence and divergence. *Australian Journal of Psychology*, 66(2), 71-81. <https://doi.org/10.1111/ajpy.12043>
- Conselho Federal de Psicologia – CFP (2016). Resolução nº 003, de 19 de dezembro: Altera a Resolução CFP n.o 013/2007, que institui a Consolidação das Resoluções relativas ao Título Profissional de Especialista em Psicologia e dispõe sobre normas e procedimentos para seu registro. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2016/04/Resolução-003-2016.pdf>

- Coscioni, V., Costa, L. L. A., Rosa, E. M. & Koller, S. H. (2017). The undergoing of the socio-educational measures of confinement in Brazil: a systematic review of the literature. *Psico (Porto Alegre)*, 48(3), 231–242.
- Costa, N. R., & Silva, P. R. F. (2017). Mental health care for Brazilian juvenile offenders. *Ciência & Saúde Coletiva*, 22(5), 1467–1478. <https://doi.org/10.1590/1413-81232017225.33562016>
- Csikszentmihalyi, M. (2009). The Promise of Positive Psychology. *Psihologijske Teme / Psychological Topics*, 18(2), 203–211.
- Cunha, J. A. (2001). *Manual da versão em português das Escalas Beck*. São Paulo: Casa do psicólogo.
- da Agra, J. C. C. (2002/3) La Justice des Mineurs: l’expérience portugaise. *Déviance et Société*, (26) 355–365. <https://doi.org/10.3917/ds.263.0355>
- da Silva, M. C., Cruz, A. P. M. & Teixeira, M. O. (2021) Depression, anxiety, and drug usage history indicators among institutionalized juvenile offenders of Brasilia. *Psicol. Refl. Crít.* 34, 17. <https://doi.org/10.1186/s41155-021-00184-x>
- da Silva, M. C., Teixeira, M. O. & Cruz, A. P. M. (2021). Duas faces do empoderamento: agenciar e promover [Manuscript submitted for publication]. Faculty of Psychology, University of Lisbon.
- Davoglio, T. R., Gauer, G. J. C., Vasconcellos, S. J. L., & Lühring, G. (2011). Medida Interpessoal de Psicopatia (IM-P): estudo preliminar no contexto brasileiro / Interpersonal Measure of Psychopathy (IM-P): preliminary study in the Brazilian context. *Trends in Psychiatry and Psychotherapy*, 33(3), 147–155. <https://doi.org/10.1590/S2237-60892011000300004>

- Deci, E. L., & Ryan, R. M. (1985). *Intrinsic motivation and self-determination in human behavior*. New York: Plenum.
- Deci, E. L., & Ryan, R. M. (1991). A motivational approach to self: Integration in personality. In R. Dienstbier (Ed.), *Nebraska symposium on motivation: Vol. 38, Perspectives on motivation* (pp. 237–288). Lincoln: University of Nebraska Press.
- Deci, E. L., Vallerand, R. J., Pelletier, L. G. & Ryan, R. M. (1991). Motivation and Education: Self-Determination Perspective. *Educational Psychologist*, 26(3 & 4), 325–346.
- Declaração Universal dos Direitos das Crianças (1959). Organização das Nações Unidas. Disponível em <http://www.nacoesunidas.org>.
- DeLisi, M., & Vaughn, M. G. (2008). The Gottfredson–Hirschi Critiques Revisited: Reconciling Self-Control Theory, Criminal Careers, and Career Criminals. *International Journal of Offender Therapy & Comparative Criminology*, 52(5), 520.
- Desai, R. A., Goulet, J. L., Robbins, J., Chapman, J. F., Migdole, S. J., & Hoge, M. A. (2006). Mental health care in juvenile detention facilities: a review. *Journal of the American Academy Psychiatry and the Law*, 34(2), 204–214.
- Diener, E. Lucas, R. E. & Oishi, S. (2018). Advances and Open Questions in the Science of Subjective Well-Being. *Collabra: Psychology*, 4(1).
<https://doi.org/10.1525/collabra.115>
- Diener, E., & Ryan, K. (2009). Subjective well-being: A general overview. *South African Journal of Psychology*, 39(4), 391–406.
<https://doi.org/10.1177/008124630903900402>

- Diener, E., & Seligman, M. (2004). Beyond money: Toward an economy of well-being. *Psychological Science in the Public Interest*, 5, 1–31. <http://dx.doi.org/10.1111/j.0963-7214.2004.00501001.x>
- Diener, E., Wirtz, D., Tov, W., Kim-Prieto, C., Choi, D., Oishi, S., & Biswas-Diener, R. (2009). New measures of wellbeing: Flourishing and positive and negative feelings. *Social Indicators Research*, 39, 247–266. DOI:[10.1007/978-90-481-2354-4_12](https://doi.org/10.1007/978-90-481-2354-4_12)
- Duarte M.E., Paixão M.P., da Silva J.T. (2019) Life-Design Counselling from an Innovative Career Counselling Perspective. In: Maree J. (eds) Handbook of Innovative Career Counselling. Springer, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-030-22799-9_3
- Duron, J. F., Williams-Butler, A., Schmidt, A. T., Colon, L. (2020) Mentors' experiences of mentoring justice-involved adolescents: A narrative of developing cultural consciousness through connection. *Journal of Community Psychology*, 48: 2306– 2325. <https://doi.org/10.1002/jcop.22415>
- Ebata, A. T., Petersen, A. & Conger, J. J. (1990). The Development of Psychopathology in Adolescence. In Rolf et al. (Eds.), *Risk and Protective Factors in the Development of Psychopathology* (pp. 308–333). NY: Cambridge University Press.
- Elfassi, Y., Braun-Lewensohn, O., Krumer-Nevo, M. & Sagy, S. (2016). Community
- Erdem, G., DuBois, D. L., Larose, S., De Wit, D. & Lipman, E. L. (2016). Mentoring relationships, positive development, youth emotional and behavioral problems: investigation of a mediational model. *Journal of Community Psychology*, 44: 464–483. DOI:[10.1002/jcop.21782](https://doi.org/10.1002/jcop.21782)
- Erikson, E. H. (1968). *Identity Youth and crisis*. New York: W.W. Norton & Company.

- Ernestus, S.M. & Prelow, H.M. (2015). Patterns of Risk and Resilience in African American and Latino Youth. *Journal of Community Psychology*, 43: 954–972. <https://doi.org/10.1002/jcop.21725>
- Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990). Brasil, Lei n. 8.069 de 13 de julho. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm
- Faria, I. & Teixeira, M. O. (2014). *Os projetos de carreira em alunos em risco de abandono escolar*. Atas IX Congresso Iberoamericano de Psicologia. 2o Congresso da OPP, Lisboa.
- Farrington, D. P., Ttofi, M. M. & Piquero, A. R. (2016). Risk, promotive, and protective factors in youth offending: Results from the Cambridge study in delinquent development. *Journal of Criminal Justice*, 45, 63–70. doi:10.2466/03.09.16.28.PR0.108.3.908–918
- Fazel, S., Doll, H., & Långström, N. (2008). Mental disorders among adolescents in juvenile detention and correctional facilities: a systematic review and metaregression analysis of 25 surveys. *Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry*, 47(9), 1010–1019. <https://doi.org/10.1097/CHI.Ob013e31817eef3>
- Feijó F. R., Kersting I., Bündchen C., & Oliveira P. A. B. (2017). Occupational stress in workers from a socio-educational assistance foundation: prevalence and associated factors. *Revista Brasileira de Medicina do Trabalho*, 15(2), 124–133.
- Ferrão, I. S., Santos, S. S. & Dias, A. C. G. (2016). Psicologia e Práticas Restaurativas na Socioeducação: Relato de Experiência. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 36(2), 354–363. <https://doi.org/10.1590/1982-3703000122014>

Ferrari, L., Nota, L. & Soresi, S. (2010). Time perspective and indecision in young and older adolescents. *British Journal of Guidance and Counseling*, 38 (1), 61–62. DOI:10.1080/03069880903408612.

Ferreira L. S., Pereira E. R. & Pegoraro R. F. (2020). Youth in situations of deprivation of liberty: a study based on these defended in Brazil (2007–2016). *Emancipação*, 20, 1–21. <https://doi.org/10.5212/Emancipacao.v.20.2015166.021>

Fine, A., Baglivio, M. T., Cauffman, E., Wolff, K. T., & Piquero, A. R. (2018). Does the Effect of Self-Regulation on Adolescent Recidivism Vary by Youths' Attitudes? *Criminal Justice & Behavior*, 45(2), 214.

Fitzgerald, E. L., Chronister, K. M., Forrest, L. & Brown, L. (2012). OPTIONS for Preparing Inmates for Community Reentry: An Employment Preparation Intervention. *The Counseling Psychologist*, 41 (7), 990–1010, DOI: 10.1177/0011000012462367.

Flannery, B. A., Morgenstern, J., McKay, Wechsberg, W. M., & Litten, R. Z. (2004) Co-occurring alcohol and cocaine dependence: Recent findings from clinical and field studies. *Alcoholism: Clinical and Experimental Research*, 28(6) , 976–981. <https://doi.org/10.1097/01.ALC.0000128232.30331.65>

Forgeard, M. J. C., Jayawickreme, E., Kern, M. L. & Seligman, M. E. P.. (2011). Doing the Right Thing: Measuring Well-Being for Public Policy. *International Journal of Wellbeing*, 1(1). <https://doi.org/10.5502/ijw.v1i1.15>

Foucault, M. (1975). *Vigiar e Punir – Nascimento da prisão*. 42 edição. Petropolis, RJ: Vozes, 2014.

- Frankl, V. E. (1963). *Man's search for meaning: an introduction to logotherapy*. New Washington Square Press.
- Frankl, V. E. (1990). *Logoterapia y análisis existencial*. Barcelona: Herder.
- Fredrickson Barbara L., & Joiner Thomas. (2002). Positive Emotions Trigger Upward Spirals toward Emotional Well-Being. *Psychological Science*, 13(2), 172-175.
- Fredrickson, B. L. (2001). The role of positive emotions in positive psychology: The broaden-and-build theory of positive emotions. *American Psychologist*, 56(3), 218-226. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.56.3.218>
- Fredrickson, B. L. (2003). The Value of Positive Emotions. *American Scientist*, 91(4), 330-335. <https://doi.org/10.1511/2003.4.330>
- Fydrich T., Dowdall D., & Chambless, D.L. (1992) Reliability and validity of the Beck Anxiety Inventory. *Journal of Anxiety Disorders*, 6(1), 55-61. [https://doi.org/10.1016/0887-6185\(92\)90026-4](https://doi.org/10.1016/0887-6185(92)90026-4)
- Galduróz, J. C. F., Noto, A. R., Nappo, S. A., & Carlini, E. A. (2005). Uso de drogas psicotrópicas no Brasil: pesquisa domiciliar envolvendo as 107 maiores cidades do país - 2001. / Uso de drogas psicotrópicas en Brasil: investigación domiciliar en las 107 mayores ciudades del país - 2001 / Use of psychotropic drugs in Brazil: household survey in the 107 biggest Brazilian cities - 2001. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 13, 888-895. <https://doi.org/10.1590/S0104-11692005000700017>
- García Rubiano, M., Gómez Navarro, P., & Londoño, O. P. (2009). Relación entre motivación y resistencia al cambio en personas que trabajan en una empresa del sector público, en Bogotá (Colombia) / Relationship among motivation and

- resistance to change in workers of a public sector company in Bogotá (Colombia). *Diversitas: Perspectivas En Psicología*, 5(1), 141–159.
- Garduno, L. S., Brancale, J.M. (2017). Examining the risk and protective factors of gang involvement among Hispanic youth in Maryland. *Journal of Community Psychology*, 45, 765– 782. <https://doi.org/10.1002/jcop.21891>
- Gökbel Sönmez, S., & Subaşı Baybuğa, M. (2021). Health care needs of juvenile offenders in Turkey. *International Archives of Integrated Medicine*, 8(5), 1–22.
- Gorenstein, C. & Andrade, L. (1996). Validation of a Portuguese version of Beck Depression Inventory and the State–Trait Anxiety Inventory in Brazilian subjects. *Brazilian Journal of Medical and Biological Research*, 29(4), 453–457.
- Gorenstein, C. & Andrade, L. (1998). Inventário de Depressão de Beck: propriedades psicométricas da versão em português. *Revista de Psiquiatria Clínica*, 25(5), 245–250.
- Gorski, L. & Cordeiro, J. S. (2018). Encarceramento e extermínio de parte da juventude brasileira como política de controle da criminalidade e do medo. *Revista de Movimentos Sociais e Conflitos*, 4(1), 88–110. <https://doi.org/10.26668/indexlawjournals/2525–9830/2018.v4i1.4363>
- Gossop, M., Manning, V., & Ridge, G. (2006). Concurrent use of alcohol and cocaine: differences in patterns of use and problems among users of crack cocaine and cocaine powder. *Alcohol and Alcoholism*, 41(2), 121–125, <https://doi.org/10.1093/alcalc/agh260>
- Graeff, F. G. (1989). *Drogas psicotrópicas e seu modo de ação* (2ª edição). São Paulo: Editora pedagógica e universitária – EPU.

- Gretton, H. M., & Clift, R. J. W. (2011). The mental health needs of incarcerated youth in British Columbia, Canada. *International Journal of and Law Psychiatry*, 34(2), 109–115.
- Grigorenko, E. L., Edwards, L., & Chapman, J. (2015). Cannabis use among juvenile detainees: typology, frequency and association. *Criminal Behaviour & Mental Health*, 25(1), 54–65. <https://doi.org/10.1002/cbm.1913>
- Grundetjern, H. & Miller, J. (2019). 'It's Not Just the Drugs that are Difficult to Quit': Women's Drug Dealing as a Source of Empowerment and its Implications for Crime Persistence, *The British Journal of Criminology*, 59 (2), 416–434, <https://doi.org/10.1093/bjc/azy040>
- Guerra, N. G. (2008). *White paper: Cognitive-behavioral foundations of aggression and violence*. University of California, Riverside, CA. www.ace.ucr.edu.
- Guichard, J. (2001). A Century of Career Review and Perspectives. *International Journal for Education and Vocational Guidance*, 1 (3), 155–176.
- Gysbers, N. C., Heppner, M. J. & Johnston, J. A. (2009). *Career Counseling – Contexts, Processes, and Techniques* (3ª edição). Alexandria: American Counseling Association.
- Haegerich, T.M., & Tolan, P.H. (2008). Core competencies and the prevention of adolescent substance abuse. *New Directions for Child & Adolescent Development*, 122, 47–60. <https://doi.org/10.1002/cd.228>
- Heilbrun, K., Goldstein, N. E. S. & Redding, R.E. (2005). *Juvenile Delinquency: Prevention, Assessment, and Intervention*. Universidade de Michigan: Oxford University Press.

- Henry, B. F. (2020). Adverse experiences, mental health, and substance use disorders as social determinants of incarceration. *Journal of Community Psychology, 48*, 744–762. <https://doi.org/10.1002/jcop.22289>
- Hewitt, P. L., & Norton, G. R. (1993). The Beck Anxiety Inventory: a psychometric analysis. *Psychological Assessment, 5*(4), 408–412. <https://doi.org/10.1037/1040-3590.5.4.408>
- Hill, N. E., & Wang, M-T. (2015). From middle school to college: Developing aspirations, promoting engagement, and indirect pathways from parenting to post high school enrollment. *Developmental Psychology, 51*(2), 224–235. DOI:10.1037/a0038367.1037/a0038367. http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=2262&tabela=leis.
- Itzhaky, H., & York, A. S. (2003). Leadership competence and political control: The influential factors. *Journal of Community Psychology, 31* (4), 371–381. <https://doi.org/10.1002/jcop.10054>
- Jackson, P. B. (1992). Specifying the Buffering Hypothesis: Support, Strain, and Depression. *Social Psychology Quarterly, 55*(4), 363.
- Janeiro, I. N. (2012). O Inventário de Perspectiva Temporal: Estudo de validação. *Revista Iberoamericana de Diagnóstico e Avaliação Psicológica, 34*, 117–133.
- Jason, L. A., Stevens, E. & Light, J. M. (2016). The relationship of sense of community and trust to hope. *Journal of Community Psychology, 44*, 334–341. <https://doi.org/10.1002/jcop.21771>
- Jimenez, L., Andrade, E. M., & Bianchini, L. G. B. (2016). Consumo de drogas e infracción: Revisión integradora de artículos brasileños / Drug consumption and

criminal offences: Integrative review of Brazilian articles / Uso de drogas e ato infracional: Revisão integrativa de artigos brasileiros. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 14(2), 939–955.

<https://doi.org/10.11600/1692715x.14204170715>

Jorge–Monteiro, M. F., & Ornelas, J. H. (2014). Properties of the Portuguese version of the empowerment scale with mental health organization users. *International journal of mental health systems*, 8(1), 48.

Kalin, N. H. (2020). The critical relationship between anxiety and depression. *The American Journal of Psychiatry*, 177(5), 365–67.

<https://doi.org/10.1176/appi.ajp.2020.20030305>

Kardaş, F., & Yalçın, İ. (2021). The Broaden–and–Built Theory of Gratitude: Testing a Model of Well–Being and Resilience on Turkish College Students. *Participatory Educational Research*, 8(1), 141–159. <https://doi.org/10.17275/per.21.8.8>.

Keough, K. A., Zimbardo, P. G., & Boyd, J. N. (1999). Who’s Smoking, Drinking, and Using Drugs? Time Perspective as a Predictor of Substance Use. *Basic & Applied Social Psychology*, 21(2), 149–164.

<https://doi.org/10.1207/15324839951036498>

Kerig, P. K, Moeddel, M. A. & Becker, S. P. (2010). Assessing the sensitivity and specificity of the MAYSI–2 for detecting trauma among youth in juvenile detention.

Child Youth Care Forum 40(5), 345–362. <https://doi.org/10.1007/s10566-010-9124-4>

Kilduff, Fernanda, & Silva, Mossicléia Mendes da. (2019). Tensões da política social brasileira: entre o aparato assistencial e a criminalização da questão social no

Brasil. *Revista Katálysis*, 22(3), 619–630. Epub November 14, 2019. <https://doi.org/10.1590/1982-02592019v22n3p619>

King, K. M., Feil, M. C., Halvorson, M. A., Kosterman, R., Bailey, J. A., & Hawkins, J. D. (2020). A trait-like propensity to experience internalizing symptoms is associated with problem alcohol involvement across adulthood, but not adolescence. *Psychology of Addictive Behaviors*, 34(7), 756–771. <https://doi.org/10.1037/adb0000589>

Kofler–Westergren, B., Klopff, J., & Mitterauer, B. (2010). Juvenile delinquency: Father absence, conduct disorder, and substance abuse as risk factor triad. *The International Journal of Forensic Mental Health*, 9(1), 33–43. doi:10.1080/14999013.2010.483345

Konaszewski, K., Niesiobędzka, M., & Surzykiewicz, J. (2021). Resilience and mental health among juveniles: role of strategies for coping with stress. *Health and Quality of Life Outcomes*, 19(1), 58. <https://doi.org/10.1186/s12955-021-01701-3>

Krug, E. G. et al., eds. (2002). *World report on violence and health*. Geneva, World Health Organization.

Kuehner, C. (2017). Why is depression more common among women than among men? *The Lancet Psychiatry*, 4(2), 146–158. [https://doi.org/10.1016/S2215-0366\(16\)30263-2](https://doi.org/10.1016/S2215-0366(16)30263-2)

Kulig, J. C., Edge, D. S., Townshend, I., Lightfoot, N. & Reimer, W. (2013). Community resiliency: emerging theoretical insights. *Journal of Community Psychology*, 41: 758–775. <https://doi.org/10.1002/jcop.21569>

- Lamborn, S. D. (1991). Patterns of competence and adjustment among adolescents from authoritative, authoritarian, indulgent, and neglectful families. *Child Development, 62*, 1049–1065. DOI: 10.1111/j.1467-8624.1991.tb01588.
- Lardier, D. T., Garcia-Reid, P., Reid, R. J. (2018). The interacting effects of psychological empowerment and ethnic identity on indicators of well-being among youth of color. *Journal of Community Psychology, 46*: 489– 501. <https://doi.org/10.1002/jcop.21953>
- Lardier, D.T., Barrios, V.R., Garcia-Reid, P., Reid, R.J. (2019). A latent class analysis of cognitive empowerment and ethnic identity: An examination of heterogeneity between profile groups on dimensions of emotional psychological empowerment and social justice orientation among urban youth of color. *Journal of Community Psychology, 47*: 1530– 1547. <https://doi.org/10.1002/jcop.22202>
- Lardier, D.T., Opara, I., Bergeson, C., Herrera, A., Garcia-Reid, P., Reid, R.J. (2019). A study of psychological sense of community as a mediator between supportive social systems, school belongingness, and outcome behaviors among urban high school students of color. *Journal of Community Psychology, 47*: 1131– 1150. <https://doi.org/10.1002/jcop.22182>
- Lardier, D.T., Reid, R. J., Garcia-Reid, P. (2018). Validation of an abbreviated Sociopolitical Control Scale for Youth among a sample of underresourced urban youth of color. *Journal of Community Psychology, 46*, 996– 1009. <https://doi.org/10.1002/jcop.22087>

- Larsen, R. W., Hansen, D. M., & Moneta, G. (2006). Differing Profiles of Developmental Experiences across Types of Organized Youth Activities. *Developmental Psychology, 42*(5), 849–863.
- Lee, M. T., Pagano, M. E., Johnson, B. R., & Post, S. G. (2016). Love and Service in Adolescent Addiction Recovery. *Alcoholism Treatment Quarterly, 34*(2), 197–222.
- Lemos, I. (2014). Contextualizar a delinquência juvenil para uma intervenção centrada nos recursos de resiliência. *Omnia, 1*. 31–37, ISSN: 2183.
- Lens, W., & Tsuzuki, M. (2007). The role of motivation and future time perspective in educational and career development. *Psychologica, 46*, 29–42.
- Lianov, L. S., Fredrickson, B. L., Barron, C., Krishnaswami, J., & Wallace, A. (2019). Positive Psychology in Lifestyle Medicine and Health Care: Strategies for Implementation. *American journal of lifestyle medicine, 13*(5), 480–486.
<https://doi.org/10.1177/1559827619838992>
- Limberger, J. & Andretta, I. (2018). Social skills training for drug users under treatment: a pilot study with follow-up. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 31*(1), 1–10.
<https://doi.org/10.1186/s41155-018-0109-9>
- Livanou, M., Furtado, V., Winsper, C., Silvester, A., & Singh, S. P. (2019). Prevalence of mental disorders and symptoms among incarcerated youth: A meta-analysis of 30 studies. *International Journal of Forensic Mental Health, 18*(4), 400–414.
<https://doi.org/10.1080/14999013.2019.1619636>
- Lopes, A. R. & Teixeira, M. O. (2012). Projetos de carreira, autoeficácia e sucesso escolar em ambiente multicultural. *Revista Brasileira de Orientação Profissional, 13*(1), 7–14.

- Lopes, G. M., Nobrega, B. A., Del Prette, G., & Scivoletto, S. (2013). Use of psychoactive substances by adolescents: current panorama. *Brazilian Journal of Psychiatry*, 35(1), 51–61. <https://doi.org/10.1590/1516-4446-2013-S105>
- Lyubomirsky, S., King, L., & Diener, E. (2005). The Benefits of Frequent Positive Affect: Does Happiness Lead to Success? *Psychological Bulletin*, 131(6), 803–855. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.131.6.803>
- Machado, W., L., & Bandeira, D. R. (2012). Bem-estar psicológico: definição, avaliação e principais correlatos. *Estudos da Psicologia*, 29(4), 587-595.
- Maier, S. F., & Seligman, M. E. P. (2016). Learned helplessness at fifty: Insights from neuroscience. *Psychological Review*, 123(4), 349–367. <https://doi.org/10.1037/rev0000033>
- Maital, S. & Scher, A. (2003). Consulting about young children: an ecosystemic developmental perspective. In E. Cole & J. A. Siegel (Eds.). *Effective consultation in School Psychology*, 336–364. Göttingen: Hogrefe & Huber.
- Malouf, Schaefer, Witt, Moore, Stuewig & Tangney (2014). The Brief Self-Control Scale Predicts Jail Inmates' Recidivism, Substance Dependence, and Post-Release Adjustment. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 40 (3), 334–347.
- Maree, J. G. (2015). *Poverty and Life Design*. In Handbook of Life Design – From Practice to Theory and from Theory to Practice. Laura Nota & Jérôme Rossier (Eds.) Università Degli Studi di Padova. Hogrefe Ed.
- Martin, M. C., & Pillon, S. C. (2008). A relação entre a iniciação do uso de drogas e o primeiro ato infracional entre os adolescentes em conflito com a lei/ Relationship between first-time drug use and first offense among adolescents in conflict with

the law. *Cadernos de Saúde Pública*, 24(5), 1112–1120.

<https://doi.org/10.1590/S0102-311X2008000500018>

Martins, E. & Szymanski, H. (2004). A Abordagem Ecológica De Urie Bronfenbrenner Em Estudos Com Famílias. *Estudos e Pesquisas Em Psicologia*, 4(1), 63–77.

Maton, K. I., & Salem, D. A. (1995). Organizational characteristics of empowering community settings: A multiple case study approach. *American Journal of Community Psychology*, 23(5), 631– 656.

McMahan, C.L. (2019). Juvenile Justice in Oregon: Balanced and Restorative Justice in Action. *Juvenile & Family Court Journal*, 70, 59–72. doi:[10.1111/jfcj.12126](https://doi.org/10.1111/jfcj.12126)

McMillan, D. W., & Chavis, D. M. (1986). Sense of community: A definition and theory. *Journal of Community Psychology*, 14(1), 6–23.

[https://doi.org/10.1002/1520-6629\(198601\)14:1<6::AID-](https://doi.org/10.1002/1520-6629(198601)14:1<6::AID-)

[JCOP2290140103>3.0.CO;2-I](https://doi.org/10.1002/1520-6629(198601)14:1<6::AID-JCOP2290140103>3.0.CO;2-I)

McWhirter, E. H. & Chronister, K. M. (2005). Self-Efficacy and Vocational Outcome Expectations for Adolescents of Lower Socioeconomic Status: A Pilot Study. *Journal of career assessment*, 13 (1), 40–58 doi: 10.1177/1069072704270273.

Megargee, E. I. (2003). Psychological assessment in correctional settings. In J. R. Graham & J. A. Naglieri (Eds.), *Handbook of psychology: Assessment psychology*, Vol. 10. (pp. 365–388). John Wiley & Sons Inc.

Miguel, A. Q. C., Madruga, C. S., Cogo-Moreira, H., Yamauchi, R., Simões, V., Ribeiro, A., da Silva, C. J., Fruci, A., McDonell, M., McPherson, S., Roll, J. M., & Laranjeira, R. (2017). Contingency management targeting abstinence is effective in reducing depressive and anxiety symptoms among crack cocaine-dependent individuals.

Experimental and Clinical Psychopharmacology, 25(6), 466–472.

<https://doi.org/10.1037/pha000147.supp>

Miguel, M.C., Ornelas, J. H. & Maroco, J. P. (2015). Defining Psychological Empowerment Construct: Analysis of three Empowerment Scales. *Journal of Community Psychology*, 43, 900–919. <https://doi.org/10.1002/jcop.21721>

Milgram, S. (1963). Behavioral Study of Obedience. *Journal of Abnormal & Social Psychology*, 67(4), 371–378.

Milojević, S., Altaras Dimitrijević, A., Jolić Marjanović, Z., & Dimitrijević, A. (2016). Bad past, gloomy future: The trait emotional intelligence profile of juvenile offenders. *Personality & Individual Differences*, 94, 295–298. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2016.01.040>

Mineka, S., Watson, D., & Clark, L. A. (1998). Comorbidity of anxiety and unipolar mood disorders. *Annual Review of Psychology*, 49(1), 377–412. <https://doi.org/10.1146/annurev.psych.49.1.377>

Moneta, G. B. (2014). *Positive psychology. A critical introduction*. London: Palgrave Macmillan.

Morrel-Samuels, S., Zimmerman, M. A. & Reischl, T. M. (2013). Creating safe and healthy futures. *Reclaiming Children and Youth*, 22 (3), 31–36.

Nardi, F. L. & Dell`Aglío, D. D. (2014). Trajetória de Adolescentes em Conflito com a Lei Após Cumprimento de Medida Socioeducativa em Meio Fechado. *Psico*, 45 (4): 541–550. <https://doi.org/10.15448/1980-8623.2014.4.12978>

Nascimento, M. A. F. D., Uziel, A. P., & Hernández, J. G. (2018). Young men in juvenile detention centers in Rio de Janeiro, Brazil: gender, sexuality, masculinity and

health implications / Hombres jóvenes en centros de detención juvenil en Río de Janeiro, Brasil: género, sexualidad, masculinidades e implicaciones para la salud / Homens jovens em centros de detenção juvenil no Rio de Janeiro, Brasil: gênero, sexualidade, masculinidades e implicações para a saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, 34(2). <https://doi.org/10.1590/0102-311x00177916>

Nestler E. J., Barrot, M., DiLeone, R. J., Eisch, A. J., Gold, S. J., & Monteggia, L. M. (2002). Neurobiology of depression. *Neuron*, 34(1), 13–25. [https://doi.org/10.1016/s0896-6273\(02\)00653-0](https://doi.org/10.1016/s0896-6273(02)00653-0)

Neto, N. T. A., Constantino, P. & Assis, S. G. (2017). Análise bibliográfica da produção em saúde sobre adolescentes cumprindo medidas socioeducativas de privação de liberdade. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 27(3): 511–540. <https://doi.org/10.1590/s0103-73312017000300008>

Nutin, J., & Lens, W. (1985). Future time perspective and motivation. Theory and research method. Leuven: Leuven University Press.

Obama, M. (2019). *Becoming. A minha história*. Penguin Random House

Odgers, C. L., Burnette, M. L., Chauhan, P., Moretti, M. M., & Reppucci, N. D. (2005). Misdiagnosing the problem: Mental health profiles of incarcerated juveniles. *Canadian Child and Adolescent Psychiatry Review*, 14(1), 26–29.

Opara, I., Lardier, D. T., Fernandez, Y., Garcia-Reid, P., & Reid, R. J. (2020). Intrapersonal psychological empowerment profiles on ethnic identity, social support, and lifetime drug use among hispanic adolescent girls. *Journal of Ethnicity in Substance Abuse*. <https://doi.org/10.1080/15332640.2020.1803780>

- Ortuño, V., Paixão, P., & Janeiro, I. (2013). O tempo subjectivo como instrumento (des) adaptativo no processo desenvolvimental. *Análise Psicológica*, 2, 159–170.
- Osman, A., Barrios, F. X., Aukes, D., Osman, J. R., & Markway, K. (1993). The Beck Anxiety Inventory: Psychometric properties in a community population. *Journal of Psychopathology and Behavioral Assessment*, 15(4), 287–297.
<https://doi.org/10.1007/BF00965034>
- Paixão M.P., da Silva J.T., Oliveira A.L. (2014) Perspectives on Guidance and Counselling as Strategic Tools to Improve Lifelong Learning in Portugal. In: Zarifis G., Gravani M. (eds) Challenging the 'European Area of Lifelong Learning'. Lifelong Learning Book Series, vol 19. Springer, Dordrecht. https://doi.org/10.1007/978-94-007-7299-1_15
- Pajares, F. (2003). *Self-efficacy during childhood and adolescence Implications for Teachers and Parents*. A Volume in Adolescence and Education. Emory University.
- Patton G. C., Coffey C., Carlin J. B., Degenhardt L., Lynskey M., & Hall W. (2002). Cannabis use and mental health in young people: Cohort study. *British Medical Journal*, 325(7374), 1195–1198.
- Paulus, D. J., Hogan, J. B. D., & Zvolensky, M. J. (2018). Examining emotion dysregulation as an underlying factor explaining relations of anxiety sensitivity and cannabis use severity. *Translational Issues in Psychological Science*, 4(1), 21–32. <https://doi.org/10.1037/tps0000143>
- Penner, E., Roesch, R., & Viljoen, J. (2011). Young offenders in custody: An international comparison of mental health services. *International Journal of*

Forensic Mental Health, 10(3), 215–232.

<https://doi.org/10.1080/14999013.2011.598427>

Pennings, E. J. M., Leccese, A. P., De Wolff, F. A. (2002). Effects of concurrent use of alcohol and cocaine. *Addiction*, 97(7), 773–783. <https://doi.org/10.1046/j.1360-0443.2002.00158.x>

Perminio, H. B., Silva, J. R. M., Serra, A. L. L., Oliveira, B. G., Morais, C. M. A., Silva, J. P. A. B. & Franco Neto, T. L. (2018). National Policy for Comprehensive Health Care for Adolescents Deprived of Liberty: an analysis of its implementation. *Ciência & Saúde Coletiva*, 23(9), 2859–2868. <https://dx.doi.org/10.1590/1413-81232018239.13162018>

Peterson, C.H., Buser, T.J., & Westburg, N.G. (2010). Effects of familial attachment, social support, involvement and self-esteem on youth substance use and sexual risk taking. *Family Journal: Counseling and Therapy for Couples and Families*, 18(4), 369–376.

Peterson, M. & Robbins, B. (2008). Using the MMPI–A to predict recidivism in adjudicated minors. *Applied Psychology in Criminal Justice*, 4 (2), 172–181.

Peterson, N. A., Lowe, J. B., Aquilino, M. L. & Schneider, J. E. (2005). Linking social cohesion and gender to intrapersonal and interactional empowerment: Support and new implications for theory. *Journal of Community Psychology*, 33: 233–244. <https://doi.org/10.1002/jcop.20047>

Peterson, N. A., Peterson, C. H., Agre, L., Christens, B. D., & Morton, C. M. (2011). Measuring youth empowerment: Validation of a sociopolitical control scale for

youth in an urban community context. *Journal of Community Psychology*, 39(5), 592–605. doi: 10.1002/jcop.20456.

Peterson, N. A., Powell, K. G., Peterson, C. H. & Reid, R. J. (2017). Testing the phrase completion response option format in a Sociopolitical Control Scale for Youth. *Community Psychology in Global Perspective*, 3 (1), 57 – 71. <https://doi.org/10.1285/i24212113v3i1p57>

Peterson, N. A., Speer, P. W. & Hughey, J. (2006). Measuring sense of community: A methodological interpretation of the factor structure debate. *Journal of Community Psychology*, 34: 453–469. <https://doi.org/10.1002/jcop.20109>

Pinto, A. B. R. & Teixeira, M. O. (2018). *Bem-estar e ambiente escolar em alunos do ensino profissional*. Tese de Mestrado, Faculdade de Psicologia, Universidade de Lisboa. Recuperado em 01 de julho de 2019, em <http://hdl.handle.net/10451/36745>

Presidência da República Federativa do Brasil, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação (2005). *Estatuto da Criança e do Adolescente – Hora de Fazer Valer (Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990)*. Brasília: Assessoria de Comunicação Social.

Prideaux, L-A., Patton, W. & Creed, P. (2002). Development of a Theoretically Derived School Career Program: An Australian Endeavour. *International Journal for Educational and Vocational Guidance* (2), 115–130.

Prilleltensky, I. (2008). The role of power in wellness, oppression, and liberation: the promise of psychopolitical validity. *Journal of Community Psychology*, 36: 116–136. <https://doi.org/10.1002/jcop.20225>

- Pyle, N., Flower, A., Williams, J., & Fall, A. M. (2020) Social Risk Factors of Institutionalized Juvenile Offenders: A Systematic Review. *Adolescent Research Review, 5*, 173–186. <https://doi.org/10.1007/s40894-019-00120-2>
- Rappaport, J. (1987). Terms of empowerment/exemplars of prevention: toward a theory for community psychology. *American Journal of Community Psychology, 15*(2), 121–148.
- Remes, O., Brayne, C., van der Linde, R., Lafortune, L. (2016). A systematic review of reviews on the prevalence of anxiety disorders in adult populations. *Brain & Behavior, 6*(7), e00497. <https://doi.org/10.1002/brb3.497>
- Rigon, R. A. (2012). *Delinquência infanto-juvenil - Uma abordagem desenvolvimentista em Criminologia*. Lisboa: Editorial Juruá.
- Robertson, P. J. (2015). Positive psychology: A movement to reintegrate career counselling within counselling psychology? *Counselling Psychology Review, 30*(3), 26–36.
- Rodrigues, S. S, Coimbra, J. L., Correia, A. N., & Sousa, V. E. (2016). Escala do controlo sociopolítico para Adolescentes: SPCS-Y. *Análise Psicológica, 2* (XXXIV): 177–188
doi: 10.14417/ap.1041
- Rogers, M., Creed, P., & Searle, J. (2012). Person and environmental factors associated with well-being in medical students. *Personality and Individual Differences, 52*, 472–477. DOI: 10.1016/j.paid.2011.11.006
- Röseler, L., Ebert, J., Schütz, A., & Baumeister, R. F. (2021). The Upsides and Downsides of High Self-Control: Evidence for Effects of Similarity and Situation

Dependency. *Europe's Journal of Psychology*, 17(1), 1–

16. <https://doi.org/10.5964/ejop.2639>

Roso, A., & Romanini, M. (2014). Empoderamento individual, empoderamento comunitário e conscientização: um ensaio teórico. *Psicologia e Saber Social*, 3(1), 83–95.

Rudolph, C. W., Lavigne, K. N., Katz, I. M., & Zacher, H. (2017). Linking dimensions of career adaptability to adaptation results: A meta-analysis. *Journal of Vocational Behavior*, 102, 151–173.

Ruffo, M., & Toledo, C. (2017). A responsabilização do adolescente na justiça restaurativa. *Revista Vianna Sapiens*, 6(2), 36, 102–137. <https://www.viannasapiens.com.br/revista/article/view/169>

Russell, S. T., Muraco, A., Subramaniam, A., & Laub, C. (2009). Youth empowerment and high school Gay–Straight Alliances. *Journal of youth and adolescence*, 38(7), 891–903.

Rutter, M. (1992) – Psychosocial, resilience and protective mechanisms. In Rolf, J. – *Risk and protective factors in the development of psychopathology* (p. 181–214). Cambridge University Press

Rutter, M. (1999). Resilience concepts and findings: implications for family. *Journal of Family Therapy*, 21(2), 119–144. <https://doi.org/10.1111/1467-6427.00108>

Ruzsonyi, P. (2017). The past and Present of the Juvenile Detainees' Pedagogically Based Treatment in Canada. *PedActa*, 7(2), 35–45.

Ryan, R. M. & Deci, E. L. (2002) Overview of self-determination theory: An organism–dialectical perspective. In Deci, E. L., & Ryan, R. M. (Eds). *The handbook of self-*

determination research Rochester, NY, US: University of Rochester Press, 2002, p. 3–33.

Ryan, R. M., & Deci, E. L. (2001). On happiness and human potentials: A Review of Research on Hedonic and Eudaimonic Well-Being. *Annual Review of Psychology*, 52(1), 141–166. <https://doi.org/10.1146/annurev.psych.52.1.141>

Ryan, R. M., & Deci, E. L. (2009). Promoting self-determined school engagement: Motivation, learning, and well-being. In K. R. Wenzel & A. Wigfield (Eds.), *Educational psychology handbook series. Handbook of motivation at school* (pp. 171–195). Routledge/Taylor & Francis Group.

Ryff, C. D., & Keyes, C. L. M. (1995). The structure of psychological well-being revisited. *Journal of Personality and Social Psychology*, 69(4), 719–727. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.69.4.719>

Savickas, M. L., & Porfeli, E. J. (2012). Career Adapt-Abilities Scale: Construction, reliability, and measurement equivalence across 13 countries. *Journal of Vocational Behavior*, 80, 661–673.

Scheffer, M., Pasa, G. G., & Almeida, R. M. M. (2010). Dependência de álcool, cocaína e crack e transtornos psiquiátricos/ Alcohol, cocaine, and crack dependence and psychiatric disorders. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(3), 533–541. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722010000300016>

Schneider Jr., R., Ottoni, G. L., de Carvalho, H. W. Elisabetsky, E., & Lara, D. R. (2015). Temperament and character traits associated with the use of alcohol, cannabis, cocaine, benzodiazepines, and hallucinogens: evidence from a large Brazilian web

survey. *Brazilian Journal of Psychiatry*, 37(1), 31–39.

<https://doi.org/10.1590/1516-4446-2014-1352>

Schubert, C. A., Mulvey, E. P., & Glasheen, C. (2011). Influence of mental health and substance use problems and criminogenic risk on outcomes in serious juvenile offenders. *Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry*, 50(9), 925–937. <https://doi.org/10.1016/j.jaac.2011.06.006>

Secretaria Especial de Direitos Humanos, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (2004). *Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE*. Brasília: Assessoria de Comunicação Social.

Seligman, L. (1994). *Development career counseling and assessment* (2nd ed.) Sage Publications, Inc. California.

Seligman, M. E. P. (2002). Positive Psychology, Positive Prevention, and Positive Therapy. In: Snyder, C. R. & Lopez S. J. (Eds.) *Handbook of positive psychology*. P. 3–9. New York: Oxford University Press.

Seligman, M. E. P. (2019). *Florescer: Uma nova compreensão da felicidade e do bem-estar*. (C. P. Lopes, Trans.; 1st ed.). Objetiva. (Original work published 2011).

Seligman, M. E. P., & Csikszentmihalyi, M. (2000). Positive psychology. An introduction. *The American psychologist*, 55(1), 5–14. <https://doi.org/10.1037//0003-066x.55.1.5>

Sheldon, K. M., & King, L. (2001). Why positive psychology is necessary. *American Psychologist*, 56(3), 216–217. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.56.3.216>

Shulman, E. P., Beardslee, J., Fine, A., Frick, P. J., Steinberg, L., & Cauffman, E. (2021). Exposure to Gun Violence: Associations with Anxiety, Depressive Symptoms, and

Aggression among Male Juvenile Offenders. *Journal of Clinical Child & Adolescent Psychology*, 50(3), 353–366. <https://doi.org/10.1080/15374416.2021.1888742>

Simões, F., Calheiros, M. M., Alarcão e Silva, M. M. (2018). Socioeconomic status, multiple autonomy support attunement, and early adolescents' social development. *Journal of Community Psychology*, 46: 790– 805. <https://doi.org/10.1002/jcop.21973>

Singh, A. K. (2019). Alcohol Interaction with Cocaine, Methamphetamine, Opioids, Nicotine, Cannabis, and γ -Hydroxybutyric Acid. *Biomedicines*, 7(1), 16. <https://doi.org/10.3390/biomedicines7010016>

Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE (2018). Brasil, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Levantamento Anual. <https://www.gov.br/mdh/pt-br/sdh/noticias/2018/janeiro/divulgado-levantamento-anual-do-sistema-nacional-de-atendimento-socioeducativo>.

Sistema Nacional de Atendimento socioeducativo – SINASE (2012). Brasil, [Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm). http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm.

Smith, S. D., Lynch, R. J., Stephens, H. F., & Kistner, J. A. (2015). Self-perceptions and their Prediction of Aggression in Male Juvenile Offenders. *Child Psychiatry and Human Development*, 46(4), 609–621. <https://doi.org/10.1007/s10578-014-0504-0>

Somani, S. & Meghani, S. (2016). Substance abuse among youth: A harsh reality. *Emergency Medicine (Los Angeles)*, 6(4), 330. <http://dx.doi.org/10.4172/2165-7548.1000330>

- Speer, P. W., Jackson, C. B., & Peterson, N. A. (2001). The relationship between social cohesion and empowerment: Support and new implications for theory. *Health Education & Behavior, 28*(6), 716–732. <https://doi.org/10.1177/109019810102800605>
- Speer, P. W., Peterson, N. A., Christens, B. D. & Reid, R. J. (2019). Youth Cognitive Empowerment: Development and Evaluation of an Instrument. *American Journal of Community Psychology, 64*: 528–540. <https://doi.org/10.1002/ajcp.12339>
- Speer, P.W., & Peterson, N.A. (2000). Psychometric properties of an empowerment scale: Testing cognitive, emotional, and behavioral domains. *Social Work Research, 24*(2), 109–118. <https://doi.org/10.1093/swr/24.2.109>
- Spradlin, A., Marcus, D. K., & Cuttler, C. (2020). The latent structure of cannabis misuse: A taxometric analysis. *Psychological Assessment, 32*(8), 803–808. <https://doi.org/10.1037/pas0000828.supp>
- Steer, R. A., Ranieri, W. F., Beck, A. T., & Clark, D. A. (1993). Further evidence for the validity of the Beck Anxiety Inventory with psychiatric patients. *Journal of Anxiety Disorders, 7*(3), 195–205. [https://doi.org/10.1016/0887-6185\(93\)90002-3](https://doi.org/10.1016/0887-6185(93)90002-3)
- Steiner, H., Garcia, I. G. & Mathews, Z. (1997) Posttraumatic stress disorder in incarcerated juvenile delinquents. *Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry, 36*(3), 357–365. <https://doi.org/10.1097/00004583-199703000-00014>
- Stevens, E., Guerrero, M., Green, A. & Jason, L. A. (2018). Relationship of hope, sense of community, and quality of life. *Journal of Community Psychology, 46*: 567– 574. <https://doi.org/10.1002/jcop.21959>

- Strauss, K., Griffin, M. A., & Parker, S. K. (2012). Future Work Selves: How Salient Hoped- For Identities Motivate Proactive Career Behaviors. *Journal of Applied Psychology, 97*, 580–598.
- Super, D. E. (1990). A life-span, life-space approach to career development. In D. Brown, e L. Brooks (Eds.), *Career choice and development* (2nd ed.) (pp. 197–261). San Francisco: Jossey-Bass.
- Šverko, B., & Super, D. E. (1995). The findings of the work importance study. In D. Super & B. Šverko (Eds.), *Life roles, values and careers. International findings of the work importance study* (pp. 349–358). San Francisco: Jossey-Bass.
- Swisher, R. R. & Latzman, R. D. (2008). Youth violence as adaptation? Introduction to the special issue. *Journal of Community Psychology, 36*: 959–968. <https://doi.org/10.1002/jcop.20274>
- Taber, B. (2015). *Enhancing future time perspective and exploring occupational possible selves*. APA handbook of career intervention, volume 2: Applications. 101–111. 10.1037/14439-008.
- Teixeira, M. A. P., Bargadi, M. P., Lassance, M. C. P., Magalhães, M. O. & Duarte, M. E. (2012) Career Adapt.-Abilities Scale – Brazilian Form: Psychometric properties and relationships to personality. *Journal of Vocational Behaviour. 80* (3), 680–685. Doi: 10.1016/j.jrb.2012.01.007
- Teixeira, M. O. (2008). A abordagem sócio-cognitiva no aconselhamento vocacional: Uma reflexão sobre a evolução dos conceitos e da prática da orientação. *Revista Brasileira de Orientação Profissional, 9* (2), 9–16.

- Teixeira, M. O., & Costa, C. J. (2017). Carreira e bem-estar subjetivo no ensino superior: Determinantes pessoais e situacionais / Carrera y bienestar subjetivo en la enseñanza superior: determinantes personales y contextuales / Career and subjective well-being in higher education: personal and situational determinants. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 18(1), 19–29. <https://doi.org/10.26707/1984-7270/2017v18n1p19>
- Teixeira, M. O., & Ferreira, I. A. (2018). Fatores familiares e escolares nas aspirações, na autoeficácia e no sucesso académico: um estudo com estudantes de 9º ano. *Revista Portuguesa de Psicologia*, 47, 44–60.
- Teixeira, M. O., Silva, M. C., Laranjeira, M. & Veríssimo, A. (2021). Sentimentos de futuro e objetivos. Um estudo com jovens infratores institucionalizados. *IV Seminário Internacional de Desenvolvimento de Carreira e Aconselhamento – Desenvolvimento e bem-estar nos contextos de trabalho e de formação (online)*. Universidade do Algarve, Portugal.
- Teixeira, M.O. (2008). A Escala Multidimensional de Auto-Eficácia Percebida: Um estudo exploratório numa amostra de estudantes do ensino superior. *Revista Iberoamericana de Diagnóstico y Evaluación Psicológica*, 25 (1), 141–157. ISSN: 1135–3848.
- Tennyson, D. H. (2009). Predicting medication costs and usage: expenditures in a juvenile detention facility. *Journal of Correctional Health Care*, 15 (2), 98–104. <https://doi.org/10.1177/1078345808330036>

- Teplin, L. A., Abram, K. M., McClelland, G. M., Dulcan, M. K. & Mericle, A. A. (2002).
Psychiatric disorders in youth in juvenile detention. *Archives of General
Psychiatry*, 59(12), 1133–1143. <https://doi.org/10.1001/archpsyc.59.12.1133>
- Teplin, L. A., Welty, L. J., Abram, K. M., Dulcan, M. K., & Washburn, J. J. (2012).
Prevalence and persistence of psychiatric disorders in youth after detention: a
prospective longitudinal study. *Archives of General Psychiatry*, 69(10), 1031–
1043. <https://doi:10.1001/archgenpsychiatry.2011.2062>
- Thoits, P. A. (2010). Stress and Health: Major Findings and Policy Implications. *Journal
of Health and Social Behavior*, 51, S41–S53. doi:[10.1177/0022146510383499](https://doi.org/10.1177/0022146510383499)
- Thomas, A., Caldwell, C. H., Jagers, R. J. & Flay, B. R. (2016). It's in my hood:
understanding african american boys' perception of safety in their neighborhoods.
Journal of Community Psychology, 44, 311–
326. <https://doi.org/10.1002/jcop.21768>
- Thomas, A., Caldwell, C. H., Jagers, R. J. & Flay, B. R. (2016). It's in my hood:
understanding african american boys' perception of safety in their neighborhoods.
Journal of Community Psychology, 44, 311–
326. <https://doi.org/10.1002/jcop.21768>
- Tiernan, K., Foster, S. L., Cunningham, P. B., Brennan, P., & Whitmore, E. (2015).
Predicting early positive change in multisystemic therapy with youth exhibiting
antisocial behaviors. *Psychotherapy*, 52(1), 93–102. doi:10.1037/a0035975
- Topciu, S. D. (2020). What Are the Main Factors That Influence the Social and
Emotional Well-Being of Early-Adolescents? *Romanian Journal of School
Psychology*, 13(26), 52–63.

- Tsai, C. L., Chaichanasakul, A., Zhao, R., Flores, L. Y., & Lopez, S. (2014). Development and validation of the Strengths Self-Efficacy Scale (SSES). *Journal of Career Assessment, 22*, 221–232.
- Uceda-Maza, F. X., & Alonso, J. D. (2017). Vinculación entre la vulnerabilidad y la exclusión social y las trayectorias delictivas. Un estudio de asociación. *Psychosocial Intervention, 26*(1), 29–37.
<https://doi.org/10.1016/j.psi.2016.07.003>
- Underwood, L. A., & Washington, A. (2016). Mental Illness and Juvenile Offenders. *International Journal of Environmental Research and Public Health, 13*(2), 228. <https://doi.org/10.3390/ijerph13020228>
- Vacek, K. R., Coyle, L. D. & Vera, E. M. (2010). Stress, Self-Esteem, Hope, Optimism, and Well-Being in Urban, Ethnic Minority Adolescents. *Journal of Multicultural Counseling and Development, 38*, 99–111. <https://doi.org/10.1002/j.2161-1912.2010.tb00118.x>
- Valle, J. C. F., Fernández-Molina, M., Fuentes, M. J., Bernedo, I. M. & Bravo, A. (2011). Problemas de conducta de los adolescentes em acogimiento preadoptivo, residencial y con familia extensa. *Psicothema, 23* (1), 1–6.
- Varghese, F. P., Fitzgerald, E. L., Chronister, K. M., Cummings, D. L. & Forrest, L. (2013). Vocational Psychology with Criminal Justice Populations: Why Not? *The Counseling Psychologist, 41* (7), 1072–1082. DOI: 10.1177/0011000013496480.
- Vieno, A., Lenzi, M., Canale, N. & Santinello, M. (2014). Italian Validation of the Sociopolitical Control Scale for Youth (SPCS-Y). *Journal of Community Psychology, 42*, 463–468. <https://doi.org/10.1002/jcop.21621>

- Vilarins, N. P. G. (2014). Adolescents with mental disorders while serving time and being subjected to socio-educative measures /Adolescentes com transtorno mental em cumprimento de medida socioeducativa de internação. *Ciência & Saúde Coletiva*, 19(3), 891-898. <https://doi.org/10.1590/1413-81232014193.13042013>
- Vivolo, A. M., Matjasko, J. L., & Massetti, G. M. (2011). Mobilizing communities and building capacity for youth violence prevention: The National Academic Centers of Excellence for Youth Violence Prevention. *American Journal of Community Psychology*, 48(1-2), 141-145. DOI:10.1007/s10464-010-9419-5
- Volpi, M. (2015). *O adolescente e o ato infracional (10th ed.)*. São Paulo: Cortez.
- Wakefield, S. M., Baronia, R., & Brennan, S. (2019). Depression in Justice-involved Youth. *Child Adolescent Psychiatric Clinics of North America*, 28(3), 327-336. <https://doi.org/10.1016/j.chc.2019.02.010>
- Wang, M. T., & Holcombe, R. (2010). Adolescent's Perceptions of School Environment, Engagement and Academic Achievement in Middle School. *American Educational Research Journal*, 47, 633-662. doi.org/10.3102/0002831209361209.
- Wang, M. T., & Dishion, T. J. (2011). The Trajectories of Adolescents' Perceptions of School Climate, Deviant Peer Affiliation, and Behavioral Problems During the Middle School Years. *Journal of Research on Adolescence*, 22, pp. 40-53.
- Wang, M. T., & Dishion, T. J. (2012). The trajectories of adolescents' perceptions of school climate, deviant peer affiliation, and behavioral problems during the middle school years. *Journal of Research on Adolescence*, 22, pp. 40-53.

- Warren, J. S., Jackson, Y. & Sifers, S. K. (2009). Social support provisions as differential predictors of adaptive outcomes in young adolescents. *Journal of Community Psychology, 37*, 106–121. <https://doi.org/10.1002/jcop.20273>
- Whitney-Snel, K., Valdez, C. E., Totaan, J. (2020) “We break the cycle...”: Motivations for prosocial advocacy among former gang members to end gang involvement. *Journal of Community Psychology, 48*, 1929– 1941. <https://doi.org/10.1002/jcop.22390>
- Wiese, C. W., Tay, L., Duckworth, A. L., D’Mello, S., Kuykendall, L., Hofmann, W., Baumeister, R. F., & Vohs, K. D. (2018). Too much of a good thing? Exploring the inverted-U relationship between self-control and happiness. *Journal of Personality, 86*(3), 380–396. <https://doi.org/10.1111/jopy.12322>
- Wilson, N., Minkler, M., Dasho, S., Wallerstein, N., & Martin, A. C. (2008). Getting to Social Action: The Youth Empowerment Strategies (YES!) Project. *Health Promotion Practice, 9*(4), 395–403. <https://doi.org/10.1177/1524839906289072>
- Winter, K., Spengler, S., Bempohl, F., Singer, T., & Kanske, P. (2017). Social cognition in aggressive offenders: Impaired empathy, but intact theory of mind. *Scientific Reports, 7*(1), 1–10. <https://doi.org/10.1038/s41598-017-00745-0>
- Winward, J. L., Hanson, K. L., Tapert, S. F., & Brown, S. A. (2014). Heavy alcohol use, marijuana use, and concomitant use by adolescents are associated with unique and shared cognitive decrements. *Journal of the International Neuropsychological Society, 20*(8), 784–795. <https://doi.org/10.1017/S1355617714000666>
- Wittenborn, A. K., Natamba, B. K., Rainey, M., Zlotnick, C., Johnson, J. (2020) Suitability of the multidimensional scale of perceived social support as a

measure of functional social support among incarcerated adults with major depressive disorder. *Journal of Community Psychology*, 48, 960–976. <https://doi.org/10.1002/jcop.22315>

World Health Organization (2017). *Depression and Other Common Mental Disorders: Global Health Estimates*. Geneva: <http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/254610/1/WHO-MSD>.

Yalçın, İ. (2011) Social Support and Optimism as Predictors of Life Satisfaction of College Students. *International Journal for the Advancement of Counselling*, 33, 79–87 (2011). <https://doi.org/10.1007/s10447-011-9113-9>

Zambrano, A., Muñoz, J., & Andrade, C. (2015). The challenge of incorporating the institutional and community networks in the intervention with juvenile offenders: An action research in three southern regions of Chile. *Universitas Psychologica*, 14(4), 1371–1386. <https://doi.org/10.11144/Javeriana.up14-4.diri>

Zehr, H. (2008). *Trocando as lentes: um novo foco sobre o crime e a justiça*. São Paulo: Palas Athena.

Zimbardo, P. J., Haney, C., Banks, W. C. & Jaffe, D. (1986). La Psicología del encarcelamiento: privación, poder y patología. *International Journal of Social Psychology*, 1 (1), 95–105. DOI:10.1080/02134748.1986.10821547

Zimmerman, B. (1995). Self-efficacy and educational development. In A. Bandura (Ed.), *Self-Efficacy in Changing Societies* (pp. 202–231). Cambridge: Cambridge University Press. doi:10.1017/CBO9780511527692.009

Zimmerman, B. J. (2000). Self-Efficacy: An Essential Motive to Learn. *Contemporary Educational Psychology*, 25 (1), 82–91. <https://doi.org/10.1006/ceps.1999.1016>.

- Zimmerman, M. A. (1995). Psychological empowerment: Issues and illustrations. *American Journal of Community Psychology*, 23(5), 581–599. <https://doi.org/10.1007/BF02506983>
- Zimmerman, M. A. & Eisman, A. B. (2017). Empowering interventions: strategies for addressing health inequities across levels of analysis. In Bond, M. A., Serrano-Gracia, I. e Key, C. B. *APA Handbook of Community Psychology. vol. 2*. American Psychological Association. Cap. 11.
- Zimmerman, M. A. & Warschausky, S. (1998). Empowerment Theory for Rehabilitation Reserch: Conceptual and Methodological Issues. *Rehabilitation Psychology*, 43(1), 3–16.
- Zimmerman, M. A., Ramirez-Valles, J., & Maton, K. I. (1999). Resilience among urban African American male adolescents: A study of the protective effects of sociopolitical control on their mental health. *American Journal of Community Psychology*, 27(6), 733–751.
- Zimmerman, M. A., Stewart, S. E., Morrel-Samuels, S., Franzen, S. & Reischl, T. M. (2011). Youth Empowerment Solutions for Peaceful Communities: Combining Theory and Practice in a Community-Level Violence Prevention Curriculum. *Health Promotion Practice*, 12 (3), 425–439 DOI:10.1177/1524839909357316

Anexos

Anexo A - Questionário de dados pessoais

M. Costa da Silva & M. O. Teixeira (2019)

Atenção: **Os seus dados são sigilosos.** Você não informa seu nome nem nada que o identifique para garantir sua livre participação e anonimato na presente pesquisa. Para registrar os seus dados de forma anónima vamos criar um código: coloque o dia que você nasceu (2 números) e mês que chegou na internação (Exemplo: se nasceu no dia 1 de Janeiro e chegou à instituição no dia 20 de fevereiro, ficará 0120): _____

Idade _____ anos Sexo () M () F

Série que cursa: _____

Profissão do pai _____

Profissão da Mãe _____

1. Pense na sua vida escolar:

1.1. Indique as matérias em que você tem mais facilidade na escola

1.2. Considera o seu desempenho na escola.

Avalia como Ótimo () Bom () Médio () Ruim ()

2. Pense as atividades de esporte e lazer:

2.1. Indique quais pratica:

2.2. Considera o seu desempenho nos esportes e lazer: Ótimo () Bom () Médio () Ruim ()

2.3. Participa de clubes ou associações? Sim () Não () Se sim, quais? _____

3. Pense nas suas experiências laborais ou profissionalizantes

3.1. Indique quais desempenhou:

3.2. Considera o seu desempenho no trabalho: Ótimo () Bom () Médio () Ruim ()

4. Tem algum problema de saúde, que o preocupe? Sim () Não (). Se sim, indique qual

5. Pense na sua família:

5.1. Nos últimos seis meses, quantas vezes encontrou sua família? (assinale com uma cruz)

5.Toda semana	4. Duas vezes por mês	3. Uma vez por mês	2. Cinco vezes ou menos por ano	1. Nenhuma
---------------	-----------------------	--------------------	---------------------------------	------------

5.2. Ao visitar a família, se sente acolhido em casa:

5.Fortíssimo	4. Muito forte	3. Forte	2. Pouco forte	1. Nada
--------------	----------------	----------	----------------	---------

5.3. Sente que foi educado com carinho e amor pelos meus pais ou responsáveis:

5.Fortíssimo	4. Muito forte	3. Forte	2. Pouco forte	1. Nada
--------------	----------------	----------	----------------	---------

Anexo B - Escala de Objetivos e Sentimentos para o Futuro

M. Costa da Silva & M. O. Teixeira (2019)

1. Pense no seu futuro e indique prioridades dos seus projetos, usando a escala:

Projetos					
Projetos	1. Nada	2. Pouco forte	3. Forte	4. Muito forte	5. Fortissimo
1. Construir família					
2. Ter trabalho					
3. Ser poderoso					
4. Ser importante					
5. Ter amigos					
6. Ter muito dinheiro					
7. Ser boa pessoa					
8. Me divertir					
9. Ser político					
10. Ser ativo na minha comunidade					
11. Estar satisfeito com a profissão					
12. Não ter problemas com a justiça					

2. Ao pensar no meu futuro, me senti:

Sentimento	1. Nada	2. Pouco forte	3. Forte	4. Muito forte	5. Fortissimo
1. Determinado					
2. Angustiado					
3. Inspirado					
4. Otimista					
5. Animado					
6. Triste					
7. Confortado					
8. Nervoso					
9. Com medo					
10. Oprimido					
Outro sentimento. Qual?					

3. Indique a profissão que gostava de ter : _____

Grau de certeza relativamente aos seus projetos profissionais

5. Fortissimo	4. Muito forte	3. Forte	2. Pouco forte	1. Nada
---------------	----------------	----------	----------------	---------

Anexo C - Questionário de comportamentos aditivos
M. Costa da Silva & M. O. Teixeira (2019)

Assinale com uma cruz (X) a sua situação quanto ao uso de entorpecentes:

No último ano (antes da internação) eu:	1– Nenhuma vez	3 – Mais de 1 vez	3 – Mais de 3 vezes	4 Mais de 7 vezes	5 – Mais de dez vezes
Fiquei bêbado					
Fumei maconha					
Usei drogas pesadas					
Fumei cigarro (por dia)					

Anexo D - Escala Multidimensional de Autoeficácia Percebida¹

Por favor, avalie em que medida é capaz de fazer cada uma das tarefas que se seguem, fazendo uma cruz (X) no número apropriado. As suas respostas são sigilosas. Por favor, seja sincero. Para indicar o grau de facilidade ou dificuldade que sente em cada uma das tarefas descritas use os seguintes números:

(1) Nada Fácil (2) Não Muito Fácil (3) Fácil (4) Bastante Fácil (5) Muito Fácil

<i>É fácil para mim</i>	Nada Fácil	Não Muito Fácil	Fácil	Bastante Fácil	Muito Fácil
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
1. É fácil obter a ajuda dos professores quando tenho dificuldades em realizar as tarefas escolares					
2. É fácil obter a ajuda dos meus colegas da escola quando tenho dificuldades em realizar as tarefas escolares					
3. É fácil obter a ajuda dos adultos quando tenho um problema					
4. É fácil conseguir obter a ajuda dos meus pais quando tenho um problema					
5. É fácil conseguir obter a ajuda do meu irmão(s) e/ou irmã(s) quando tenho um problema					
6. É fácil conseguir que os meus pais tomem parte das minhas atividades escolares					
7. É fácil conseguir que pessoas exteriores à minha escola se interessem por ela (por exemplo, grupos comunitários, igrejas)					
8. É fácil obter a ajuda de um amigo quando tenho um problema					
9. É fácil aprender matemática					
10. É fácil aprender físico-química					
11. É fácil aprender ciências naturais					
12. É fácil aprender história					
13. É fácil aprender a ler					
14. É fácil aprender a usar o computador					
15. É fácil aprender línguas estrangeiras					
16. É fácil aprender geografia					
17. É fácil aprender a escrever					
18. É fácil conseguir acabar os trabalhos escolares nas datas previstas					
19. É fácil aprender esportes					
20. É fácil aprender a dançar					

¹ Versão Portuguesa para investigação da Multidimensional Scales of Perceived Self-Efficacy (MSPSE) de Bandura: M. Odília Teixeira & A. Carmo. Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa

21. É fácil aprender música					
22. É fácil realizar atividades necessárias para ser membro de um grupo na escola					
23. É fácil participar nas atividades da associação de estudantes					
24. É fácil participar nas atividades extraescolares (por exemplo, esportes, teatro)					
25. É fácil praticar regularmente atividades de educação física					
26. É fácil aprender as habilidades físicas necessárias para participar numa equipe esportiva (por exemplo, basketball, volleyball, natação, football)					
27. É fácil conseguir resistir à pressão dos meus amigos para fazer coisas na escola que me podem trazer problemas					
28. É fácil conseguir resistir à tentação de faltar às aulas quando me sinto aborrecido ou preocupado					
29. É fácil conseguir resistir à pressão dos meus colegas para fumar cigarros					
30. É fácil conseguir resistir à pressão dos meus amigos para beber cerveja, vinho ou outras bebidas alcoólicas					
31. É fácil conseguir resistir à pressão dos teus amigos para fumar maconha					
32. É fácil conseguir resistir à pressão dos meus amigos para tomar pastilhas (estimulantes, tranquilizantes)					
33. É fácil conseguir resistir à pressão dos meus amigos para usar drogas					
34. É fácil conseguir resistir à pressão dos meus amigos para ter relações sexuais					
35. É fácil conseguir controlar o meu comportamento					
36. É fácil conseguir fazer e manter amigas					
37. É fácil conseguir fazer e manter amigos					
38. É fácil conseguir manter conversas com outras pessoas					
39. É fácil conseguir trabalhar em grupo					

Anexo E - Escala de Desenvolvimento e Bem-estar

(Diener, 2009)²

Abaixo encontra 8 afirmações com as quais pode concordar ou discordar. Indique o seu grau de concordância com cada item, utilizando a escala entre 1 e 7.

1 significa discordo fortemente e 7 concordo completamente.

	1	2	3	4	5	6	7
1. Vivo uma vida com propósito e significado.							
2. As minhas relações são apoiantes e reconfortantes.							
3. Sinto-me envolvido (a) e interessado (a) nas minhas atividades diárias.							
4. Contribuo ativamente para a felicidade e bem-estar dos outros.							
5. Sou competente e capaz nas atividades que são importantes para mim.							
6. Sou uma boa pessoa e vivo uma vida boa.							
7. Sou otimista acerca do meu futuro.							
8. As pessoas respeitam-me.							

² Versão portuguesa de Maria Odília Teixeira & Cátia Costa, Faculdade de Psicologia- Universidade de Lisboa.

Anexo F - Escala de Percepção do Ambiente

M. Costa da Silva & M. O. Teixeira (2019)

Pense na comunidade que vive atualmente:

Na minha comunidade:	1. Nada	2. Pouco forte	3. Forte	4. Muito forte	5. Fortissimo
1. Os serviços são eficientes	1	2	3	4	5
2. A Unidade onde estou internado é de confiança	1	2	3	4	5
3. Sou estimulado pelos agentes da Unidade onde estou internado	1	2	3	4	5
4. Na escola da Unidade as atividades em grupo são úteis	1	2	3	4	5
5. As decisões que afetem a minha vida na Unidade são discutidas com os jovens internos	1	2	3	4	5
6. Sou estimulado pelos meus professores para participar nas aulas	1	2	3	4	5
7. Sou esclarecido pelos especialistas que me atendem sobre os serviços de sociais	1	2	3	4	5
8. Sou estimulado a expressar minhas ideias e sentimentos na instituição	1	2	3	4	5
9. Sou estimulado a expressar minhas ideias e sentimentos nos atendimentos	1	2	3	4	5
10. Sou estimulado a expressar minhas ideias e sentimentos com os adolescentes que vivem na Unidade de Internação	1	2	3	4	5
11. Sou estimulado a expressar minhas ideias e sentimentos na escola	1	2	3	4	5
12. Sou estimulado a participar das decisões da minha comunidade	1	2	3	4	5

Anexo G - Escala de Controlo Sociopolítico para Juventude – SPCS-Y³

Adaptação da Escala SPCS-Y de A. Peterson, C. H. Peterson, L. Agre & B. D. Christens, 2011.

Versão em língua portuguesa de M. Silva e M.O. Teixeira

Abaixo encontra um conjunto de declarações sobre o seu envolvimento nas atividades da escola e da comunidade. Indique até que ponto você concorda ou discorda com essas declarações, usando a escala 1.

Sempre, 2. Às vezes, 3. Nunca

- 1-Eu sou frequentemente um líder em grupos
() Sempre () As vezes () Nunca
- 2- Preferiria ser um líder em vez de um seguidor
() Sempre () As vezes () Nunca
- 3 -Preferiria ter um papel de liderança quando estou envolvido em um projeto de grupo
() Sempre () As vezes () Nunca
- 4 - Geralmente posso gerenciar as pessoas para fazer as coisas
() Sempre () As vezes () Nunca
- 5 - Outras pessoas geralmente seguem minhas ideias
() Sempre () As vezes () Nunca
- 6 - Eu acho muito fácil falar na frente de um grupo
() Sempre () As vezes () Nunca
- 7 – Eu gostaria de trabalhar na solução de um problema ao invés de esperar e ver se alguém vai lidar com ele
() Sempre () As vezes () Nunca
- 8 - Gosto de tentar coisas novas que são desafiadoras para mim
() Sempre () As vezes () Nunca
- 9 - Eu gosto de participação, porque eu quero ter muito a dizer na minha comunidade ou escola
() Sempre () As vezes () Nunca
- 10 - Jovens como eu podem realmente entender o que está acontecendo com a minha comunidade ou escola
() Sempre () As vezes () Nunca
- 11 - Eu sinto que tenho uma boa compreensão das questões importantes que afetam minha comunidade ou escola
() Sempre () As vezes () Nunca
- 12 - Jovens como eu têm capacidade de participar de forma eficaz em atividades comunitárias e escolares e tomada de decisões
() Sempre () As vezes () Nunca
- 13 - Minha opinião é importante porque poderia algum dia fazer a diferença na minha comunidade ou escola
() Sempre () As vezes () Nunca
- 14 - Existem muitas maneiras para jovens como eu terem uma palavra a dizer em nossa comunidade ou escola
() Sempre () As vezes () Nunca
- 15 - É importante para mim que eu participe ativamente de questões de adolescentes da minha comunidade

³ Permissão da reprodução e tradução da escala por Andrew Peterson (andrew.peterson@ssw.rutgers.edu).

Sempre As vezes Nunca

16 - A maioria dos líderes de comunidades ou escolas me escutariam

Sempre As vezes Nunca

17 - Muitas atividades locais são importantes para participar

Sempre As vezes Nunca

Anexo H - Escala de Percepção dos Servidores

M. Costa da Silva & M. O. Teixeira (2019)

Atenção: **Os seus dados são sigilosos.** Você não precisa informar seu nome nem nada que o identifique para garantir sua livre participação e anonimato na presente pesquisa. Para registrar os seus dados de forma anônima vamos criar um código: coloque o dia que você nasceu (2 números) e os dois últimos algarismos do ano que chegou à instituição (Exemplo: se nasceu no dia 1 de Janeiro e chegou à instituição no ano de 2001, ficará 0101): _____

1. Idade _____ Sexo _____ 2. Formação acadêmica: _____

3. Função: _____

4. Avalie a sua motivação profissional, assinalando com uma cruz (X) a sua resposta:

5	4	3	2	1
Fortíssimo	Muito forte	Forte	Pouco forte	Nada forte

5. Numa escala de 5 pontos, assinale o que mais valoriza no seu trabalho

Motivação	1. Nada forte	2. Pouco forte	3. Forte	4. Muito forte	5. Fortíssimo
1. Salário					
2. Apoiar o outro					
3. Colegas					
4. Ambiente					
5. Variedade de Tarefas					
6. Identidade com as tarefas desenvolvidas					
7. Significado do trabalho					
8. Responsabilidade experimentada					
9. Resultados percebidos					

6. Se você pudesse, qual a vontade de mudar seu contexto de trabalho?

5	4	3	2	1
Fortíssimo	Muito forte	Forte	Pouco forte	Nada forte

7. Como avalia a eficácia da medida socioeducativa de internação:

5	4	3	2	1
---	---	---	---	---

